



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

LUÍS SANCHES MARTINS

**Fraternidade Humana em prol da paz e da
convivência comum: um desafio para o
diálogo inter-religioso e pastoral**

Dissertação Final
sob orientação de:
Prof. Doutor Luís Miguel Figueiredo Rodrigues

Porto
2021

Índice

Resumo	3
Siglas e Abreviaturas.....	4
Introdução.....	6
Capítulo 1 - Contextualização do documento “Fraternidade Humana”.....	9
1.1. O percurso histórico até à assinatura do documento “Fraternidade Humana”	9
1.1.1. O Magistério do Papa Paulo VI.....	10
1.1.2. O Magistério do Papa João Paulo II.....	12
1.1.3. O Magistério do Papa Bento XVI	15
1.1.4. O Magistério do Papa Francisco	17
1.1.5. O percurso feito no mundo muçulmano	20
1.2. As principais ideias do documento “Fraternidade Humana”	23
1.3. As reações ao documento ‘Fraternidade Humana’	26
1.3.1. O mundo católico	26
1.3.2. O mundo muçulmano	32
1.3.3. O mundo académico	35
1.4. Encíclica <i>Fratelli Tutti</i> : um caminho para o diálogo inter-religioso.....	38
1.5. Pistas de reflexões e desafios do documento “Fraternidade Humana”	42
Capítulo 2 - O diálogo inter-religioso, a partir dos documentos do Vaticano II	44
2.1. Noção de diálogo inter-religioso	45
2.1.1. Pressupostos fundamentais do diálogo inter-religioso	47
2.1.2. Fundamentação teológica do diálogo inter-religioso	50
2.2. O diálogo inter-religioso nos documentos do Vaticano II	53
2.2.1. A <i>Lumen Gentium</i>	54
2.2.1. A <i>Nostra Aetate</i>	56

2.2.3. A <i>Dignitatis Humanae</i>	59
2.2.4. Outros documentos.....	61
2.3. O diálogo com o mundo muçulmano	63
2.3.1. Estruturas fundamentais	64
Capítulo 3 - As implicações pastorais do diálogo inter-religioso	70
3.1. Transformação missionária da Igreja e o diálogo inter-religioso.....	71
3.2. O discernimento e o diálogo inter-religioso e pastoral.....	75
3.3. Campos de ação pastoral entre os cristãos católicos e os muçulmanos	79
3.3.1. Uma pastoral em prol da paz e da convivência comum	80
3.3.2. O diálogo teológico em prol da pastoral	83
3.3.3. A pastoral educativa e a educação inter-religiosa	84
3.3.4. A pastoral da saúde.....	86
3.3.5. A pastoral da hospitalidade	88
3.3.6. A pastoral da migração	89
3.3.7. A pastoral familiar.....	91
3.3.8. A pastoral juvenil	92
3.3.9. A pastoral em prol do cuidado com a casa comum.....	93
3.3.10. A pastoral da comunicação.....	94
Conclusão	96
Bibliografia.....	101

Resumo

O diálogo inter-religioso é um dos desafios no campo do pluralismo religioso atual, necessário para uma boa convivência entre crentes de diferentes tradições. O Concílio Vaticano II, através da declaração *Nostra Aetate* foi determinante na relação da Igreja com as religiões não cristãs. Nesta linha, os cristãos católicos e os muçulmanos têm estreitado laços de colaboração e diálogo no respeito e na alteridade. É nesta dinâmica de abertura, diálogo e colaboração, que o Papa Francisco e o Grande Imame de Al-Azhar Aḥmad Al-Ṭayyib assinaram a declaração *Fraternidade Humana em prol da paz mundial e convivência comum*. Este documento veio reforçar a necessidade de colaboração entre as duas religiões, apontando pistas de ação pastoral comum, no campo da paz e defesa da dignidade humana, na educação e na saúde, na pastoral familiar e juvenil, na pastoral da hospitalidade e da migração, da proteção da criação e meio ambiente, e no campo dos mídias.

Palavras-chave: Diálogo inter-religioso; Fraternidade Humana; Pastoral.

Abstract

Inter-religious dialogue is one of the challenges in the field of religious pluralism today, necessary for a good co-existence between believers of different religious traditions. Vatican II Council, through the declaration *Nostra Aetate*, was decisive in the Church's relationship with non-Christian religions. In this line, Catholic Christians and Muslims have strengthened ties of collaboration and dialogue in respect and in otherness. It is in this dynamic of openness, dialogue, and collaboration that Pope Francis and the Great Imam of Al-Azhar Aḥmad Al-Ṭayyib signed the declaration *Human Fraternity for World Peace and Common Co-existence*. This document reinforced the need for collaboration between the two religions, pointing out paths for common pastoral action, in the field of peace and defense of human dignity, in education and health, in family and youth pastoral care, in pastoral hospitality and migration, in the protection of creation and the environment, and in the field of the media.

Keywords: Inter-religious Dialogue; Human Fraternity; Pastoral.

Siglas e Abreviaturas

- AM Bento XVI, Exortação Apostólica Pós-sinodal *Africae Munus* (9 de novembro de 2011).
- AG Conc. Ecum. Vaticano II, Decreto sobre a Atividade Missionária da Igreja *Ad Gentes* (7 de dezembro de 1965).
- AL Papa Francisco, Exortação Apostólica Pós-sinodal *Amoris Laetitia* (19 de março de 2016).
- ChL João Paulo II, Exortação Apostólica Pós-sinodal *Christifideles Laici* (30 de dezembro de 1988).
- DM Pontifício Conselho Para o Diálogo Inter-religioso, *A Igreja e as Outras Religiões: Diálogo e Missão* (10 de junho de 1984).
- DA Pontifício Conselho Para o Diálogo Inter-religioso, *Documento sobre Diálogo e Anúncio* (19 de maio de 1991).
- DH Conc. Ecum. Vaticano II, Declaração sobre a Liberdade Religiosa *Dignitatis Humanae* (7 de dezembro de 1965).
- EA João Paulo II, Exortação Apostólica Pós-sinodal *Ecclesia in Africa* (14 de setembro de 1995).
- EA João Paulo II, Exortação Apostólica Pós-sinodal *Ecclesia in Asia* (6 de novembro de 1999).
- EA João Paulo II, Exortação Apostólica Pós-sinodal *Ecclesia in America* (22 de janeiro de 1999).
- EG Francisco, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (24 de novembro de 2013).
- EE João Paulo II, Exortação Apostólica Pós-sinodal *Ecclesia in Europa* (28 de junho de 2003).

- EMO Bento XVI, Exortação Apostólica Pós-sinodal *Ecclesia in Medio Oriente* (14 de setembro de 2012).
- EN Paulo VI, Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* (8 de dezembro de 1975).
- ES Paulo VI, Carta Encíclica *Ecclesiam Suam* (6 de agosto de 1964).
- FT Francisco, Carta Encíclica *Fratelli Tutti* (3 de outubro de 2020).
- GS Conc. Ecum. Vaticano II, Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et Spes* (7 de dezembro de 1965).
- IM Conc. Ecum. Vaticano II, Decreto sobre os Meios de Comunicação Social *Inter Mirifica* (4 de dezembro de 1966).
- LG Conc. Ecum. Vaticano II, Constituição Dogmática sobre a Igreja *Lumen Gentium* (21 de novembro de 1964).
- LS Francisco, Carta Encíclica *Laudato Si* (24 de maio de 2015).
- NMI João Paulo II, Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte* (6 de janeiro de 2001).
- NA Conc. Ecum. Vaticano II, Declaração sobre a Igreja e as religiões não cristãs *Nostra Aetate* (28 de outubro de 1965).
- PT João XXIII, Carta Encíclica *Pacem in Terris* (11 de abril de 1963).
- PG João Paulo II, Exortação Apostólica Pós-sinodal *Pastores Gregis* (16 de outubro de 2003).
- RH João Paulo II, Carta Encíclica *Redemptor Hominis* (4 de março de 1979).
- RM João Paulo II, Carta Encíclica *Redemptoris Missio* (7 de dezembro de 1990).
- RD João Paulo II, Carta Apostólica *Celeri Progressione Mediorum Communicationis Socialis* (24 de janeiro de 2005).
- VC João Paulo II, Exortação Apostólica Pós-sinodal *Vita Consecrata* (25 de março de 1996).

Introdução

O diálogo constitui uma dimensão integral da vida humana. É essencial para criar relações com os outros e criar pontes entre povos, culturas e religiões. Dentre as várias formas de diálogo, encontramos o diálogo inter-religioso com sua particularidade própria. É um diálogo entre fiéis de tradições religiosas diferentes, envolvendo partilha de vida, de experiência e conhecimento mútuo no respeito e na alteridade.¹ Este diálogo é fundamental para a construção da fraternidade e para a convivência comum. O diálogo inter-religioso faz parte da missão da Igreja que é chamada a dialogar com o mundo e com as outras tradições religiosas. A Igreja abre-se ao diálogo por fidelidade à sua missão (cf. DM 29).

O Concílio Vaticano II foi determinante para o fortalecimento deste diálogo com o mundo e com as outras religiões, e com o Islão em particular. Diferentes documentos como a NA, LG, AG, DH, apresentam-nos um olhar positivo, de estima e consideração em relação às outras religiões, apelando a colaboração em prol da paz e do bem comum. É nesta perspectiva que os cristãos católicos e os muçulmanos, enquanto crentes procuram juntos desenvolver ações pastorais em diversos campos, como a paz, a educação, a saúde, a hospitalidade, a família, a migração, e a proteção da criação. Esta colaboração é um meio privilegiado de exprimir a fraternidade.

Foi nesta dinâmica de diálogo e de proximidade, que o Papa Francisco efetuou a sua viagem apostólica aos Emirados Árabes Unidos, de 3 a 5 de fevereiro de 2019, e assinou com o Grande Imame de Al-Azhar Ahmad Al-Tayyeb o documento “*Fraternidade Humana em prol da paz mundial e convivência comum*”. Essa viagem do Papa aos Emirados Árabes Unidos teve um grande impacto a nível internacional e surgiram diversas reações principalmente após a assinatura do documento “Fraternidade Humana”.

Foi esse acontecimento que nos despertou o interesse de estudar este documento e as suas reais implicações no campo do diálogo inter-religioso e pastoral. O estudo é intitulado *Fraternidade Humana em prol da paz e da convivência comum: um desafio para o diálogo inter-religioso e pastoral*. Há também um interesse pessoal no estudo deste tema que advém da minha experiência missionária em Moçambique, onde tive a oportunidade de trabalhar de perto com

¹ Cf. Faustino Teixeira, «Diálogo inter-religioso: o desafio da acolhida da diferença», *Perspetiva Teológica* 34 (2002): 158.

crentes muçulmanos no campo da educação e na ação social “Cáritas”. Ainda tive a oportunidade de viver cerca de um ano do Senegal, onde constatei a boa convivência e coabitação entre os cristãos católicos e os muçulmanos. Um outro interesse e motivação para o estudo deste tema, veio da parte da minha congregação, os “Missionários do Espírito Santo”, que nos incentiva a aprofundar a temática do diálogo inter-religioso, em atenção às exigências atuais da missão. Os Missionários do Espírito Santo estão presentes em diferentes contextos culturais e religiosos onde o encontro com as outras tradições religiosas oferece oportunidade para o diálogo de vida e colaboração em favor da defesa da justiça, da paz e da integridade da criação.

O objetivo deste trabalho é conhecer o percurso feito pelos sucessivos Pontífices, desde Paulo VI até ao Papa Francisco, no campo do diálogo inter-religioso com o Islão; identificar as diversas reações que surgiram após a assinatura do documento “Fraternidade Humana” e os desafios que este documento nos apresenta hoje no campo da pastoral; compreender os ensinamentos da Igreja sobre o diálogo inter-religioso, recorrendo a alguns documentos do Vaticano II; traçar os pontos de diálogos existente entre os cristãos católicos e muçulmanos e identificar os possíveis campos de atuações pastorais entre as duas religiões, tendo sempre em consideração o documento “Fraternidade Humana”.

O documento de base para o nosso estudo é a declaração “Fraternidade Humana”. Recorremos também a diversas fontes de pesquisa, livros e artigos científicos que abordam a temática do diálogo inter-religioso e pastoral. As outras fontes de pesquisa são os documentos do Magistério, nomeadamente os documentos do Concílio Vaticano II, a NA, LG, DH, AG, e também os documentos do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, Diálogo e Missão, e Diálogo e Anúncio etc. Percorremos algumas encíclicas e exortações apostólicas dos últimos Pontífices. Do mundo muçulmano recorremos aos seguintes documentos: a declaração de Al-Azhar sobre Liberdade e Cidadania, Diversidade e Inclusão; a declaração *La fraternité pour la connaissance et la collaboration*, que veio da parte de 22 líderes e intelectuais muçulmanos, manifestando a adesão ao documento “Fraternidade Humana”; e o documento *Nouvelle Alliance de la Vertu* sobre a liberdade religiosa, cooperação e tolerância do Estado.

O trabalho está estruturado em três capítulos e terá como fio condutor o documento “Fraternidade Humana”, e será abordado numa perspetiva pastoral. Assim, no primeiro capítulo, *Contextualização do documento “Fraternidade Humana”* apresentaremos o percurso feito pelos sucessivos Pontífices, desde Paulo VI, João Paulo II, Bento XVI e o Papa Francisco, naquilo que são os seus ensinamentos no campo do diálogo inter-religioso com o Islão, e as suas

preocupações. Este percurso ajuda-nos a perceber as relações existente entre os cristãos católicos e os muçulmanos e os passos que foram dados até à assinatura do documento. Procuramos também neste capítulo identificar as ideias centrais do documento e apresentar as principais reações que surgiram no mundo católico, muçulmano e académico. A encíclica “*Fratelli Tutti*”, veio reforçar o tema em estudo. Neste sentido, apresentarei algumas ideias presentes na encíclica, sobre a temática do diálogo inter-religioso. E, no fim deste capítulo, apresentaremos algumas pistas de reflexão, bem como os desafios que o documento nos lança hoje.

O segundo capítulo, *O diálogo inter-religioso, a partir dos documentos do Vaticano II*, pretende compreender os ensinamentos do Concílio Vaticano II, sobre a relação da Igreja Católica com as outras tradições religiosas. Compreender também o significado do diálogo inter-religioso e a sua fundamentação teológica a partir da perspectiva de alguns autores. A clarificação do conceito e a fundamentação teológica do diálogo inter-religioso ajuda-nos a situar o nosso estudo numa perspectiva pastoral. Procuraremos saber as bases teológicas e orientações no campo do diálogo inter-religioso com o Islão nos seguintes documentos: a *Lumen Gentium*, *Nostra Aetate*, *Dignitatis Humanae* e outros documentos do Concílio. E, no último ponto deste capítulo identificar os pontos de diálogo entre a Igreja Católica e o Islão. A identificação das diferenças e dos elementos comuns permite-nos estabelecer pontes entre as duas religiões, de modo a reforçar e identificar novas formas de diálogo e de colaboração pastoral.

No último capítulo, *As implicações pastorais do diálogo inter-religioso*, falaremos da transformação missionária da Igreja e a necessidade do diálogo inter-religioso para saber que orientação pastoral advém da evangelização hoje. Teremos como fio condutor a encíclica *Evangelii Gaudium* e os documentos *Diálogo e Missão* e *Diálogo Anúncio*. Como se trata de colaboração pastoral entre as duas religiões, o discernimento é fundamental. O discernimento é um caminho para compreender os sinais dos tempos no campo do diálogo inter-religioso e pastoral. É um dos pontos abordados também neste capítulo. E por fim, partindo dos pontos de diálogo existente entre as duas religiões, traçamos campos de atuação pastoral comum, tendo em conta os desafios do documento “*Fraternidade Humana*”.

Capítulo 1 - Contextualização do documento “Fraternidade Humana”

A assinatura do documento *Fraternidade Humana em prol da paz mundial e convivência comum* é fruto de um longo caminhar. Primeiramente, reflete o espírito do Vaticano II, mas também reflete aquilo que foi o esforço dos Pontífices, João XXIII, Paulo VI, João Paulo II, Bento XVI e Francisco. Neste capítulo, no primeiro ponto iremos fazer um percurso histórico, ou seja, apresentar os antecedentes, a caminhada feita até à assinatura do documento. No segundo ponto, iremos debruçar-nos sobre o próprio documento, identificando as ideias centrais. No terceiro ponto, recolheremos as principais reações do mundo católico, muçulmano e académico, surgidas após a assinatura e a publicação do documento. No ponto quatro, iremos apresentar as principais ideias da encíclica “*Fratelli Tutti*”, naquilo que é a temática do diálogo inter-religioso. No quinto ponto, apresentaremos algumas pistas de reflexão, bem como os desafios que o documento nos lança hoje.

1.1. O percurso histórico até à assinatura do documento “Fraternidade Humana”

A cultura do encontro e do diálogo é um desafio de todos os tempos. Em resultado das mudanças sociais, culturais, e dentro do dinamismo do pluralismo religioso, o diálogo é e será sempre o melhor caminho a seguir. É nesse espírito do diálogo que, a partir do Vaticano II, os sucessivos pontífices têm insistido na importância do diálogo inter-religioso e da convivência comum.

O percurso feito até a assinatura do documento *Fraternidade Humana em prol da paz mundial e convivência comum* é longo. Neste sentido, importa salientar o encontro entre São Francisco de Assis e Malik Al-Kamil na Terra Santa no século XIII.² Mas também é importante referir, na mesma época, a iniciativa do abade de Cluny, Pierre de Bruys que traduziu o Alcorão para latim.³ Tendo em conta a época, Michel Lelong diz que, apesar dos obstáculos como as

² Cf. Michel Lelong, *Jean-Paul II et L'Islam* (Paris: ŒIL, 2003), 17.

³ Cf. Lelong, 19.

cruzadas, houve em alguns casos excepcionais, um início de diálogo espiritual entre cristãos e muçulmanos.⁴

Um outro marco importante que mostra a abertura da Igreja Católica às outras religiões foi no pontificado de João XXIII. Na abertura solene do Concílio, na sua alocução, o Papa falou da necessidade de abertura e do diálogo com os não católicos e da necessidade de um ecumenismo, com as Igrejas.⁵ Na encíclica *Pacem in Terris*, ele afirma que a verdadeira paz, assenta-se na verdade, na justiça, na caridade e a liberdade (cf. PT 35). O Papa não especifica qual deve ser o papel das outras religiões na construção da paz. Todavia, os membros das outras religiões também estão incluídos neste projeto.

Dirigindo-se a todos os homens de boa vontade, desafia a que através da oração, do perdão das ofensas, do derrubar de barreiras que nos separam e da compreensão recíproca, possam, sob a ação e o amparo de Deus, unir-se como irmãos (cf. PT 171). Neste sentido, exorta para uma colaboração entre católicos e não católicos no campo económico, social e político de modo a caminharem para o bem comum (cf. PT 159).

No entanto, podemos afirmar que a declaração *Fraternidade Humana* é fruto desse caminhar e é fruto do Concílio Vaticano II, mais concretamente da declaração sobre as religiões não cristãs, a *Nostra Aetate*. Este grande documento insiste na necessidade de fomentar a união e a caridade entre os homens, e até entre os povos, preservando aquilo que os homens têm de comum e os leve a boa convivência (cf. NA 1). Fala também no respeito pelas outras religiões, reconhecendo nelas sementes de verdade e exorta ao diálogo e colaboração (cf. NA 2). Quanto ao Islão, a Igreja olha com estima, apela ao diálogo e à colaboração (cf. NA 3).

1.1.1. O Magistério do Papa Paulo VI

O Papa Paulo VI seguiu as pegadas do seu predecessor naquilo que é o diálogo e a abertura da Igreja às exigências do seu tempo. No seu discurso da segunda sessão de abertura do Concílio Vaticano II, a 29 de setembro de 1963, exorta a Igreja a olhar além dela mesma.

A Igreja olha, portanto, para além da sua própria esfera; e vê essas outras religiões que, conservando o sentido e o conceito de Deus único, criador, providente, sumo e transcendente, lhe prestam o culto com atos de sincera piedade e fundamentam nessas crenças e práticas os princípios

⁴ Cf. Lelong, 20.

⁵ Cf. Giuseppe Alberigo, *O Bom Papa João: Biografia de um Pontífice* (São Paulo: Paulinas, 2014), 239.

da vida moral e social. Certamente, a Igreja Católica descobre, não sem sofrimento, lacunas, insuficiências e erros em tantas expressões religiosas. Mas não pode deixar de dirigir, também a elas, o seu pensamento, para lhes recordar que por tudo o que têm de verdadeiro, e de bom e de humano, ela tem o merecido apreço.⁶

O diálogo é visto por ele como um elemento chave no programa de renovação da Igreja. Afirma que diálogo faz parte da própria natureza de Deus (cf. ES 72). É do diálogo que tudo foi criado. Este diálogo que Deus quer prolongar com os homens revelando-se gratuitamente à humanidade.⁷ O Papa explica que a história da salvação é um diálogo contínuo entre Deus e homem. Neste sentido, o papel da Igreja é prolongar este diálogo com o mundo e com todos os homens de boa vontade (cf. ES 53).

Paulo VI afirma a exclusividade do cristianismo como religião verdadeira, mas olha com respeito os valores morais e espirituais presentes nas outras tradições religiosas e manifesta também o desejo de defender os ideais comuns e promover o diálogo. Afirma nesse sentido:

Não queremos deixar de reconhecer desde já com respeito os valores espirituais e morais das várias confissões religiosas não cristãs. Queremos promover e defender, juntamente com elas, os ideais que nos podem ser comuns, no campo da liberdade religiosa, da fraternidade humana, da sã cultura, da beneficência social e da ordem civil. Baseado nestes ideais comuns, o diálogo é possível do nosso lado; e não deixaremos de o propor, sempre que haja de ser bem aceite, num clima de respeito recíproco e leal (ES 60).

Na exortação apostólica pós-sinodal *Evangelii Nuntiandi*, o Papa insistiu sobre a necessidade do diálogo com as grandes religiões da humanidade, dentro da dinâmica do anúncio.

Um tal anúncio destina-se também a porções imensas da humanidade que praticam religiões não cristãs que a Igreja respeita e estima, porque elas são a expressão viva da alma de vastos grupos humanos. Elas comportam em si mesmas o eco de milênios de procura de Deus, procura incompleta, mas muitas vezes efetuada com sinceridade e retidão de coração. Elas possuem um património impressionante de textos profundamente religiosos; ensinaram gerações de pessoas a orar; e, ainda, acham-se permeadas de inumeráveis “sementes da Palavra” e podem constituir uma autêntica “preparação evangélica”, para usarmos a palavra feliz do Concílio Ecumênico Vaticano II, assumida, aliás, de Eusébio de Cesareia (EN 53).

Em 1964, Paulo VI criou um organismo operativo, o Secretariado para os não cristãos⁸ que mais tarde mudou de nome para Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso em 1988. Este organismo ocupa-se da promoção e realização de estudos cientificamente

⁶ Paulo VI, «Discurso na solene inauguração da 2ª sessão do Concílio Vaticano II», 1963, acedido a 11 de outubro de 2020, http://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1963/documents/hf_p-vi_spe_19630929_concilio-vaticano-ii.html.

⁷ Cf. Michel Dubost, *Catholiques Musulmans : Une Fraternité Critique* (Paris: Médiaspaul, 2014), 201.

⁸ Cf. Pontifício Conselho para o diálogo inter-religioso, «A Igreja e as outras Religiões-Diálogo e Missão», 1984, acedido a 25 de outubro de 2020, http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19840610_dialogo-missione_po.html.

aprofundados sobre outras religiões, de modo que os cristãos possam compreender melhor o conteúdo e a prática de outras crenças. Estimula as comunidades católicas de todo o mundo a ver a importância deste diálogo, a compreender o seu papel na fé cristã, e encoraja a estabelecer boas relações com os crentes de outras religiões. E, por fim, pede-se o empenho direto no diálogo com os discípulos das outras religiões.⁹

É de referir que Paulo VI, além de estabelecer relações de diálogo com o Islão, procurou também desenvolver relações diplomáticas entre a Santa Sé e os Estados onde o Islão é a religião oficial.¹⁰

1.1.2. O Magistério do Papa João Paulo II

O Papa João Paulo II também deu um grande contributo na promoção do diálogo inter-religioso e na relação entre os católicos e os muçulmanos. As viagens e encontros com representantes de outras religiões mostram bem o seu interesse em desenvolver um trabalho pastoral de proximidade com todos e incentivar o diálogo inter-religioso.

Reconhece o património espiritual das outras religiões e olha-o com respeito e estima. As suas ideias centrais no campo do diálogo inter-religioso são a preocupação da paz e pelo desenvolvimento integral da pessoa humana. Procura também estabelecer bases para um diálogo teológico tendo em consideração os desafios da teologia do pluralismo religioso.

Recorreu aos ensinamentos dos Padres da Igreja e do Concílio Vaticano II, no qual as diversas religiões refletem “sementes do Verbo” nelas adormecidas (Cf. AG 11), e o esforço humano que anda à procura do bem e da verdade. Afirma que todos caminham numa única direção, apesar da diversidade dos caminhos.¹¹

Neste sentido, o Papa destaca a presença e a universalidade do Espírito que ultrapassa os limites de espaço e de tempo. Para ele, a presença e ação do Espírito não atingem apenas os indivíduos, mas também a sociedade e a história, os povos, as culturas e as religiões (cf. RM 28).

⁹ Cf. Lelong, *Jean-Paul II et L'Islam*, 33.

¹⁰ Cf. Lelong, 41.

¹¹ Cf. Lelong, 46.

Isso significa que as sementes da verdade e da bondade espalhadas noutras tradições religiosas podem ser expressão do Espírito de Cristo sempre em ação na história e no coração das pessoas.¹²

Para o Papa João Paulo II, o compromisso do diálogo inter-religioso deve ser inserido dentro de um dinamismo missionário em que todos participam, cada um ao seu modo. Aos leigos, ele exorta-os a serem sinal do Senhor e da sua Igreja com o exemplo das suas vidas e das suas ações nas relações com os crentes das outras religiões (cf. ChL 35). Exortou os institutos religiosos a testemunharem uma vida pobre, casta e obediente quer para os irmãos cristãos quer para os crentes das outras religiões. No campo do diálogo inter-religioso, são chamados a uma solicitude com a vida humana no compromisso pela justiça, pela paz e salvaguarda da criação, e a promoção da dignidade da mulher. Neste sentido, é necessária uma adequada formação, um conhecimento profundo do cristianismo e das outras religiões, acompanhado de fé sólida e de maturidade espiritual e humana (cf. VC 102).

Pedi aos Bispos, para promoverem o diálogo inter-religioso nas suas respetivas dioceses como caminho da paz e da nova evangelização. Isto porque o diálogo inter-religioso já é um desafio de muitas famílias cristãs que vivem no quotidiano, no mundo do trabalho e dentro da própria família. A assistência pastoral ajuda-os a responder a este desafio (cf. PG 68).

A solicitude Pastoral do Papa João Paulo II no âmbito do diálogo inter-religioso é notória também em África, onde existem comunidades muçulmanas muito expressivas, em muitos países como Moçambique e Senegal onde eu vivi, etc. Neste sentido, exortou a Igreja em África para o diálogo com todos os muçulmanos de boa vontade. Recomenda aos cristãos para não esquecer que muitos muçulmanos procuram imitar a fé de Abraão. Pede-lhes para trabalharem juntos na promoção humana, na defesa da vida e na promoção da justiça e da paz (cf. EA 66).

No contexto da nova evangelização, o Papa pede a toda a Igreja para abrir horizontes de modo a discernir os sinais dos tempos, juntamente com as outras tradições religiosas. Neste sentido, recomendou à Igreja na Europa que, no anúncio do Evangelho da esperança, se procure instaurar um profundo e lúcido diálogo inter-religioso de modo particular com o hebraísmo e o islamismo (cf. EE 55). Lançou o desafio de deixar-se estimular a um melhor conhecimento das outras religiões, para se poder instaurar um relacionamento fraterno com as pessoas que aderem a elas e vivem atualmente na Europa. Disse ainda que é necessário preparar adequadamente os

¹² Cf. Claude Geffré, «Où en est la théologie des religions vingt ans après Assise», em *Le dialogue interreligieux: Le christianisme face aux autres traditions*, ed. François Bousquet e Henri de La Hougue (Paris: Desclée de Brouwer, 2009), 193.

cristãos, que vivem diariamente em contacto com os muçulmanos, para conhecerem de modo objetivo o islamismo e saberem relacionar-se com eles. Essa preparação deve ser dada particularmente aos seminaristas, aos presbíteros e a todos os agentes pastorais. Para além disso, é preciso ter consciência da notável diferença existente entre a cultura europeia, que tem profundas raízes cristãs, e o pensamento muçulmano (cf. EE 57).

Essa necessidade de formação é fundamental para um diálogo frutífero. Cada cristão deve ter essa responsabilidade da sua própria formação e da formação dos outros através da catequese, colóquios ou fóruns. Assim se podem conhecer melhor os fundamentos da sua própria religião e da religião dos outros.¹³

Importa também destacar, durante o pontificado do Papa João Paulo II, o documento “*Diálogo e Anúncio*”.¹⁴ Este documento apresenta quatro formas de diálogo possíveis: diálogo da vida, a partir daquilo que se vive no quotidiano; diálogo das obras, onde haja colaboração em favor do desenvolvimento integral das pessoas, da paz, da justiça, e da integridade da criação; diálogo das partilhas teológicas, onde os especialistas procuram aprofundar a herança religiosa das respetivas religiões e os valores espirituais de ambas as religiões; e diálogo das experiências religiosas, onde as pessoas partilham as suas experiências de oração e de fé (cf. DA 42).

Deste modo, segundo o Papa, os cristãos dão testemunho do amor de Cristo quando dialogam, respeitam e colaboram com as outras tradições religiosas em favor do bem comum. Para ele, o diálogo não deve ser entendido como um obstáculo ao anúncio de Cristo. Mas sim o lugar de testemunho e de conversão pessoal (Cf. DA 41), no qual vemos o outro como irmão que procura o mistério de Deus.¹⁵

Por ser verdadeiro, este diálogo deve evitar o relativismo e o proselitismo, sendo animado por um respeito sincero pelos outros, num espírito de reconciliação e de fraternidade. As nossas origens geográficas, histórica, cultural e religiosa, não podem ser um obstáculo para contruirmos juntos essa fraternidade.¹⁶

¹³ Cf. Dubost, *Catholiques Musulmans : Une Fraternité Critique*, 215.

¹⁴ Pontifício Conselho para o diálogo inter-religioso, «Diálogo e Anúncio», 1991, acedido a 25 de agosto de 2020, http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interrelg/documents/rc_pc_interrelg_doc_19051991_dialogue-and-proclamatio_po.html.

¹⁵ Cf. Anne-Sophie Vivier-Muresan, «Appel à la conversion, un défi pour le dialogue», em *Dialogue interreligieux : Quel avenir ?*, ed. Pierre Diarra e Michel Younès (Paris: Chemins De Dialogue, 2017), 123.

¹⁶ Cf. Francesco Follo, «Éduquer ao diálogo intercultural: vivre ensemble pour une civilisation de l’amour», em *Le dialogue interculturel et interreligieux à l’heure de la mondialisation*, ed. Christophe Grannec, Olivier Landron, e Sophie-Hélène Trigeaud (Paris: Parole et Silence, 2014), 143.

Passos igualmente marcantes no pontificado de João Paulo II são os encontros de Assis. O primeiro encontro foi a 27 de outubro de 1986 na cidade natal de S. Francisco, onde diversas tradições religiosas rezaram juntas pela Paz. Foi um acontecimento inédito que marcou o percurso do diálogo entre a Igreja Católica e as outras religiões. A sua importância advém-lhe, sobretudo, do seu valor simbólico, associado ao lugar onde se realizou e também às iniciativas a que serviu de inspiração. Ainda hoje, vários líderes religiosos se reúnem em Assis para rezarem juntos pela justiça e pela paz.¹⁷

Toda a ação pastoral de João Paulo II, no seu longo pontificado, teve por base esta postura dialógica de ir ao encontro do outro, de ouvi-lo e de acolhê-lo. Esta atitude de escuta e de hospitalidade possibilitou uma maior aproximação com as diversas tradições religiosas, entre as quais o Islão. Inclui, deste modo, a temática do diálogo inter-religioso na lista dos principais desafios pastorais da igreja.¹⁸

1.1.3. O Magistério do Papa Bento XVI

O Papa Bento XVI seguiu o caminho do seu predecessor mantendo os laços de amizade e diálogo com as outras religiões. Esse diálogo, para Bento XVI, deriva da natureza crente de ambas as partes, procurando defender os valores inalienáveis próprios da natureza humana, sobretudo a dignidade inviolável de cada pessoa como criatura de Deus. Um outro aspeto baseia-se na liberdade religiosa, na educação e na promoção da paz.

Segundo Bento XVI, o verdadeiro diálogo assenta na verdade. Nesta perspetiva, afirma que «o verdadeiro diálogo inter-religioso rejeita a verdade humanamente egocêntrica, porque a única e exclusiva verdade está em Deus. Deus é a Verdade. Portanto, nenhuma religião, nenhuma cultura pode justificar o apelo ou o recurso à intolerância e à violência».¹⁹ Disse que dialogamos

¹⁷ Cf. José Antunes da Silva, «O Encontro de Assis: marco simbólico do diálogo inter-religioso», *Theologica* 41, n. 2 (2006): 274.

¹⁸ Cf. Thierry-Marie Courau, «Les douze chantiers d'une théologie catholique du dialogue et de la conversion», em *Dialogue et conversion, mission impossible ?*, ed. Thierry-Marie Courau e Anne-Sophie Vivier-Muresan (Paris: Desclée de Brouwer, 2012), 229.

¹⁹ Bento XVI, «Viagem apostólica a Benim: Encontro com os membros do governo, os representantes das instituições da República, o corpo diplomático, e os representantes das principais religiões», 2011, acedido a 15 de outubro de 2020, http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2011/november/documents/hf_ben-xvi_spe_20111119_corpo-diplom.html.

porque acreditamos em Deus, Criador e Pai de todas as pessoas. E essa é uma forma suplementar de amar a Deus e ao próximo no amor da verdade (cf. Mt 22, 37).²⁰

Para Bento XVI, o diálogo inter-religioso fundamenta-se na verdade, mas também faz parte da vocação universal da Igreja, que exige que ela se abra ao diálogo com os membros das outras religiões. Este diálogo fundamenta-se nos laços espirituais e históricos que unem os cristãos, os judeus e os muçulmanos, mas funda-se sobretudo nas bases teológicas que interpelam a fé (cf. EMO 19).

Na exortação apostólica *Africae Munus*, falou da estima que os cristãos devem ter com os muçulmanos, reconhecendo o património espiritual, a fé num Deus único, vivo e subsistente, misericordioso e onipotente, criador do céu e da terra. Exortou, deste modo, cristãos católicos e muçulmanos a trabalharem juntos para banir todas as formas de discriminação, intolerância e fundamentalismo confessional. A trabalharem para o reconhecimento jurídico da liberdade religiosa, de modo que, na África, cada cidadão possa gozar não apenas do direito a uma livre escolha da sua religião e ao exercício do culto, mas também do direito à liberdade de consciência (cf. AM 94).

Na viagem apostólica ao Reino Unido, o Papa Bento XVI falou da importância do diálogo inter-religioso e indicou os possíveis níveis do diálogo:

O diálogo da vida, que implica simplesmente o ato de viver lado a lado e aprender uns dos outros, de forma a crescer na compreensão recíproca e no respeito mútuo. O diálogo da ação faz com que nos aproximemos de formas concretas de colaboração, enquanto aplicamos as nossas intuições religiosas à tarefa de promover o desenvolvimento humano integral, trabalhando pela paz, pela justiça e pela salvaguarda da criação. Este tipo de diálogo pode incluir o estudo conjunto sobre o modo como defender a vida humana em todas as suas fases e como garantir a não-exclusão da dimensão religiosa de indivíduos e de comunidades da vida da sociedade.²¹

Segundo Bento XVI, dialogar não significa abandonar a identidade de cada religião, mas, ao contrário, reafirmar a identidade de cada um, no respeito das diferenças. Muitas vezes este diálogo com o Islão é complexo, principalmente com as alas extremistas que reclamam o exclusivismo da verdadeira religião. O Islão não é só uma religião, mas também é uma cultura que tem os seus limites de integração nas outras culturas, como a cultura ocidental. Por exemplo, o papel da mulher na sociedade continua hoje um desafio para o Islão. Daí a necessidade da

²⁰ Bento XVI, «Viagem apostólica a Benim: Encontro com os membros do governo, os representantes das instituições da República, o corpo diplomático, e os representantes das principais religiões», 2011.

²¹ Bento XVI, «Viajem apostólica ao Reino Unido: Encontro com os líderes de outras religiões», 2010, acedido a 15 de outubro de 2020, http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2010/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20100917_altre-religioni.html.

abertura do Islão à integração da mulher na sociedade, cujo caminho exige uma aposta maior na educação.²²

Bento XVI vê na educação e na ação caritativa meios para o diálogo inter-religioso e para a convivência comum. Segundo ele, uma educação inter-religiosa leva à compreensão de outras tradições religiosas, mas também é essencial para comunicar a mensagem de paz às novas gerações. O desafio é educar para fraternidade, de modo a formar consciências retas que respeitem as diferenças religiosas e culturais.²³

No que toca à liberdade religiosa e à dignidade da pessoa, Bento XVI afirma que quer os Judeus, quer os muçulmanos partilham a mesma convicção de que, em matéria religiosa, não é permitida qualquer coação, e menos ainda o uso da força (cf. EMO 26). Cada pessoa, com a sua consciência, é um santuário a respeitar e possui o direito à liberdade de expressar a sua fé. Nesse sentido, as religiões podem juntar-se para servir o bem comum, contribuindo para o desenvolvimento integral da pessoa (cf. EMO 28).

1.1.4. O Magistério do Papa Francisco

O Papa Francisco, através das suas palavras e gestos, tem demonstrado esse espírito de diálogo e abertura ao outro. Neste sentido, o Papa exorta para uma “cultura de encontro”, que implica um dinamismo de sair de si, com a finalidade de partir em direção ao outro, para fazer-lhe o bem, para servir e para levar a alegria do Evangelho.²⁴ Um encontro que permite um renovado sentido de unidade da família humana, que impele à solidariedade e a um compromisso sério para uma vida mais digna. Mas também num compromisso social e político, de modo a desenvolver uma cultura do encontro numa harmonia pluriforme (cf. EG 220).

A sua preocupação no campo do diálogo inter-religioso centra-se na defesa da vida, da não instrumentalização do nome de Deus, na promoção da paz e da liberdade religiosa, na

²² Cf. Walter Kasper e Ers Daniel Deck, *Où bat le cœur de la foi: Une vie au service de l'unité* (Bruxelles: CERF, 2008), 285.

²³ Cf. Pontifício Conselho para o diálogo inter-religioso, «Declaração final redigida pelos participantes no Simpósio sobre Os recursos espirituais das religiões pela paz», 2003, acedido a 25 de agosto de 2020, http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_20030211_religions-peace_it.html.

²⁴ Cf. Papa Francisco, «Mensagem para o 48º dia Mundial das Comunicações Sociais: “Comunicação ao serviço de uma autêntica cultura do encontro”», 2014, acedido a 21 de dezembro de 2020, http://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20140124_messaggio-comunicazioni-sociali.html.

proteção dos lugares de culto e na defesa do meio ambiente. Neste sentido, afirma que os chefes religiosos têm a obrigação de denunciar todas as violações da dignidade humana. Isto porque a vida humana é dom de Deus Criador, e possui um carácter sagrado. Ele condena todas as espécies de violência, principalmente aquelas que buscam uma justificação religiosa. E pede aos muçulmanos e aos cristãos para promoverem e defenderem na sociedade os valores morais da paz e da liberdade.²⁵

Para o Papa Francisco, o diálogo inter-religioso é uma condição necessária para a paz no mundo, para a justiça social, para um compromisso ético. Disse que todos somos corresponsáveis pela missão da Igreja no mundo e todos somos chamados a ser protagonistas do diálogo inter-religioso, num espírito da verdadeira abertura, conservando as próprias convicções, com uma identidade clara e feliz e disponível para compreender o outro, sabendo que o diálogo enriquece a todos (cf. EG 250).

Nesta mesma linha, o Papa destaca a necessidade de valorizar o papel da mulher na educação para a fraternidade universal e para o diálogo inter-religioso. Uma educação para a paz na complementaridade das diferentes sensibilidades e das funções próprias de cada uma. Esta educação significa também aprender a construir laços de amizade e de respeito para com as outras religiões. O Sumo Pontífice defende que as mulheres devem comprometer-se mais no âmbito do diálogo inter-religioso, naquilo que é o “diálogo da vida”, nos intercâmbios a nível de experiência religiosa e também a nível teológico.²⁶

Esta educação inter-religiosa é urgente, sobretudo porque dentro da comunidade católica há, por vezes, sentimentos de medo e reações hostis quando se fala do diálogo com os muçulmanos. No entanto, há um caminho a percorrer para assumir os ensinamentos da *Nostra Aetate* e construir juntos a fraternidade de modo a quebrar as barreiras do medo e da indiferença religiosa. Esta realidade também se encontra nas diferentes correntes e comunidades muçulmanas.²⁷

²⁵ Cf. Papa Francisco, «Viagem apostólica à Turquia: Visita ao presidente dos assuntos religiosos no Diyanet», 2014, acedido a 16 de outubro de 2020, http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/november/documents/papa-francesco_20141128_turchia-presidenza-diyamet.html.

²⁶ Cf. Pontifício Conselho para o diálogo inter-religioso, «Discurso do Papa Francisco aos participantes na plenária do Pontifício Conselho para o diálogo inter-religioso», 2017, acedido a 25 de agosto de 2020, http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/june/documents/papafrancesco_20170609_pontconsiglio-dialogo-interreligioso.htm.

²⁷ Cf. Bénédicte du Chaffaut, «Les mutations profondes du paysage actuel et les difficultés du dialogue interreligieux», em *Dialogue interreligieux : Quel avenir ?*, ed. Pierre Diarra e Michel Younès (Paris: Chemins De Dialogue, 2017), 20.

Segundo o Papa Francisco, para sustentar o diálogo com o Islão, é indispensável a adequada formação dos interlocutores, para que sejam capazes de reconhecer os valores dos outros, compreender as preocupações e fazer aparecer as convicções comuns. Manifestou a sua preocupação com os episódios de fundamentalismo violento e reiterou que o verdadeiro Islão e uma interpretação adequada do Alcorão opõem-se a toda a violência (cf. EG 252).

Compreender os valores das outras religiões permite derrubar as barreiras do medo, das ameaças e dos perigos, que muitas vezes sobressaem no campo do diálogo inter-religioso. Todas as religiões têm algo de bom a dizer às pessoas.²⁸

Na encíclica *Laudato Si'*, o Papa pediu que as religiões estabeleçam o diálogo entre si, visando o cuidado da natureza, a defesa dos pobres, a construção duma terra de respeito e de fraternidade (cf. LS 201). O cuidado da casa comum e a opção pelos mais fragilizados se converte em lugar de encontro das religiões. O diálogo inter-religioso aparece nesta encíclica, como uma possibilidade de estabelecer a harmonia entre as religiões para a cooperação mútua na causa ecológica e social. As tradições religiosas foram convidadas a desenvolver uma nova “solidariedade universal” (cf. LS 14), por meio de um diálogo frutífero, de modo a construírem vias de reparação dos danos causados à Criação.

Neste sentido, Carlos Miguel Gómez propõe um diálogo com base no compromisso comum naquilo que é o bem-estar ecológico-humano. Isto porque as religiões têm um papel crucial na libertação integral dos seres humanos na defesa dos mais pobres e no cuidado da terra.²⁹ Afirma que a teologia da libertação pode dar uma boa contribuição no campo do diálogo inter-religioso propondo critérios práticos de opção pelos pobres.³⁰

O Pontífice ressalta três diretrizes fundamentais que, se forem bem conjugadas, podem ajudar o diálogo: 1) o dever da identidade, ou seja, sem sincretismos; 2) a coragem da alteridade baseado no respeito pela diferença; 3) e a sinceridade das intenções, sem manipulação, mas com desejo de colaboração. Isto configura, de facto, uma cultura de encontro onde todos se reconhecem iguais, em dignidade.³¹

²⁸ Cf. Chaffaut, 73.

²⁹ Cf. Carlos Miguel Gómez, «El Desafío de la Verdad al Diálogo Interreligioso», em *Las interpelaciones del papa Francisco a la Teología Hoy*, ed. Hermann Rodríguez Osorio (Bogotá: PPC- Colombia, 2017), 252.

³⁰ Cf. Luiz Carlos Sureki, «Papa Francisco: Esperanza y diálogo Interreligioso», em *Las interpelaciones del Papa Francisco a la Teología Hoy*, ed. Hermann Rodríguez Osorio (Bogotá: PPC- Colombia, 2017), 261.

³¹ Cf. Papa Francisco, «Viagem apostólica ao Egito: Discurso aos participantes na conferencia internacional em prol da paz», 2017, acedido a 17 de outubro de 2020, http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/april/documents/papa-francesco_20170428_egitto-conferenza-pace.html.

Para François Bousuet e Henri de La Hougue, a Igreja Católica e o Islão têm dado passos significativos de aproximação através da defesa dos direitos humanos, de uma ordem social mais justa e da defesa da criação. Mas também no compromisso comum na promoção da paz, na defesa da família, da mulher, na educação dos jovens, na cultura, na ciência e nos media. Através de encontros, colóquios e conferências, procuram estabelecer o diálogo baseado no respeito e confiança.³²

1.1.5. O percurso feito no mundo muçulmano

Da parte do mundo muçulmano, houve iniciativas concretas, que levaram à assinatura da declaração de Abu Dhabi. Segundo Emmanuel Pisani, a abertura, o espírito de reforma do Islão nos Emirados Árabes Unidos, foi fundamental. Com o intuito de promover a reforma do Islão e lutar contra a ortodoxia extremista, os Emirados Árabes Unidos criaram em 2014 o Conselho de Anciãos Muçulmanos, cuja presidência foi confiada a Aḥmad Al-Ṭayyib, Grande Imame de Al-Azhar.³³

Na sua carta inaugural, o Conselho de Anciãos Muçulmanos definiu dezoito objetivos que podem ser agrupados em três orientações principais: 1) estabelecer segurança, justiça e paz social; 2) fortalecer a convivência entre cidadãos de um mesmo país; 3) promover relações de amizade e respeito entre seguidores de religiões diferentes. A missão do Conselho é reunir o mundo islâmico para acabar com as ideologias extremistas contrárias aos valores humanos e promover as virtudes da tolerância inerentes ao Islão.³⁴

Em março de 2017, emitiram a Declaração de Al-Azhar sobre Liberdade e Cidadania, Diversidade e Inclusão. A Declaração parte do termo ‘cidadania’ e sublinha as suas raízes na tradição islâmica, caracterizada pela ausência de discriminação e a afirmação de uma perfeita

³² Cf. Henri de La Hougue, «Où en sont les rencontres entre chrétiens et musulmans?», em *Le dialogue interreligieux: Le christianisme face aux autres traditions*, ed. François Bousquet e Henri de La Hougue (Paris: Desclée de Brouwer, 2009), 48.

³³ Cf. Emmanuel Pisani, «Le Document sur la fraternité humaine d’Abu Dhabi du 4 février 2019 et la Charte de La Mecque du 29 mai 2019 : Entre stratégies concurrentielles et avancées théologiques», 2019, par. 5, <https://journals.openedition.org/mideo/5741>.

³⁴ Cf. Pisani, par. 6.

igualdade de direitos e deveres entre muçulmanos e não muçulmanos.³⁵ A declaração afirma o seguinte:

A noção de cidadania está bem presente no Islão. Sua primeira referência aparece na Constituição de Medina e nos documentos do Profeta que regula as relações entre muçulmanos e não muçulmanos. Portanto, o conceito de cidadania não é uma solução importada, mas uma atualização da primeira prática muçulmana dado pelo Profeta. Essa prática não previa qualquer discriminação ou exclusão contra qualquer sociedade da época, mas previa o exercício de políticas baseadas na pluralidade de religiões, raças e grupos sociais, pluralidade operando no quadro da cidadania plena e igualitária [...] que estipula que não-muçulmanos e muçulmanos compartilham os mesmos direitos e os mesmos deveres.³⁶

O encontro entre os dois líderes religiosos foi fundamental para fortalecer as relações. O Papa tinha encontrado Aḥmad Al-Ṭayyib, a 23 de maio de 2016, no Vaticano. Um segundo encontro ocorreu no Cairo, em Al-Azhar, nos dias 27 e 28 de abril de 2017, quando o Papa Francisco participou numa conferência organizada pelo Conselho dos Anciãos Muçulmanos sobre o tema da paz, coexistência e diálogo inter-religioso.³⁷

É neste contexto e no âmbito do Congresso organizado pelo Conselho dos Anciãos Muçulmanos em Abu Dhabi que o Grande Imame e o Papa assinaram o documento “Fraternidade humana em prol da paz e convivência comum”³⁸ a 4 de fevereiro de 2019.

Durante o Congresso, foram trabalhados três grandes temas que deram o tom final ao documento ‘Fraternidade Humana’: 1) “Os princípios da fraternidade humana”, que aborda os desafios da consolidação da noção de cidadania, da luta contra o extremismo, da promoção do diálogo, da defesa dos direitos dos oprimidos e perseguidos. 2) “Os principais desafios da fraternidade humana no mundo”, subdivididos em questões da dignidade humana, da moral religiosa, do individualismo e materialismo, do fanatismo religioso e étnico. 3) “A responsabilidade comum para a realização da fraternidade humana”, que trabalhou as noções de responsabilidade comum para a conquista da paz mundial, a responsabilidade das organizações internacionais e humanitárias, o papel das organizações e instituições educacionais, culturais e dos media na construção e difusão da fraternidade.³⁹

³⁵ Cf. L’Orient-Le Jour, «Al-Azhar: Pluralisme et citoyenneté sont aux fondements historiques de la religion musulmane», 2017, acedido a 22 de dezembro de 2020, <https://www.lorientlejour.com/article/1038389/al-azhar-pluralisme-et-citoyennete-sont-aux-fondements-historiques-de-la-religion-musulmane.html>.

³⁶ L’Orient-Le Jour.

³⁷ Cf. Pisani, «Le Document sur la fraternité humaine d’Abou Dhabi du 4 février 2019 et la Charte de La Mecque du 29 mai 2019: Entre stratégies concurrentielles et avancées théologiques», par. 9.

³⁸ Cf. Pisani, par. 9.

³⁹ Cf. Pisani, par. 11.

Um outro passo de aproximação entre católicos e muçulmanos e que levou a assinatura da declaração “Fraternidade Humana”, é uma carta aberta, “Uma palavra comum, entre vocês e nós”, de 138 líderes e intelectuais muçulmanos,⁴⁰ dirigida ao Papa Bento XVI, depois do seu discurso pronunciado na Universidade em Ratisbona. Centrado no mandamento do amor a Deus e ao próximo, convida os líderes cristãos a reforçarem o diálogo inter-religioso, a partir do fundamento comum que se pode encontrar nas sagradas escrituras de ambas tradições, naquilo que é o amor a Deus Único e ao próximo. Mas também no respeito e dignidade de cada pessoa, no conhecimento da religião do outro, na partilha das experiências religiosas, no compromisso de promover uma educação inter-religiosa das novas gerações.⁴¹

Este percurso histórico até a assinatura da declaração “Fraternidade Humana”, fez-nos perceber que os sucessivos pontífices, desde João XXIII ao Papa Francisco, deram grande atenção à temática do diálogo inter-religioso, pondo em prática os ensinamentos da declaração *Nostra Aetate*. Isso é evidente, quer nas suas viagens apostólicas, onde tiveram encontros com os diferentes líderes e comunidades religiosas, como também nas suas encíclicas e exortações apostólicas.

Todos reconhecem esta necessidade de abertura e do diálogo com os muçulmanos, acentuando a nossa dimensão crente. Abordaram a questão da dignidade da pessoa humana; a liberdade religiosa; a promoção da paz e da convivência em comum; a não violência e a não instrumentalização do nome de Deus em favor da guerra; apelaram ao diálogo e ao conhecimento mútuo das respetivas religiões; afirmaram a importância da educação para o desenvolvimento integral da pessoa humana.

Da parte do mundo muçulmano, houve também iniciativas que levaram à assinatura do documento, assente em temas emergentes compartilhados com o mundo católico. Destacaram-se a questão da liberdade religiosa, a promoção da paz mundial, a dignidade da pessoa humana, a educação e a ecologia.

⁴⁰ Cf. Vebjorn L. Horsfjord, «Una palabra comum entre nosotros y vosotros: una portadora de esperanza», *Concilium* 387, n. 4 (2020): 477.

⁴¹ Cf. Horsfjord, 479.

1.2. As principais ideias do documento “Fraternidade Humana”

Tanto o Islão como o Cristianismo pretendem levar a mensagem de paz e de reconciliação a todas as pessoas. Esta mensagem só difere no seu conteúdo. Os caminhos e os meios são diferentes, mas a meta é comum.⁴² Este documento serve de guia e orientação para uma fraternidade comum.

O Papa Francisco e o Grande Imame Ahmad Al-Tayyib, mostram caminhos para a cultura do diálogo, da colaboração comum e do conhecimento mútuo através da declaração “Fraternidade Humana em prol da paz e convivência comum”⁴³. Esta declaração conjunta é um forte convite a redescobrir que somos irmãos e irmãs, a comprometer-se juntos pela justiça e pela paz. Neste sentido, destacaremos alguns dos pontos seguindo o espírito do documento.

O documento destaca, primeiramente, uma convicção teológica fundamental: a fé num Deus que criou o universo, as criaturas e todo o ser humano.

A fé leva o crente a ver no outro um irmão que se deve apoiar e amar. Da fé em Deus, que criou o universo, as criaturas e todos os seres humanos, iguais pela Sua Misericórdia. O crente é chamado a expressar esta fraternidade humana, salvaguardando a criação e todo o universo e apoiando todas as pessoas, especialmente as mais necessitadas e pobres.⁴⁴

Partindo desta dimensão transcendental, o documento faz uma caracterização social e religiosa do mundo contemporâneo. Daí reafirmar a necessidade da fraternidade humana, de modo que todas as pessoas que no coração trazem a fé em Deus, possam reconhecer-se como irmãos.

Exorta a uma cultura do diálogo e do encontro entre muçulmanos e católicos: «Declaramos adotar a cultura do diálogo como caminho; a colaboração comum como conduta; o conhecimento mútuo como método e critério».⁴⁵ Chama a todos para essa responsabilidade moral e religiosa, de modo que haja uma boa convivência.

Num mundo marcado muitas vezes pela guerra, a declaração faz um apelo a redescobrir os valores da justiça e da paz:

⁴² Cf. Chaffaut, «Les mutations profondes du paysage actuel et les difficultés du dialogue interreligieux», 100.

⁴³ Papa Francisco e Ahmad Al-Tayyeb, «Fraternidade Humana em Prol da Paz Mundial e Da Convivência Comum», 2019, acessado a 20 de janeiro de 2020, http://www.vatican.va/content/francesco/pt/travels/2019/outside/documents/papafrancesco_20190204_documento-fratellanza-umana.html.

⁴⁴ Papa Francisco e Ahmad Al-Tayyeb.

⁴⁵ Papa Francisco e Ahmad Al-Tayyeb.

Dirigimo-nos aos intelectuais, aos filósofos, aos homens de religião, aos artistas, aos operadores dos media e aos homens de cultura em todo o mundo, para que redescubram os valores da paz, da justiça, do bem, da beleza, da fraternidade humana e da convivência comum, para confirmar a importância destes valores como âncora de salvação para todos e procurar difundir-los por toda a parte.⁴⁶

O documento também destaca o papel da família no mundo de hoje:

É evidente quão essencial seja a família, como núcleo fundamental da sociedade e da humanidade, para dar à luz filhos, criá-los, educá-los, proporcionar-lhes uma moral sólida e a proteção familiar. Atacar a instituição familiar, desprezando-a ou duvidando da importância de seu papel, constitui um dos males mais perigosos do nosso tempo. E diz ainda “condenamos todas as práticas que ameaçam a vida, como os genocídios, os atos terroristas, os deslocamentos forçados, o tráfico de órgãos humanos, o aborto e a eutanásia e as políticas que apoiam tudo isto.”⁴⁷

Um dos pontos urgentes que se encontra no documento é a condenação de todo o tipo de violência e, de um modo particular, a instrumentalização do nome de Deus para justificar a guerra:

Pedimos a todos que cessem de instrumentalizar as religiões para incitar ao ódio, à violência, ao extremismo e ao fanatismo cego e deixem de usar o nome de Deus para justificar atos de homicídio, de exílio, de terrorismo e de opressão. Pedimo-lo pela nossa fé comum em Deus, que não criou os homens para ser assassinados ou lutar uns com os outros, nem para ser torturados ou humilhados na sua vida e na sua existência. Com efeito Deus, o Todo-Poderoso, não precisa de ser defendido por ninguém e não quer que o Seu nome seja usado para aterrorizar as pessoas.⁴⁸

É feito, assim, um forte apelo para não continuar a usar religiões para incitar ao ódio, violência, extremismo e fanatismo cego, e para se abster de usar o nome de Deus como justificação para atos de assassinato. Expressam a firme convicção de que o ensino autêntico das religiões nos convida a permanecer enraizados nos valores da paz.⁴⁹

O reconhecimento é dado ao pluralismo religioso e à diversidade como “queridos por Deus na sua sabedoria”. O diálogo, tanto cultural quanto religioso, é encorajado. A proteção dos lugares de culto é considerada um dever. O terrorismo é totalmente condenado, incluindo o apoio aos movimentos terroristas. É necessária uma cidadania plena, bem como as boas relações entre o Ocidente e o Oriente.⁵⁰

A liberdade religiosa continua a ser ameaçada. No entanto, a declaração afirma que «A liberdade é um direito de toda a pessoa. Cada um goza da liberdade de credo, de pensamento, de

⁴⁶ Papa Francisco e Ahmad Al-Tayyeb.

⁴⁷ Papa Francisco e Ahmad Al-Tayyeb.

⁴⁸ Papa Francisco e Ahmad Al-Tayyeb.

⁴⁹ Cf. Papa Francisco e Ahmad Al-Tayyeb.

⁵⁰ Cf. Papa Francisco e Ahmad Al-Tayyeb.

expressão e de ação». ⁵¹ Assim, cristãos e muçulmanos, enquanto irmãos podem construir juntos o bem comum.

Segue o apelo a respeitar os direitos das mulheres, crianças, idosos e os mais frágeis. Por fim, os dois líderes religiosos comprometeram-se a divulgar este documento para que se torne objeto de estudo em todos os níveis de ensino. ⁵²

A concretização do documento “Fraternidade Humana”, passa por iniciativas e ações concretas, de modo que não seja só um documento exortativo e indicativo, mas sim operativo.

Neste sentido, foi criado em setembro de 2019 em Abu Dhabi, um Alto Comitê Inter-religioso para implementar o documento sobre a Fraternidade Humana, liderado pelo presidente do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, Cardeal Miguel Ángel Ayuso Guixot. Faz parte também do Comitê o presidente da Universidade de Al-Azhar, prof. Mohamed Hussein Mahrasawi e o secretário-geral do Conselho Muçulmano dos Anciãos, Sultan Faisal Al Rumaithi. ⁵³

A comissão tem a tarefa de elaborar projetos e desenvolver atividades para garantir a realização dos objetivos do “Documento Fraternidade Humana”; promover o diálogo inter-religioso e valores compartilhados que incluem a tolerância e a convivência pacífica entre as pessoas de todas as religiões e fé; promover encontros com líderes religiosos e chefes de organizações internacionais para apoiar e difundir a ideia de base do documento. A comissão ainda deverá solicitar às autoridades legislativas para aderirem às disposições do documento na legislação nacional. O grupo também tem a tarefa de supervisionar a *Abrahamic Family House*. ⁵⁴

A Casa Família Abraâmica é um projeto, que surgiu após a assinatura da declaração. Consiste na construção de uma Mesquita, uma Igreja, uma sinagoga e um centro educacional, na Ilha Saadiyat, em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. Tem como objetivo desenvolver valores compartilhados entre o Judaísmo, o Cristianismo e o Islão, e também serve como uma poderosa plataforma para inspirar e nutrir a compreensão e aceitação entre pessoas de boa vontade. É dedicado aos crentes de todas as crenças abraâmicas e toda a humanidade. Possui um

⁵¹ Papa Francisco e Ahmad Al-Tayyeb.

⁵² Cf. Papa Francisco e Ahmad Al-Tayyeb.

⁵³ Cf. Rádio Vaticano, «Criação da comissão para alcançar objetivos do Documento sobre Fraternidade Humana», 2019, acessado a 20 de outubro de 2020, <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2019-08/papa-francisco-abu-dhabi-documento-comissao.html>.

⁵⁴ Cf. Rádio Vaticano.

centro educacional, com intuito de formar os jovens com base nos valores da paz e da fraternidade.⁵⁵

1.3. As reações ao documento ‘Fraternidade Humana’

O Contexto multicultural e multirreligioso que vivemos hoje, associado ao fenómeno da mundialização e do crescimento tecnológico, exige uma nova forma de estar, partindo dos princípios da Fraternidade Humana. Neste contexto, o diálogo inter-religioso e intercultural é crucial, nos campos religioso, social e político. É necessário estabelecer uma coexistência pacífica. As religiões podem desempenhar este papel de mediação, de pacificação e de reconciliação.⁵⁶ É neste quadro que podemos perceber a importância desta declaração.

A recolha das reações do mundo católico, muçulmano e académico, permitem-nos perceber o impacto deste documento, na vida social e religiosa dos crentes católicos e muçulmanos. E saber também até que ponto é acolhido e quais são os desafios a ser ultrapassados.

1.3.1. O mundo católico

A assinatura da declaração “Fraternidade Humana”, é vista como um momento histórico, um passo fundamental nas relações entre católicos e muçulmanos. O documento aborda temas emergentes, tais como a importância da paz, a não instrumentalização do nome de Deus em favor da guerra, a liberdade e direitos da mulher etc.

O documento reveste-se de grande simbolismo, porque coincide com a comemoração dos oitocentos anos do encontro entre Francisco de Assis e o sultão Al-Malik al-Kāmil. Também é fruto de um percurso traçado desde João XXIII até ao Papa Francisco. O Papa Francisco assina um documento no qual não só se rejeita qualquer justificação para a violência cometida em nome

⁵⁵ Cf. Comité Superior de Fraternidade Humana, «Casa da Família Abraâmica», 2019, acedido a 27 de outubro de 2020, <https://www.forhumanfraternity.org/abrahamic-family-house>.

⁵⁶ Cf. Follo, «Éduquer ao dialogue interculturel: vivre ensemble pour une civilisation de l’amour», 8.

de Deus, mas também se fala claramente de questões como o terrorismo, a guerra, a liberdade religiosa, os direitos da mulher. Estas questões continuam a ser hoje um desafio.⁵⁷

Para Jason Welle, o encontro do Papa e do Grande Imame reflete o simbolismo do encontro de São Francisco e Al-Malik al-Kamil, que acreditaram no poder da irmandade. Esta é a lente predominante através da qual o Papa Francisco viajou para os Emirados Árabes Unidos. Disse ainda que o Bispo de Roma e o Grande Imame de Al-Azhar convidam todos os que têm fé em Deus e confiança na fraternidade humana a unirem-se e trabalhem juntos para criar uma cultura de mútuo respeito, na consciência da grande graça divina que faz todos irmãos e irmãs.⁵⁸

O Cardeal Michael Fitzgerald faz a sua reflexão sobre o documento “Fraternidade Humana” a partir do título, mais concretamente, da expressão “convivência”. Esta expressão, segundo ele, não é muito comum em escritos sobre o diálogo inter-religioso. Afirma que a fraternidade de que fala o texto não se baseia na pertença religiosa, mas sim em Deus que criou todos os seres humanos.⁵⁹

Para justificar a sua posição recorreu ao fundamento bíblico, «Visto que Deus nos amou tanto, nós também nos devemos amar uns aos outros» (1 Jo 4, 11) e «quem diz Eu amo a Deus e odeia seu irmão é um mentiroso, porque quem não ama o irmão que vê, não pode amar a Deus, a quem nunca viu. Portanto, este é o mandamento que Ele nos deu: quem ama a Deus também ama o seu irmão» (1 Jo 4, 20-21). Deste modo, afirma que a fraternidade nasce da irmandade pela qual Deus incutiu no coração dos homens o sonho da fraternidade.⁶⁰

Segundo a análise de Emmanuel Pisani, o documento não inclui nenhuma citação religiosa explícita, seja do Alcorão ou da Bíblia, ou a menção de pensadores cristãos ou muçulmanos ou teólogos dos séculos anteriores.⁶¹ O Cardeal Fitzgerald partilha a mesma opinião, mas afirma que o documento faz referência indireta aos documentos do Magistério, quando fala da “partilha das alegrias, dores e problemas do nosso mundo contemporâneo” lembrando as palavras iniciais do documento *Gaudium et Spes*. Uma outra constatação é a da

⁵⁷ Cf. Rádio Vaticano, «Oitocentos anos depois, um novo abraço e um compromisso com a paz», 2019, acedido a 20 de outubro de 2020, <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-02/papa-francisco-abu-dhabi-tornielli-declaracao-comum.html>.

⁵⁸ Cf. Jason Welle, «Damieta After 800: Sources, Effects, Prospects», *Islamochristiana* 45 (2019): 64.

⁵⁹ Cf. Michael Fitzgerald, «Reflections on Human Fraternity», *Islamochristiana* 45 (2019): 17.

⁶⁰ Cf. Fitzgerald, 19.

⁶¹ Cf. Pisani, «Le Document sur la fraternité humaine d’Abou Dhabi du 4 février 2019 et la Charte de La Mecque du 29 mai 2019 : Entre stratégies concurrentielles et avancées théologiques», par. 12.

referência às onze invocações como, por exemplo, “em nome de Deus”; “em nome da alma humana inocente” etc., nas quais há uma ressonância islâmica.⁶²

Um outro olhar veio de Jutta Sperber, pastora da Igreja Luterana da Baviera, que nos apresenta uma visão do documento do ponto de vista protestante. Em primeiro lugar, enaltece o documento como um forte sinal de aprofundamento de diálogo entre católicos e muçulmanos, como forma de convivência pacífica num mundo em que o perigo da guerra parece aumentar cada vez mais. Mas critica-o pela pretensão de ser um documento com alcance mundial, onde apenas dois líderes religiosos, em nome de todos os católicos romanos e muçulmanos sunitas, assinaram o documento. Para ela, um documento deste nível devia incluir outras confissões religiosas.⁶³

Uma outra crítica é que parece ser mais um documento de intenções, dada a dificuldade da sua aplicação prática. E o documento carece de fundamentação teológica quando faz certas afirmações. Uma declaração de intenções diz Janvier De La Torre Díaz, porque o documento fala da igualdade entre homens e mulheres, mas essa igualdade na Igreja Católica e no Islão pode ser questionada. Sem falar da igualdade de muçulmanos e não muçulmanos numa sociedade que se considera islâmica é um problema que ainda não está resolvido. Reafirma que é uma declaração de intenção, porque a própria tradição islâmica considera possível ou mesmo necessário matar uma pessoa que está agindo contra a vontade de Deus ou também a pena de morte para os apóstatas.⁶⁴

O mesmo se aplica quando se fala da liberdade religiosa e da liberdade de consciência. Segundo Jutta Sperber, a definição que está no texto é uma definição ocidental bastante moderna de liberdade, enquanto em árabe significa não ser um escravo. A questão da liberdade foi um problema para os dogmáticos católicos antes do Vaticano II e ainda é um problema para o Islão.⁶⁵

Nesta linha, Emmanuel Pisani ressalta a contribuição do Papa Francisco e toda a teologia católica sobre a questão da liberdade religiosa presente no texto. Afirma que a liberdade religiosa está ligada a outro conceito, dentro do paradigma moderno, que é a liberdade de consciência. Assim, para a Igreja católica, a liberdade de consciência abre ao reconhecimento de que uma

⁶² Cf. Fitzgerald, «Reflections on Human Fraternity», 22.

⁶³ Cf. Jutta Sperber, «The Document Human Fraternity For World Peace And Living Together: A Protestant Comment», *Islamochristiana* 45 (2019): 69.

⁶⁴ Cf. Janvier De La Torre Díaz, «El Papa Francisco y La Cultura Del Encontro. Una aportacion para el Diálogo y la paz entre las Religiones», *Miscelánea Comillas* 76, n. 148 (2018): 70.

⁶⁵ Cf. Sperber, «The Document Human Fraternity For World Peace And Living Together: A Protestant Comment», 71.

pessoa acredita ou pensar o que quer, sem referência objetiva à verdade, desde que seja animada pela vontade de buscar a verdade.⁶⁶

O Concílio Vaticano II afirmou que toda pessoa humana tem o direito de agir de acordo com a regra da sua consciência (cf. DH 3) e defendeu o direito da pessoa e das comunidades à liberdade social e civil em questões religiosas. Assim, a liberdade religiosa individual, incluindo a possibilidade de mudança de religião, e a liberdade de religião, garantindo aos seguidores de uma religião o exercício do culto e a não discriminação civil em razão da sua religião (cf. DH 4).

Em certos países de constituição islâmica, esse direito de mudar de religião é impossível. As restrições à liberdade religiosa nesses países põem em causa as normas jurídicas mundialmente aceites sobre as liberdades fundamentais da pessoa humana. O desafio é a autonomia religiosa e o respeito pela liberdade de consciência e liberdade religiosa no mundo muçulmano.⁶⁷

A grande diversidade do Islão também impede que haja um consenso sobre esta matéria. Esta diversidade também dificulta o diálogo teológico sobre a liberdade de consciência e a liberdade religiosa, sobre a valorização e o sentido da vida e do bem comum.⁶⁸

Emmanuel Pisani, vai na mesma linha de pensamento e afirma que, no Islão, os conceitos da liberdade religiosa e liberdade de consciência receberam até agora pouca atenção. Daí a necessidade de o mundo árabe islâmico repensar e integrar esses conceitos dentro do campo dos direitos fundamentais da pessoa e do pluralismo religioso.⁶⁹

Nesse sentido é preciso apostar na educação e na formação de consciência, segundo os valores da paz, da justiça e do bem comum. Apostar numa educação que promove a dignidade humana. Favorecer o acesso à educação, principalmente a educação das meninas, é um dever prioritário no mundo muçulmano. É um meio de quebrar as desigualdades entre homens e

⁶⁶ Cf. Pisani, «Le Document sur la fraternité humaine d'Abou Dhabi du 4 février 2019 et la Charte de La Mecque du 29 mai 2019 : Entre stratégies concurrentielles et avancées théologiques», par. 13.

⁶⁷ Cf. Richard Potz, «Mission et liberté religieuse : un contexte occidental en évolution», *Spiritus*, n. 214 (2014): 73.

⁶⁸ Cf. Chaffaut, «Les mutations profondes du paysage actuel et les difficultés du dialogue interreligieux», 23.

⁶⁹ Cf. Pisani, «Le Document sur la fraternité humaine d'Abou Dhabi du 4 février 2019 et la Charte de La Mecque du 29 mai 2019 : Entre stratégies concurrentielles et avancées théologiques», par. 14.

mulheres e promover a emancipação das mulheres. O desafio é de uma educação autêntica e integral, com base no respeito da cultura, da história e da religião do outro.⁷⁰

Quanto ao pluralismo religioso, Emmanuel Pisani afirma que há uma certa transposição para o pensamento islâmico contemporâneo dos paradigmas da teologia cristã das religiões. O documento de Abu Dhabi fala do pluralismo religioso a partir do pluralismo e diversidade de religião, cor, sexo, raça. E afirma que parte da vontade divina, pela qual Deus criou os seres humanos. Nesse sentido, Deus deseja uma vontade que permita o pluralismo religioso, mas essa permissão é insatisfatória do ponto de vista da perfeição.⁷¹ Para Jutta Sperber, essa pluralidade de religiões é desejada por Deus, mas está faltando o argumento teológico que vincula tal afirmação.⁷² Encontramos assim uma teologia do pluralismo religioso, com base na relação entre culturas ou religiões, na aceitação necessária das diferenças em nome da vontade divina.

Segundo Claude Geffré, o pluralismo religioso pode ser considerado como um desígnio misterioso de Deus, onde o seu significado último nos ultrapassa. O pluralismo religioso mostra-nos a pluralidade de caminhos que nos conduzem a Deus.⁷³

Alessandro Gisotti, então diretor interino da sala de imprensa da Santa Sé, defende que o documento “Fraternidade Humana” representa um passo de grande importância no diálogo entre cristãos e muçulmanos e é visto como um poderoso sinal de paz e esperança para o futuro da humanidade. O documento faz um apelo vibrante a responder ao mal com o bem, a fortalecer o diálogo inter-religioso e a promover o respeito mútuo. Indica o caminho para a paz e a reconciliação no qual todos as pessoas de boa vontade podem caminhar, não apenas cristãos e muçulmanos. Ele define o documento como “corajoso e profético”, porque chama pelo nome, os temas mais urgentes do nosso tempo. Temas sobre os quais quem acredita em Deus é exortado a questionar a própria consciência e a assumir com confiança e decisão a sua responsabilidade e contribuir deste modo para um mundo mais justo e solidário.⁷⁴

Na perspectiva de Rui Miguel Fernandes, a declaração põe em evidência o modo como cada religião, na sua especificidade e pretensão própria, nos prepara para uma relação. Deste

⁷⁰ Cf. Follo, «Éduquer ao dialogue interculturel: vivre ensemble pour une civilisation de l’amour», 145.

⁷¹ Cf. Pisani, «Le Document sur la fraternité humaine d’Abou Dhabi du 4 février 2019 et la Charte de La Mecque du 29 mai 2019 : Entre stratégies concurrentielles et avancées théologiques», par. 21.

⁷² Cf. Sperber, «The Document Human Fraternity For World Peace And Living Together: A Protestant Comment», 72.

⁷³ Cf. Geffré, «Où en est la théologie des religions vingt ans après Assise», 184.

⁷⁴ Cf. Rádio Vaticano, «Documento sobre a Fraternidade: sinal poderoso para o futuro da humanidade», 2019, acessado a 20 de outubro de 2020, <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-02/papa-francisco-abu-dhabi-documento.html>.

modo, não se pede às religiões que deixem de ser o que são, antes espera-se que possam oferecer o melhor de si para benefício de todos e para uma convivência fraterna.⁷⁵ Neste sentido afirma que:

Se Deus é de facto salaam/paz, então ao construir relações de paz, as religiões não apenas dão testemunho do Deus em que acreditam, como ainda fazem experiência d'Ele: encontram-n'O. O que a declaração sugere é que a identidade de cada religião não é defensiva, mas aberta. As religiões são tanto mais autênticas quanto mais conduzem ao encontro com os outros - como quem se entrega ao seu próprio Deus.⁷⁶

O mundo multiétnico, pluricultural e plurirreligioso do tempo presente exige uma abertura de diálogo e colaboração de ambas as partes, católicos e muçulmanos, de modo a estabelecer uma cultura de paz. Uma paz autêntica entre as religiões é a condição necessária e essencial para a paz entre os povos. O apelo é deixar todo o juízo negativo e abrir caminhos para uma relação sincera e fecunda.⁷⁷

Para o cardeal Miguel Angel Ayuso Guixot, a declaração de Abu Dhabi foi um momento significativo no caminho do diálogo inter-religioso, e abre uma nova janela para novos horizontes mais aprofundados no campo do diálogo com os muçulmanos. Afirma ainda que o documento reflete os ensinamentos do Vaticano II, concretamente a *Nostra Aetate* e *Dignitatis Humanae*. O desafio agora, é a práxis desta declaração.⁷⁸

Segundo Tony Neves, Coordenador de Justiça, Paz e Integridade da Criação e do Diálogo Inter-religioso, dos Missionários Espiritanos, a viagem do Papa aos Emirados Árabes Unidos, tem uma dimensão pastoral e profética. Uma dimensão pastoral porque o Papa continua a percorrer os caminhos do mundo em nome dos grandes valores do Evangelho, sempre com o coração aberto para ouvir e dialogar. Mas também disposto a proclamar a paz, a liberdade, e o respeito pelos direitos humanos.⁷⁹

Um sinal profético, porque o Papa não teve receio de condenar todo o tipo de violência e apelou para a paz e a fraternidade universal. Condenou a violência em nome da religião,

⁷⁵ Cf. Rui Miguel Fernandes, «Deus é Salaam», *Brotéria* 188, n. 2 (2019): 95.

⁷⁶ Fernandes, 95.

⁷⁷ Cf. Jacques Dupuis, *La rencontre du christianisme et des religions* (Paris: CERF, 2002), 20.

⁷⁸ Cf. Rádio Vaticano, «Reação do cardeal Miguel Ángel Ayuso Guixot: primeiro aniversário do Documento sobre Fraternidade Humana», 2020, acessado a 20 de outubro de 2020, <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2020-01/documento-fraternidade-humana-concilio-vaticano-ii-ayuso-guixot.html>.

⁷⁹ Cf. Tony Neves, *Lusofonias: De Roma para o Mundo* (Roma: s. ed., 2021), 39.

considerando-a ilegítima e injustificável. Não aceitou a lógica da corrida aos armamentos, da construção de muros e desprezo pelas minorias religiosas.⁸⁰

1.3.2. O mundo muçulmano

No mundo muçulmano, as reações não foram tão expressivas. Isto justifica-se pela diversidade religiosa dentro do mundo muçulmano, entre os quais os sunitas, xiitas e sufis. Mas o documento teve um bom acolhimento por parte das comunidades muçulmanas, dos seus líderes e intelectuais.

Segundo Mohammad Ali Shomali, a declaração Abu Dhabi é um dos documentos inter-religiosos mais importantes do século XXI. Propõe diversos caminhos para a paz e o respeito mútuo entre cristãos e muçulmanos. Disse ainda que a assinatura conjunta do documento demonstra que muitos obstáculos já foram superados nas relações entre as duas religiões e um clima de mútua confiança foi construído. O desafio é continuar a dialogar, apesar das diferenças.⁸¹

Por ocasião da viagem apostólica do Papa Francisco a Marrocos, em março 2019, o Rei Mohammed VI, fez o seu discurso na linha daquilo que o documento “Fraternidade Humana” pede, nomeadamente a garantia da proteção dos lugares de culto, quer dos judeus, dos cristãos e dos muçulmanos e garante também o livre exercício do culto.⁸²

Quanto à violência e à instrumentalização do nome de Deus, o Rei afirma que se deve apostar na educação:

Para lidar com o radicalismo, a resposta não é militar nem orçamentária; tem apenas um nome: Educação. Meu apelo por educação é uma acusação contra a ignorância: são as conceções binárias e a ignorância que ameaçam nossas civilizações. Nunca religião. É por isso que, hoje, como Comandante dos Fiéis, imploro o retorno da religião ao seu devido lugar na educação. Por isso, é impossível para mim falar diante dos jovens sem alertá-los contra os fenômenos de radicalização e entrada na violência. O que todos os terroristas têm em comum não é a religião, é precisamente a ignorância da religião.⁸³

⁸⁰ Cf. Neves, 39.

⁸¹ Cf. Mohammad Ali Shomali, «A Shi’A Muslim Perspective On The “Document On Human Fraternity For World Peace And Living Together”», *Islamochristiana* 45 (2019): 81.

⁸² Cf. Vincent Feroldi, «Un voyage aux multiples facettes», 2019, acedido a 06 de setembro de 2020, <https://gric-international.org/2019/approfondir-le-dialogue/autres-experiences-de-rencontres-islamo-chetiennes/un-voyage-aux-multiples-facettes-par-vincent-feroldi-ancien-secretaire-general-du-gric/>.

⁸³ Feroldi.

Segundo a teóloga muçulmana Shahrzad Houshmand Zadeh, a declaração conjunta entre o Papa Francisco e o Grande Imame Al-Tayyib, constitui uma etapa importante alcançada no diálogo inter-religioso. Afirma, que o documento é resultado de coragem e sabedoria. Pois, foi a primeira vez que um Papa viajou a uma terra que é centro e coração do Islão. Disse ainda que a mensagem importante deste acontecimento é de que precisamos de ver o outro na sua dignidade enquanto ser humano, ver o outro como imagem de Deus.⁸⁴

O Imame Yahya Pallavicini, presidente da Comunidade Religiosa Islâmica Italiana, define a declaração “Fraternidade Humana” como um documento histórico de grande inspiração e concreto, que retira toda a possibilidade de interpretações ambíguas. Uns dos pontos centrais, segundo ele, é a condenação da violência e da instrumentalização do nome de Deus em favor da guerra. Afirma que já não há mais espaço para nenhuma mistificação da religião que possa legitimar a violência.⁸⁵

Uma outra reação veio de vinte e dois líderes e intelectuais sunitas, xiitas e sufis⁸⁶ que manifestaram a sua adesão ao documento “Fraternidade Humana”. O texto denominado “*La fraternité pour la connaissance et la collaboration*” define a assinatura da declaração sobre a “Fraternidade Humana” como um evento institucional sem precedentes na história das relações entre cristãos católicos e muçulmanos. Afirma que o documento reflete um sinal de abertura de uma nova fase nas relações, orientada para o reconhecimento da diversidade de revelações, teologias, religiões, línguas e comunidades religiosas.⁸⁷

Afirmam ainda que é uma oportunidade para colocar em prática a fraternidade que é uma vocação contida no plano de Deus para a Criação. Reiteram que o Alcorão recomenda o diálogo inter-religioso, e hoje cada vez mais esse diálogo é imprescindível para uma boa convivência. Neste sentido, é necessário promover iniciativas locais e académicas, com base na declaração, constituindo assim uma rede de apoio ao diálogo entre cristãos e muçulmanos.⁸⁸

⁸⁴ Cf. Rádio Vaticano, «Documento resultado de coragem e sabedoria», 2019, acessido a 20 de outubro de 2020, <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-02/papa-francisco-abu-dhabi-teologa-houshmand.html>.

⁸⁵ Cf. Rádio Vaticano, «Entrevista do Imame Yahya Pallavicini sobre a declaração Fraternidade Humana», 2019, acessido a 20 de outubro de 2020, <https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2019-02/papa-francisco-abu-dhabi-imame-yahya-declaracao-conjunta.html>.

⁸⁶ Cf. Conférence des évêques de France : Service National pour les relations avec les musulmans, «La fraternité pour la connaissance et la collaboration», 2019, acessido a 27 de outubro de 2020, <https://www.christians-muslims.com/fr/document>.

⁸⁷ Cf. Conférence des évêques de France : Service National pour les relations avec les musulmans, «La fraternité pour la connaissance et la collaboration», 2019, acessido a 27 de outubro de 2020, <https://www.christians-muslims.com/fr/document>.

⁸⁸ Cf. Conférence des évêques de France : Service National pour les relations avec les musulmans.

Nesta perspetiva, cristãos católicos e muçulmanos são chamados a ver o homem na sua verdade antropológica. A credibilidade do anúncio de ambas as religiões, passa pelo testemunho que dão à humanidade através de uma convivência pacífica. Também passa pela escuta da vida do outro, da sua cultura, da sua representação do mundo e da sua conceção do homem.⁸⁹

Nesta linha, Mohammad Ali Shomali afirma que um dos desafios mais difíceis é ver a Deus no rosto do outro, de ver Deus em outras comunidades religiosas e outros locais de culto. No entanto, deve-se buscar a verdade e encontrar a representação que está mais próxima da verdade. O importante é reconhecer que todos os profetas nos ajudam a caminhar para Deus.⁹⁰

O documento *Fraternidade Humana*, foi também estudado e refletido pelos líderes e intelectuais muçulmanos durante a 6ª assembleia do fórum para a promoção da paz na sociedade muçulmana, ocorrido em dezembro de 2019 em Abu Dhabi. Sob o título “*Nouvelle Alliance de la Vertu*”, refletiram sobre a liberdade religiosa, cooperação e tolerância do Estado, de modo a passar de meras possibilidades para compromissos éticos e obrigações legais essenciais, em particular no que diz respeito à proteção de locais de culto, cujos ataques continuam a ameaçar a liberdade religiosa hoje em muitas partes do mundo. Neste sentido, reafirmaram a necessidade de construir a paz mundial baseada na tolerância e na liberdade religiosa.⁹¹

O documento condena o terrorismo e propõe a adaptação da legislação de modo a atenuar os conflitos religiosos e éticos. Refletiram também sobre a questão da islamofobia e da necessidade de eliminar os preconceitos de que o Islão é uma religião de violência. Daí a necessidade de conhecer o Islão e os seus nobres objetivos. Reafirmaram a necessidade de desenvolvimento de programas que proporcionam a luta contra fome, pobreza, doenças e degradação ambiental. Destacaram a preocupação da autonomização da mulher, de modo a não minimizar o seu contributo no campo religioso, político e social. E também a valorização do papel da família e a proteção das crianças e o seu direito à educação.⁹²

⁸⁹ Cf. Hougue, «Où en sont les rencontres entre chrétiens et musulmans?», 63.

⁹⁰ Cf. Shomali, «A Shi’A Muslim Perspective On The “Document On Human Fraternity For World Peace And Living Together”», 81.

⁹¹ Cf. Service National pour les relations avec les musulmans, «Charte de la Nouvelle Alliance de la Vertu», Conférence des évêques de France, 2019, 1, acedido a 27 de outubro de 2020, <https://relations-catholiques-musulmans.ccf.fr/wp-content/uploads/sites/17/2019/12/Charte-de-la-Nouvelle-Alliance-de-la-Vertu-en-francais.pdf>.

⁹² Cf. Service National pour les relations avec les musulmans, 3–4.

1.3.3. O mundo académico

Um das exortações feitas na declaração “Fraternidade Humana” é que este documento deve ser estudado, refletido e aprofundado nas escolas, universidades e centros de formação. Neste sentido, várias iniciativas, como fórum, congressos e estudos foram desenvolvidos de modo a dar resposta ao apelo feito na declaração de Abu Dhabi. São importantes estas iniciativas, porque abrem esperança e inspiração para o futuro nas relações entre muçulmanos e cristãos católicos.

Neste sentido, o Centro de Estudos Inter-religiosos da Universidade Gregoriana e o Pontifício Instituto de Estudos Árabes e Islâmicos (Pisai) promoveram em Roma um fórum de aprofundamento do documento “Fraternidade Humana”. Intitulado “*Le document sur la fraternité humaine: un nouvel horizon pour le dialogue islamo-chrétien?*”⁹³, contou com a participação de vários teólogos, entre os quais o teólogo muçulmano Adnane Mokrani e o Padre Laurent Basanese, diretor do centro do estudo do diálogo inter-religioso da Gregoriana.

Para Adnane Mokrani, a declaração sobre a “Fraternidade Humana” tem um grande peso simbólico porque foi assinada por duas autoridades religiosas. Afirma que o documento possui um horizonte universal, mas tem a focagem islâmico-cristã. O seu conteúdo não se limita aos discursos éticos, aos valores comuns, mas oferece um quadro teológico geral que sustenta tais valores. Não se trata somente de ética, mas também da fé.⁹⁴

Todo o documento reafirma a dimensão crente das duas religiões, cujo ponto de partida é a fé em Deus. Esta fé parte de uma responsabilidade diante de Deus para uma responsabilidade coletiva da humanidade e do criado. Nesta ótica, o Cristianismo e o Islão não só se aproximam nos valores éticos fundamentais, mas aproximam-se pela fé em Deus e pelo reconhecimento da dignidade da pessoa humana. Esta base teológica e ética permite o diálogo, solidariedade e missão comum ao serviço da humanidade.⁹⁵

⁹³ Cf. Plateforme Universitaire de Recherche sur L’Islam en Europe et au Liban (PLURIEL), «Le document sur la fraternité humaine: un nouvel horizon pour le dialogue islamo-chrétien?», 2019, acedido a 15 de dezembro de 2020, <https://pluriel.fuce.eu/videos/forum-il-documento-sulla-fratellanza-umana-un-nuovo-orizzonte-per-il-dialogo-islamo-cristiano/>.

⁹⁴ Cf. Adnane Mokrani, «Le document sur la fraternité humaine: un nouvel horizon pour le dialogue islamo-chrétien?», Plateforme Universitaire de Recherche sur L’Islam en Europe et au Liban (PLURIEL), 2019, 9:60 a 10:40, acedido a 28 de outubro de 2020, <https://pluriel.fuce.eu/videos/forum-il-documento-sulla-fratellanza-umana-un-nuovo-orizzonte-per-il-dialogo-islamo-cristiano/>.

⁹⁵ Cf. Mokrani, 10:46 a 10:55.

O documento tem por base uma teologia e uma ética, que parte da expressão “em nome de Deus, em nome da alma inocente, em nome dos pobres e miseráveis” etc. Neste sentido afirma Adnane Mokrani:

Há uma categoria muito importante Deus-Pessoa-Valores. Quem serve Deus, serve pessoas e quem serve as pessoas, realiza e atualiza valores fundamentais. E com isso serve Deus. É um círculo. [...] É importante isso, a fé em Deus, que leva ao cuidado da criação, do serviço humano de solidariedade e de atualização de valores fundamentais. Essa é a consciência cósmica das religiões.⁹⁶

Quanto aos destinatários, o documento é dirigido às pessoas de boa vontade. Isso representa uma visão particular do papel, da missão da religião no espaço público. Porque a religião e os crentes fazem parte de um complexo multicolor e variado. Sozinhos não funcionam, é preciso uma rede, onde pode encontrar respostas, como nos artistas, nos intelectuais etc. A fator religioso é um ponto peculiar devido à sua dimensão profética, afirma Adnane Mokrani.⁹⁷

Uma outra apreciação deste teólogo muçulmano é a questão da liberdade e do pluralismo religioso. Diz que o documento aborda claramente a liberdade de crença, de pensamento como um direito original da pessoa. E tudo isto é resultado da Sabedoria Divina que é assente na diversidade e na liberdade.⁹⁸

Do ponto de vista do padre Laurent Basanese, a originalidade do documento deve-se primeiramente à presença considerável de não muçulmanos naquele evento. Mas também a própria presença do Papa e cobertura mediática, porque é primeira vez que um pontífice viaja oficialmente a um país da península arábica. E a outra originalidade, é que não se fala do diálogo inter-religioso nem de diálogo islâmico-cristão no documento. As palavras ‘Islão’ e ‘Cristianismo’ não aparecem. A declaração é dirigida a todos, crentes, não crentes e todas as pessoas de boa vontade.⁹⁹

Segundo Laurent Basanese, o texto é uma exortação a mudar de paradigma, a abandonar a ideologia da conquista, da guerra e do poder da superioridade, para uma verdadeira fraternidade onde assenta os valores da família, da cidadania, da ética e da liberdade. E apela para uma

⁹⁶ Mokrani, 17:23 a 18:30.

⁹⁷ Cf. Mokrani, 19:15 a 20:29.

⁹⁸ Cf. Mokrani, 23:50 a 25:30 .

⁹⁹ Cf. Laurent Basanese, «Il Documento Sulla Fratellanza Umana Per La Pace Mondiale e La Convivenza Comune Del 4 Febbraio 2019», *Islamochristiana* 45 (219AD): 32.

convivência pacífica tendo em conta a sociedade multicultural e multirreligiosa que vivemos hoje, de modo a transformar a diferença em solidariedade.¹⁰⁰

Na sua análise, o professor Michel Younès, destaca a dimensão teológica do documento que condena todo o ato de indiferença, de extremismo religioso e apela à igualdade e boa convivência:

Em nome da fé, os dois líderes, o Papa e o Grande Imame, se comprometeram dizendo claramente que a criatura humana é igual. E chamam à atenção da igualdade de direitos por todos, independentemente da confissão de fé. Saímos desta lógica de que tu não fazes parte da minha igreja, da minha comunidade, onde há uma diferença ao nível do estatuto. A segunda coisa, é o compromisso forte da maneira de falar “Não”. Um não inclusive onde vemos verdadeiramente como crentes. Somos crentes, apesar da diferença dos conteúdos da fé. A terceira coisa que, é que chamam as coisas pelo nome, não atirar a culpa aos outros.¹⁰¹

Quanto aos direitos das mulheres, da sua instrução, da sua participação na vida cívica referida na declaração “Fraternidade Humana, Michel Younès diz que se deve levar em conta o contexto de cada país e de cada cultura. Afirma neste sentido:

O que é interessante de sublinhar é o compromisso dos dois em dar este passo, porque em certos contextos, existe uma forma de desigualdade seja ligado a interpretação religiosa ou cultural. É isso que dá esta dinâmica, em nome da fé no compromisso social (...). A ideia não é identificar a sociedade onde há desigualdade em relação a mulher. Mas onde há essa injustiça, temos direito como crentes, que chama a igualdade em nome da criação, da dignidade humana.¹⁰²

Um outro ponto de vista é de Mohammed Bajrafil, linguista, teólogo muçulmano e imame na Mesquita d’Ivry-sur-Seine em França. Afirma que a ideia de base do texto é que somos humanos, antes de sermos cristãos, judeus ou muçulmanos. Na sua ótica, o único problema do texto é que não foi abordada a questão da liberdade de consciência. Porque em certas regiões do mundo muçulmano, é difícil um muçulmano mudar da religião.¹⁰³

Sobre a ausência da temática da liberdade de consciência, o professor Michel Younès, explicou que é necessário tempo para a comunidade muçulmana tomar consciência disso. Do mesmo modo que a Igreja Católica levou tempo a aceitar, de uma forma clara, a questão da

¹⁰⁰ Cf. Basanese, 38.

¹⁰¹ Michel Younès, «Déclaration d’Abu Dhabi, ovni théologique», Plateforme Universitaire de Recherche sur L’Islam en Europe et au Liban (PLURIEL), 2019, 8:19 a 9:24, acedido a 05 de novembro de 2020, <https://pluriel.fuce.eu/videos/declaration-d’abu-dhabi-ovni-theologique/>.

¹⁰² Younès, 26:36 a 27:35.

¹⁰³ Cf. Mohammed Bajrafil, «Déclaration d’Abu Dhabi, ovni théologique», Plateforme Universitaire de Recherche sur L’Islam en Europe et au Liban (PLURIEL), 2019, 22:33 a 23:10, acedido a 05 de novembro de 2020, <https://pluriel.fuce.eu/videos/declaration-d’abu-dhabi-ovni-theologique/>.

liberdade de consciência, e também a comunidade muçulmana terá de ultrapassar esse desafio, apesar da ortodoxia islâmica ligada à tradição que dificulta tal mudança.¹⁰⁴

André Ferre destaca a personalidade dos dois líderes religiosos. Ambos ocupam uma posição internacionalmente reconhecida, sendo um o Grande Imame Ahmed El-Tayeb, uma autoridade reconhecida no Islão sunita, o Papa Francisco exercendo autoridade suprema no catolicismo. Afirma que esta declaração não deve ser considerada um documento oficial nem de Al-Azhar como as decisões de um conselho, nem do Vaticano como as encíclicas ou outros documentos do magistério. Mas é um passo determinante que estabelece ações concretas que favorecem o diálogo entre católicos e muçulmanos. Diz também que é um texto que reivindica um alcance universal, sem levar em conta as fronteiras religiosas, políticas ou sociais.¹⁰⁵

Dos comentários e da análise feitos ao documento, podemos verificar que todos partem da natureza teológica que está subjacente no documento. Esta natureza teológica encontra-se nas expressões, “enquanto crentes”, ou em vários parágrafos quando cita “em nome Deus”. Mas também analisaram vários pontos do documento na sua dimensão ética e social. Todos aplaudiram a assinatura do documento, afirmando que é um passo importante no diálogo inter-religioso entre católicos e muçulmanos, mas também um passo para uma convivência fraterna entre todos. Chamaram a atenção para o estudo e o aprofundamento do documento, e desafiaram à sua reflexão, sobretudo em alguns conteúdos como a liberdade de consciência. Sublinharam também os limites do documento, principalmente a sua representatividade da parte do mundo muçulmano e identificaram algumas críticas negativas, tanto do mundo católico como do mundo muçulmano.

1.4. Encíclica *Fratelli Tutti*: um caminho para o diálogo inter-religioso

A publicação desta encíclica mostra o interesse da Igreja Católica em continuar o dialogar com o mundo e com as outras tradições religiosas, de modo a caminharem juntos para uma fraternidade universal. Ela reúne e desenvolve grandes temas expostos no documento

¹⁰⁴ Cf. Younès, «Déclaration d'Abu Dhabi, ovni théologique», 24:09 a 25:43.

¹⁰⁵ Cf. André Ferre, «Quelques réflexions autour du Document d 'Abu Dhabi», 2020, acedido a 29 de outubro de 2020, <https://gric-international.org/2020/approfondir-le-dialogue/autres-experiences-de-rencontres-islamo-chetiennes/quelques-reflexions-autour-du-document-dabu-dhabi-par-andre-ferre-gric-tunis/>.

“Fraternidade Humana”, e reafirma a abertura e diálogo do Papa Francisco com o mundo muçulmano e com todas as pessoas de boa vontade.

Neste sentido, afirma o Papa:

Agora senti-me especialmente estimulado pelo Grande Imame Ahmad Al-Tayyeb, com quem me encontrei, em Abu Dhabi, para lembrar que Deus “criou todos os seres humanos iguais nos direitos, nos deveres e na dignidade, e os chamou a conviver entre si como irmãos”. Não se tratou de mero ato diplomático, mas duma reflexão feita em diálogo e dum compromisso conjunto. Esta encíclica reúne e desenvolve grandes temas expostos naquele documento que assinamos juntos (FT 5).

Mais uma vez, o Papa defende a dignidade da pessoa humana e apela à fraternidade universal (cf. FT 106). Esta fraternidade que começa nas famílias, o primeiro lugar onde se vivem e transmitem os valores do amor e da fraternidade, da convivência e da partilha, da atenção e cuidado do outro. São também o espaço para a transmissão da fé (cf. FT 114).

Apelou para uma ética global de solidariedade e de cooperação ao serviço de um futuro modelado pela interdependência e a corresponsabilidade na família humana inteira (cf. FT 127). Nesse sentido é necessário dialogar, acolher e procurar pontos de contacto, de modo a construir pontes e quebrar a indiferença e o egoísmo (cf. FT 201).

O capítulo VIII da *Fratelli Tutti*, fala das religiões ao serviço da fraternidade no mundo. Reafirma o papel das religiões, na construção da fraternidade e da defesa da justiça na sociedade. E diz que o diálogo entre pessoas de diferentes religiões não se faz apenas por diplomacia, amabilidade ou tolerância (cf. FT 271). Mas parte da dimensão crente, numa abertura ao Pai de todos (cf. FT 272).

O diálogo com as outras religiões é valorizado. E o Papa volta ao tema da liberdade religiosa. Pede aos países onde os cristãos são uma minoria, para que seja garantida a liberdade religiosa, que é um direito fundamental de todos os crentes. Essa mesma liberdade seja também favorecida a crentes de outras religiões. A declaração “Fraternidade Humana” já tinha refletido sobre a proteção das minorias religiosas (cf. FT 279).

Exorta todos os crentes a procurarem espaços para o diálogo e atuar juntos para o bem comum dos pobres. E pede que a violência não encontre fundamento algum nas nossas convicções religiosas (cf. FT 280). Afirma ainda que o culto sincero e humilde a Deus respeita a sacralidade da vida, respeita a dignidade e a liberdade dos outros e empenha para o compromisso em prol do bem-estar de todos. Neste sentido, condena todo o terrorismo execrável que ameaça a segurança das pessoas e a paz mundial. E diz ainda que é necessário reconhecer os

valores fundamentais da nossa humanidade comum, que é a sacralidade da vida humana (cf. FT 283).

O Papa manifesta a sua preocupação com a questão da paz mundial, e diz que o mandamento da paz está inscrito nas profundezas das diferentes tradições religiosas. Neste sentido, exorta os líderes religiosos a serem verdadeiros “dialogantes”, a agir na construção da paz, e não como intermediários, mas como mediadores autênticos, de modo a abrirem caminhos ao diálogo e não a erguermos muros (cf. FT 284).

Recorda a ainda a declaração de Abu Dhabi, em que os dois líderes religiosos declararam a não instrumentalização do nome de Deus em favor da violência, da guerra ou qualquer extremismo que provoque o derramamento de sangue. Isto porque Deus, o Todo-Poderoso, não precisa de ser defendido por ninguém e não quer que o Seu nome seja usado para aterrorizar as pessoas. Diz ainda que esta “fraternidade humana” é possível ao adotarmos a cultura do diálogo como caminho, a colaboração comum como conduta, o conhecimento mútuo como método e critério (cf. FT 285).

Segundo o Presidente da Conferência Episcopal alemã, a *Fratelli Tutti* é um marco importante no diálogo inter-religioso. Disse que a encíclica espelha o documento sobre a “Fraternidade Humana”, e é orientada para o diálogo inter-religioso cristão-islâmico. Afirma, neste sentido, a determinação do Papa Francisco em promover o diálogo inter-religioso, de modo a eliminar a hostilidade entre as religiões, e fortalecer os fundamentos religiosos da amizade social. Diz ainda que o diálogo é uma expressão fundamental da abertura ao outro, sem a qual a amizade social não se pode desenvolver.¹⁰⁶

Tony Neves afirma que, com este documento, o Papa tenta dar um passo rumo a um mundo futuro de fraternidade universal, independentemente da nossa raça, cor, religião ou títulos académicos. O fundamental é reconhecermos que somos todos irmãos e irmãs uns dos outros, sem fronteiras. Afirma ainda que é um texto inspirador para estes tempos de pandemia mundial, em que somos convidados a amar e ir ao encontro do outro, como fez Jesus.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Cf. Rádio Vaticano, «“Fratelli Tutti”: reação dos Bispos alemães», 2020, acedido a 26 de outubro de 2020, <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2020-10/alemanha-bispos-fratelli-tutti-abater-muros-fortalecer-coesao.html>.

¹⁰⁷ Cf. Neves, *Lusofonias: De Roma para o Mundo*, 170.

Este encontro com os outros permite abrir novas fronteiras. A fraternidade universal que exorta a *Fratelli Tutti*, leva à afirmação de que esta fraternidade não pode estar condicionada sequer pela proximidade física.¹⁰⁸

Segundo João Duque, o amor fraterno percorre toda a encíclica. É necessário no mundo atual fortalecer a proximidade de relação inter-humana, ultrapassando as barreiras do estatuto social, raça ou da religião.¹⁰⁹ Afirma que certas patologias atuais que se escondem em formas populistas não permitem a dimensão universal da fraternidade humana (cf. FT 155). Pelo contrário, acentuam o egoísmo individual assentes num paradigma de totalidade fechada.¹¹⁰

A encíclica “*Fratelli Tutti*” também é compartilhada pelo mundo muçulmano. Para o diretor do Centro Cultural Islâmico da Grande Mesquita de Roma, Abdellah Redouane, a encíclica é definida como um dos “tijolos para a construção de uma sólida relação de amizade” e sublinha que está em continuidade com o documento sobre a “Fraternidade Humana”, assinado em Abu Dhabi. Diz ainda que os dois documentos, a encíclica e a declaração sobre a “Fraternidade Humana”, falam sobre a fraternidade humana, afirmando que Deus criou todos os seres humanos iguais em direitos, deveres e dignidade. E os chamou para viverem juntos como irmãos. A nova encíclica também ajudará a fortalecer o diálogo inter-religioso e a liberdade religiosa.¹¹¹

A encíclica “*Fratelli Tutti*” veio reafirmar o compromisso da Igreja Católica nesta tarefa da promoção do bem comum e do diálogo com as outras religiões. As reações e iniciativas, vindas quer do mundo católico e quer do mundo muçulmano, mostram o interesse e a preocupação das religiões, naquilo que são questões transversais da vida das pessoas: a fé, a dignidade e a liberdade humana. Daí a necessidade cada vez mais forte de um diálogo fecundo, prático e operacional, de modo que a fraternidade humana possa ser sentida e vivida por todos.

¹⁰⁸ Cf. João Manuel Duque, *O próximo e a comunidade: Breve leitura da Fratelli Tutti* (Lisboa: Universidade Católica, 2021), 7.

¹⁰⁹ Cf. Duque, 8.

¹¹⁰ Cf. Duque, 9.

¹¹¹ Cf. Rádio Vaticano, «“Fratelli Tutti”, compartilhada pelo mundo islâmico», 2020, acedido a 26 de outubro de 2020, <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2020-10/fratelli-tutti-mundo-islamico-reacoes.html>.

1.5. Pistas de reflexões e desafios do documento “Fraternidade Humana”

As várias reações mostram claramente que o documento assinado pelo Papa e pelo Grande Imame Ahmed Al-Tayyeb, deve ser estudado, refletido e implementado. A partir do próprio documento, podemos destacar alguns pontos que, segundo o nosso ver, são desafios para o nosso tempo e é necessária uma reflexão mais aprofundada: a educação, a paz, a liberdade religiosa e de consciência, o pluralismo religioso, os media etc.

No campo da Educação, o Papa Francisco, antes de proceder à assinatura do documento, disse que é importante para o futuro formar pessoas capazes de vencer a tentação de se fechar em si mesmas. Defende que é necessário investir na educação e na cultura do encontro.

No Líbano, por iniciativa de cristãos e muçulmanos, foi criada em 2006 a *Adayan Foundation*, com a finalidade de integrar a Fraternidade Humana no currículo escolar. Esta fundação elaborou um programa em três vertentes. Primeiro, apostando numa educação sobre a diversidade e a convivência a ser inserida no currículo geral das escolas; a segunda consiste numa educação cristã e muçulmana, para incluir os valores da cidadania e do convívio e uma terceira vertente é no ensino superior islâmico, que consiste na educação de imames e pregadores, para incluir neles os valores da vida pública a partir de uma perspetiva baseada na fé.¹¹²

Além da educação religiosa, que tem como objetivo compartilhar o significado religioso e permitir que os alunos se tornem melhores cristãos ou muçulmanos ou crentes de qualquer outra religião que estejam a ser ensinados, apostaram numa educação para a coexistência. Também o objetivo deste programa é ampliar os horizontes dos alunos, dando-lhes conhecimento sobre outras religiões, fortalecendo as suas capacitações de comunicação inter-religiosa e intercultural promovendo uma atitude capaz de aceitar a diversidade.¹¹³

Esta iniciativa poderá ajudar a implementar o documento “Fraternidade Humana”, através da educação, numa perspetiva da convivência comum, da paz e do respeito pelas diferenças religiosas. Ajuda a evitar toda a forma de extremismo e sectarismo, porque já há um conhecimento em relação à própria religião e da religião do outro. Ajuda também a formar jovens para a compreensão da humanidade na sua diversidade, mas também formar numa educação de

¹¹² Cf. Nayla Tabbara, «How to Integrate Human Fraternity in our Religious Teaching?», em *Educare a un'umanità più fraterna: il contributo delle religioni*, ed. Laurent Basanese (Roma: Gregorian & Biblical Press, 2020), 95.

¹¹³ Cf. Tabbara, 97.

consciência. Uma educação que supõe a aprendizagem no diálogo e na escuta mútua, mas também que permite afirmar as convicções adquiridas numa escuta atenta da voz da consciência.

A paz continua um desafio para o nosso tempo. As religiões desempenham um papel importante na construção da paz, através da oração, da mediação de conflitos e na formação com base nos valores éticos e morais. A construção da paz à escala mundial passa pelo acesso à instrução.

Quanto à liberdade religiosa, continuamos ainda a assistir a perseguições religiosas, quer para os cristãos, quer para os muçulmanos. Isso acontece em contextos em que uma das religiões está presente como minoria. A questão não é só a liberdade de culto de uma determinada religião, mas sim a liberdade de escolher a religião e a de professar livremente a fé.

Associada à liberdade religiosa, encontramos o tema da diversidade e do pluralismo religioso. Vivemos num mundo cada vez mais plural e intercultural e a dimensão religiosa é hoje fundamental. As religiões são desafiadas a uma cultura do diálogo, aceitando as diferenças, mas apostando nos laços comuns de modo a termos uma sociedade mais fraterna. Mas também são chamadas a aprofundar conteúdos teológicos, principalmente quando reconhecem a diversidade como vontade de Deus.

No campo dos media, o documento pede que se redescubram os valores da paz, da justiça, do bem, da beleza, da fraternidade humana no meio desse mundo da tecnologia. Nesta linha, Tony Neves afirma que «vivemos na era digital, mas os corações não estão todos interligados. Há muita violência e fanatismo que passam pelos media hoje. Precisamos de mais sabedoria e menos manipulação e falsas notícias».¹¹⁴

Os media continuam a ser um desafio para as religiões hoje. Por um lado, ajudam na difusão de valores, no fomento do diálogo inter-religioso, conhecendo outra expressão de fé, mas também podem ser prejudiciais quando se usam os media para espalhar ideias de ódio, de violência e de sectarismo.¹¹⁵ As religiões passam a ter um papel importante em inculcar nos seus crentes os valores éticos e morais no campo dos media e das redes sociais.

Os meios de comunicação, como a internet, tornam-se assim espaços no qual a Igreja encontra um apoio precioso para difundir o Evangelho e os valores religiosos. Um espaço para

¹¹⁴ Cf. Neves, *Lusofonias: De Roma para o Mundo*, 174.

¹¹⁵ Cf. Chaffaut, «Les mutations profondes du paysage actuel et les difficultés du dialogue interreligieux»,

promover o diálogo e a cooperação ecuménica e inter-religiosa, assim como para difundir aqueles princípios sólidos que são indispensáveis para construir uma sociedade respeitadora da dignidade da pessoa humana e atenta ao bem comum (cf. RD 7).

É também um meio de formação de agentes da pastoral com recurso à Web, que não se resume apenas em comunicar informação, mas também transmitir cultura¹¹⁶ e estabelecer relações com outras tradições religiosas. Assim, os cristãos dão testemunho da sua fé, num espírito de diálogo e amizade, indo ao encontro de todos, indo às periferias existenciais da nossa sociedade atual (cf. EG 46).

A Web torna-se assim um benefício para a missão da igreja e para a formação dos cristãos.¹¹⁷ O desafio será o encontro pessoal e as relações interpessoais que é necessário numa comunidade eclesial. Mas também é necessária uma cultura do encontro, onde se requer que estejamos dispostos não só a dar, mas também receber dos outros.¹¹⁸

Capítulo 2 - O diálogo inter-religioso, a partir dos documentos do Vaticano II

Os desafios que o documento “Fraternidade Humana” nos apresenta enquadram-se na dinâmica do pluralismo cultural e religioso que vivemos hoje. Mas também estão associados às mudanças trazidas pelo desenvolvimento das tecnologias e ao progresso das redes de comunicações. A convivência entre povos, culturas e religiões diferentes tornou-se cada vez mais evidente, despertou-se o sentido comum daquilo que é bem da humanidade, o sentido de colaboração e solidariedade em várias situações dramáticas como a guerra, a fome e a pobreza extrema.¹¹⁹ O diálogo e a convivência entre povos, culturas e religiões tornaram-se um caminho crucial para construção de uma sociedade fraterna.

¹¹⁶ Cf. Luís Miguel Figueiredo Rodrigues, *O Digital no Serviço da Fé: Formar para uma Oportunidade* (Lisboa: Universidade Católica, 2016), 115.

¹¹⁷ Cf. Rodrigues, 288.

¹¹⁸ Cf. Papa Francisco, «Mensagem para o XLVIII dia mundial das Comunicações Sociais: “Comunicação ao serviço de uma autêntica cultura do encontro”».

¹¹⁹ Cf. Andrea Riccardi, «Du Monde aux Religions», *Nouvelle Revue Théologique* 113, n. 3 (1991): 327.

Este diálogo está enraizado não apenas no seu significado para o mundo globalizado e pluralista, mas também na própria vocação da Igreja que é chamada a estar atenta aos sinais dos tempos (cf. GS 4). O Concílio Vaticano II foi determinante para o fortalecimento deste diálogo com o mundo moderno e com as outras religiões e foi-o igualmente para a renovação pastoral da Igreja.¹²⁰ A intencionalidade do Concílio, desde a sua convocação feita pelo Papa João XXIII, foi sempre o *aggiornamento*, adotando o diálogo e o discernimento como caminhos a percorrer.¹²¹

Nesta dinâmica de abertura e diálogo, tendo como pressuposto o pluralismo religioso do nosso tempo, as narrativas religiosas desempenham uma força unificadora naquilo que é a sã convivência entre os povos. Por isso, as religiões devem adotar uma posição dialética, sem deixar de lado o seu pronunciamento de cariz profético.¹²²

O estudo deste capítulo parte dos ensinamentos do Concílio Vaticano II sobre a relação da Igreja com as outras tradições religiosas e da argumentação teológica dos diferentes autores dentro do âmbito do diálogo inter-religioso. A clarificação do conceito e a fundamentação teológica do diálogo inter-religioso são imprescindíveis para o nosso estudo. Este corresponde ao primeiro ponto da investigação deste capítulo. No segundo ponto, pretende-se assim saber como é que os documentos do Concílio Vaticano II falam a respeito das outras religiões e do Islão em particular e ver as orientações e bases teológicas que possibilitam o diálogo inter-religioso. Entre os documentos, destacaremos a *Lumen Gentium*, a *Nostra Aetate* e a *Dignitatis Humanae*. E, no terceiro ponto, procuraremos identificar pontos de diálogo entre a Igreja Católica e o Islão. A identificação das diferenças e dos elementos comuns permite-nos estabelecer pontes entre as duas religiões, de modo a reforçar e identificar novas formas de diálogo e de cooperação.

2.1. Noção de diálogo inter-religioso

O mundo atual é cada vez mais pluralista. Cruzam-se povos, culturas e religiões. Diante desse contexto, o diálogo torna-se uma exigência muito forte, expressa em todos os círculos de

¹²⁰ Cf. Faustino Teixeira, «O diálogo inter-religioso na perspectiva do terceiro milênio», *Horizonte* 2, n. 3 (2003): 26.

¹²¹ Cf. João Décio Passos, «O Diálogo no Concílio Vaticano II», *Caminhos de Diálogo* 4, n. 6 (2016): 56.

¹²² Cf. Mario de França Miranda, «Diálogo Inter-religioso e Fé Cristã», *Perspetiva Teológica* 29 (1997): 37.

relações.¹²³ No campo das relações entre as religiões é imprescindível clarificar que tipo de diálogo possa existir e até que ponto podemos afirmar que estamos perante um diálogo inter-religioso.

O diálogo é, antes de mais nada, este acontecimento do cruzamento em si da palavra do outro, da emergência em si de uma palavra por causa do outro.¹²⁴ Não é um debate onde há vencedores ou uma disputa sobre a verdade. Para o cristão, o diálogo é necessário para manter uma relação fraterna com outros, e faz parte da própria vocação da Igreja.¹²⁵ Se a humanidade é destinada a Deus, se todos os crentes esperam o encontro final com Deus, cada relação, cada comunicação entre os crentes é misteriosamente ordenada, para essa beatitude final.¹²⁶

Michel Dubost afirma que o diálogo é uma etapa da caminhada para a consumação final. Uma etapa na qual a palavra do outro, as suas ações e atitudes podem ajudar-nos a discernir a vontade de Deus em ressonância com a Palavra de Deus. É uma ascese e uma purificação.¹²⁷

O diálogo inter-religioso é, no entanto, um diálogo entre representantes das grandes religiões ou o diálogo entre crentes de religiões diferentes.¹²⁸ É um diálogo institucional, onde cada religião, com base na sua espiritualidade e na sua visão de Deus e do homem, procura expressar a fé e a verdade. Essa expressão é afirmada pela ortodoxia, ou seja, a procura daquilo que é justo e verdadeiro.¹²⁹

Alemany define o diálogo inter-religioso da seguinte forma:

O diálogo entre religiões apresenta-se como um setor ou área específica, qualificada por seus métodos, conteúdos e objetivos, dentro de um macro mais amplo, como o de qualquer atitude e realização de encontro presidido por motivações ou intenções teológicas ou religiosas.¹³⁰

Nos tempos atuais, podemos confundir diálogo inter-religioso com um simples encontro entre tradições religiosas diferentes ou um diálogo entre pessoas e grupos de religiões diferentes.

¹²³ Cf. Courau, «Les douze chantiers d'une théologie catholique du dialogue et de la conversion», 226.

¹²⁴ Cf. Courau, 228.

¹²⁵ Cf. Jacques Dupuis, «Dialogo Interreligioso», em *Dizionario Di Teologia Fondamentale*, ed. Rino Fisichella (Assisi: Cittadella Editrice, 1990), 313.

¹²⁶ Cf. Dubost, *Catholiques Musulmans : Une Fraternité Critique*, 155.

¹²⁷ Cf. Dubost, 155.

¹²⁸ Cf. Jean-Marie Ploux, *Le dialogue Change-t-il la foi?* (Paris: Atelier, 2007), 11.

¹²⁹ Cf. Ploux, 12.

¹³⁰ José Joaquín Alemany, *El dialogo interreligioso en le magisterio de la Iglesia* (Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 2001), 23.

Há um risco de ver o diálogo inter-religioso como uma negociação, como um contrato ou ainda como um debate doutrinal entre as diversas religiões.¹³¹

O diálogo inter-religioso não pode ser entendido como um estudo comparativo entre as religiões. É, antes de mais, respeito e escuta.¹³² É a procura de Deus através do diálogo e da oração. É partilhar daquilo que o Espírito Santo faz ressurgir no coração de cada um. E, para o cristão, o mestre do diálogo é o próprio Cristo.¹³³

Este diálogo é realizado de diversas formas. Através de encontro de representantes de diferentes tradições religiosas, para uma oração, onde cada um se exprime segundo a sua fé. Através de colóquios, conferências, partilhas entre os teólogos, ou seja, um diálogo académico. Mas também, na vida quotidiana, quando se partilha o mesmo espaço, como as escolas, hospitais, associações comunitárias.¹³⁴

O diálogo inter-religioso não significa desistir de sua fé, ou mitigá-la, para buscar compromissos comuns. Não é um sincretismo que tentaria unir os aspetos de várias religiões. Também não significa tentar estabelecer um pacto comum, que cada religião poderia assinar.¹³⁵ Mas sim, é um encontro de diálogo entre seres humanos, marcados pela sua história cultural e religiosa, que partilham valores e horizontes de fé comuns. Um encontro que se torna palavra, onde há respeito e escuta recíproca, e que envolve certas questões específicas, da vida quotidiana, da colaboração, da partilha e aprofundamento de questões teológicas.¹³⁶

2.1.1. Pressupostos fundamentais do diálogo inter-religioso

O diálogo inter-religioso vivido na verdade pode conduzir ambas as partes a redescobrirem a sua própria tradição religiosa. O outro revela-nos, pelo seu olhar, suas questões e críticas, aquilo que há de mais profundo em nós.¹³⁷

Se os cristãos cultivarem esta abertura e aceitarem ser postos à prova, vão acolher os frutos do diálogo. Assim descobrirão tudo aquilo que a ação de Deus, através de Jesus Cristo e do seu Espírito, realizou e continua realizando no mundo e na humanidade inteira. Longe de lhes

¹³¹ Cf. Dennis Gira, *Le dialogue à la portée de tous* (Normandie: Bayard, 2012), 24.

¹³² Cf. Teixeira, «O diálogo inter-religioso na perspectiva do terceiro milênio», 23.

¹³³ Cf. Dubost, *Catholiques Musulmans : Une Fraternité Critique*, 156.

¹³⁴ Cf. Ploux, *Le dialogue Change-t-il la foi?*, 13.

¹³⁵ Cf. Geneviève Comeau, *Le dialogue interreligieux* (Belgique: Fidélité, 2008), 7.

¹³⁶ Cf. Comeau, 10.

¹³⁷ Cf. Comeau, 33.

enfraquecer a fé, o verdadeiro diálogo torná-la-á mais profunda. Terão, cada vez mais, consciência da sua identidade cristã e compreenderão mais claramente os elementos distintivos da mensagem cristã. A sua fé abrir-se-á a novas dimensões, enquanto descobrem a presença operante do mistério de Jesus Cristo para além dos confins visíveis da Igreja e do rebanho cristão (DA 50).

Dialogar é ouvir o outro, abrir a mente e o coração ao outro. Não é querer trazer para si todos os argumentos, mas reconhecer e aceitar as diferenças. É deixar-se transformar e ir ao encontro mais profundo da sua própria fé.¹³⁸ É crescer na humanidade. Para o cristão, significa tornar-se mais humano, como Deus em quem acredita. Esse Deus que compartilhou a nossa humanidade, e foi o primeiro que tomou a iniciativa do diálogo.¹³⁹ O diálogo está inscrito no coração da fé cristã.¹⁴⁰

O diálogo é um caminho, uma via bidirecional em que cada um deve dar e receber. Deste modo, o diálogo fundamenta-se sobre a fraternidade humana, mas também sobre a presença misteriosa da Palavra que está no coração de cada um¹⁴¹.

Segundo Geneviève Comeau, o contexto social e político pode favorecer ou não um verdadeiro diálogo. Saber escutar e estar aberto ao diferente, são pressupostos fundamentais. Mas também é necessário estar bem enraizado nas respectivas tradições religiosas. Formar e estar preparado para o encontro com o outro, e deixar-se transformar pelo outro.¹⁴²

Nesta perspetiva, afirma o documento *Diálogo e Anúncio*:

O diálogo requer uma atitude equilibrada tanto da parte dos cristãos como da parte dos seguidores das outras tradições. Não deveriam ser nem demasiado ingênuos nem hipercríticos, mas abertos e acolhedores. Já se fez referência ao desinteresse e à imparcialidade, assim como à aceitação das diferenças, e também às possíveis contradições. As outras disposições requeridas são a vontade de se empenhar em conjunto, ao serviço da verdade, e a prontidão em se deixar transformar pelo encontro (DA 47).

Esta dinâmica da hospitalidade quebra o medo e constrói a confiança. A hospitalidade é acolher e viver a comunhão a partir de fontes comuns, de valores partilhados. Não se pretende converter o outro, mas dialogar e acolher, preservando a identidade de cada um.¹⁴³

O diálogo inter-religioso, nos seus pressupostos, só pode existir se houver verdadeira liberdade religiosa e de consciência, possibilitando um clima de profundo respeito pelas

¹³⁸ Cf. Riccardi, «Du Monde aux Religions», 329.

¹³⁹ Cf. Comeau, *Le dialogue interreligieux*, 17.

¹⁴⁰ Cf. Dubost, *Catholiques Musulmans : Une Fraternité Critique*, 12.

¹⁴¹ Cf. Dupuis, *La rencontre du christianisme et des religions*, 349.

¹⁴² Cf. Comeau, *Le dialogue interreligieux*, 18.

¹⁴³ Cf. Comeau, 20.

convicções do outro. Cada pessoa que adere a uma religião vive na convicção de ser esse o caminho em termos de verdade e da salvação.¹⁴⁴ Deste modo, a honestidade e a sinceridade no diálogo exigem que os interlocutores se comprometam na integridade da sua fé. É isso que confere a ambas as partes a identidade específica da fé. Essa fé não é negociável no diálogo inter-religioso.¹⁴⁵

Conhecer a religião do outro é mais do que estar informado sobre alguns aspetos da tradição religiosa. Significa entrar no mundo religioso do outro, de colocar questões ao outro e entrar no sentido de cada aspeto da religião do outro.¹⁴⁶ O interlocutor cristão não se limita a dar, mas também a receber. Graças à experiência e ao testemunho dos outros, ele pode descobrir de uma forma mais profunda, certos aspetos, certas dimensões do mistério divino que não foram claramente transmitidas pela fé cristã. E, ao mesmo tempo, ganhará a purificação da sua fé. Deste modo quebra os pré-conceitos, perceções e perspetivas negativas em relação às outras tradições.¹⁴⁷

Os desafios éticos deste mundo obrigam as religiões a falar consensualmente em certas áreas e, por conseguinte, a um certo reconhecimento recíproco. Obrigam as religiões a ter em conta com mais lucidez o que surge ao nível da consciência humana, com a necessidade de reinterpretar os textos e práticas fundadoras à luz das novas situações que aparecem, de modo a dar respostas aos anseios do tempo presente.¹⁴⁸

Deste modo, no diálogo inter-religioso não se podem ver as outras religiões apenas do horizonte da própria narrativa religiosa, mas abrir-se à novidade do outro. Deve-se levar em consideração que as outras religiões procuram o Absoluto. Os elementos comuns existentes entre as religiões não são uma espécie de terreno de entendimento dogmático, que deve ser bem delimitado no diálogo teológico. Os elementos comuns orientam fundamentalmente a nossa maneira de estabelecer a nossa relação com Deus e com a sociedade.¹⁴⁹

¹⁴⁴ Cf. José Eduardo Borges De Pinho, «Fundamentos Teológicos do diálogo inter-religioso», *Humanística e Teologia* 26, n. 3 (2005): 355.

¹⁴⁵ Cf. Dupuis, *La rencontre du christianisme et des religions*, 348.

¹⁴⁶ Cf. Dupuis, 351.

¹⁴⁷ Cf. Dupuis, 356.

¹⁴⁸ Cf. Hougue, «Où en sont les rencontres entre chrétiens et musulmans?», 65.

¹⁴⁹ Cf. Hougue, 67.

2.1.2. Fundamentação teológica do diálogo inter-religioso

O Concílio, através da declaração *Nostra Aetate*, propõe uma ética do diálogo com as outras religiões. Pronuncia um juízo positivo sobre as religiões não cristãs, mas não se expressa explicitamente sobre a relação positiva que as várias religiões podem ter com o Absoluto. Faz referência à doutrina patrística das “sementes do Verbo” (cf. AG 11), mas não abordou uma real teologia das religiões.¹⁵⁰

Naquilo que concerne à teologia das religiões, o ato primeiro de fazer teologia deve ser uma práxis consciente do diálogo inter-religioso e um compromisso sério de encontro com as outras tradições religiosas.¹⁵¹

Neste quadro, Jacques Dupuis apresenta a teologia das religiões do seguinte modo:

A teologia das religiões ou do pluralismo religioso se apresenta como um novo método de fazer a teologia. Seu ponto de partida é uma práxis de diálogo inter-religioso, sobre o fundamento de uma interpretação cristã da realidade religiosa plural que o envolve. Ela apresenta igualmente como uma nova maneira do ato teológico. Em realidade esta teologia não considera a praxis dialógica inter-religiosa simplesmente como uma condição necessária, uma premissa, nem como um primeiro passo para o seu desenvolvimento, mas guarda uma atitude dialógica a cada fase da sua reflexão. É uma reflexão teológica no e com o diálogo.¹⁵²

Durante séculos, a perspectiva teológica a respeito das religiões era a possibilidade da salvação individual para aqueles que não receberam o anúncio do evangelho. A teologia católica pré-conciliar das religiões estava sobre a sombra inclusivista.¹⁵³

Segundo Claude Geffré, a base teológica do pluralismo religioso que legitima o novo diálogo inter-religioso recomendada pela Igreja católica é a ideia de que a economia do Verbo Encarnado é o sacramento de uma economia maior que coincide com a história religiosa da Igreja. Afirmam ainda que, quando procuramos justificar teologicamente o diálogo inter-religioso, sempre voltamos ao mistério da Encarnação. Não basta dizer que a história dos homens foi desde sempre sementes do Verbo eterno de Deus e das inspirações do Espírito divino. Desde que o Verbo se fez carne em Jesus de Nazaré, é o mistério de Cristo, aquele que passou pela morte e ressurreição, que tem significado universal para toda a história humana.¹⁵⁴

¹⁵⁰ Cf. Geffré, «Où en est la théologie des religions vingt ans après Assise», 176.

¹⁵¹ Cf. Dupuis, *La rencontre du christianisme et des religions*, 22.

¹⁵² Dupuis, 27.

¹⁵³ Cf. Dupuis, 78.

¹⁵⁴ Cf. Geffré, «Où en est la théologie des religions vingt ans après Assise», 187.

O pluralismo religioso pode ser visto como um desígnio misterioso de Deus cujo significado último nos escapa.¹⁵⁵ O princípio da pluralidade encontra o seu fundamento na procura da verdade da auto manifestação de Deus à humanidade. A iniciativa divina da autocomunicação é de diversas formas e a sua receção e codificação em diversas tradições estão na origem da pluralidade das religiões. O pluralismo religioso funda-se sobre a imensidade de um Deus que é Amor e Comunicação.¹⁵⁶

José Eduardo Borges de Pinho afirma que um dos elementos da fundamentação teológica do diálogo inter-religioso é a fé cristã em Deus como horizonte da fraternidade. Um Deus que é comunhão e que manifesta em Jesus Cristo na história da salvação. Assim, o diálogo de Deus com a humanidade é o fundamento e modelo de diálogo entres os homens.¹⁵⁷ Este sentido da fraternidade humana é um impulso para a comunhão e para o diálogo. É um meio de perceber que o que une as diversas religiões é mais importante de que tudo o que as separa. Recai assim a responsabilidade de todos ao serviço da convivência entre os homens.¹⁵⁸

Um outro elemento da fundamentação teológica do diálogo inter-religioso é a centralidade Jesus Cristo e o seu significado universal. É uma das questões mais difíceis de abordar no diálogo com as outras religiões e com o Islão em particular.¹⁵⁹ O acontecimento de Jesus Cristo, sua encarnação, morte e ressurreição, ocupa um lugar único e insubstituível na história da salvação.¹⁶⁰

Apesar de ser uma questão delicado de abordar, Geneviève Comeau defende que fé cristã na Encarnação do Verbo de Deus, não é um obstáculo para o diálogo inter-religioso, mas sim deve ser visto como uma oportunidade. Afirma que é por causa da Encarnação, da humanidade de Deus, que os cristãos são convidados a comprometerem-se no diálogo. É a partir da sua fé, que o cristão encontra o fundamento para o diálogo e abertura ao outro. Os cristãos acreditam num Deus Trinitário, que é relação que se revelou em Jesus de Nazaré e convida todas as pessoas a uma relação.¹⁶¹

A difícil tarefa de uma teologia das religiões é procurar pensar na multiplicidade de caminhos para Deus sem comprometer a singularidade da mediação de Cristo. Segundo Claude

¹⁵⁵ Cf. Geffré, 184.

¹⁵⁶ Cf. Dupuis, *La rencontre du christianisme et des religions*, 388.

¹⁵⁷ Cf. Borges De Pinho, «Fundamentos Teológicos do dialogo inter-religioso», 331.

¹⁵⁸ Cf. Borges De Pinho, 334.

¹⁵⁹ Cf. Borges De Pinho, 334.

¹⁶⁰ Cf. Borges De Pinho, 335.

¹⁶¹ Cf. Comeau, *Le dialogue interreligieux*, 48.

Geffré, a declaração de *Dominus Iesus*¹⁶² foi uma advertência muito séria dirigida a alguns teólogos que, para promover o diálogo inter-religioso, questionaram a universalidade salvífica de Cristo.¹⁶³

Não podemos também esquecer o papel e a ação do Espírito Santo. O Espírito Santo anima e impele para o diálogo. O diálogo não pode ser um monopólio, ou um processo unilateral. É Deus que realiza as obras salvíficas na história humana e nos corações de cada pessoa. Deus está presente e age em ambos os lados. É ele que interpela as partes para o diálogo.¹⁶⁴

A teologia pós-conciliar centra-se na universalidade e na eficácia do Espírito Santo. A redescoberta progressiva da economia do Espírito possibilitou uma melhor percepção do lugar estrutural da ação do Espírito Santo, como amor de Deus presente e atuante no acontecimento da história e no coração das pessoas.¹⁶⁵ Deste modo os cristãos católicos são exortados a acolher, reconhecer e respeitar todos os frutos do Espírito Santo no mundo, através de um discernimento sincero. Não significa acolher tudo de uma religião, mas sim discernir o que há nelas ou não de uma ressonância evangélica.¹⁶⁶ Abre assim caminhos para uma procura conjunta de Deus.

Jacques Dupuis e José Eduardo Borges de Pinho apresentam-nos a categoria “Reino de Deus”, como umas das bases da teologia do diálogo inter-religioso. O Reino de Deus, universalmente presente no mundo representa a presença universal do mistério da salvação em Jesus Cristo.¹⁶⁷ Deste modo, a Igreja é vista pelo Concílio como presença atuante do Reino de Deus e da comunhão entre Deus e homens e homens entre si (cf. LG 1). Uma perspectiva eclesiológica a partir da categoria “Reino” (“*régnocentrique*” no dizer de Jacques Dupuis), parece mais bem adaptada ao mundo religioso plural na qual vivemos hoje, segundo os autores acima citados.¹⁶⁸

Sob horizonte da universalidade do Reino de Deus, os católicos tomam consciência de que os membros das outras tradições religiosas participam de pleno direito no dinamismo

¹⁶² Cf. Congregatio Pro Doctrina Fidei, «Declaratio de Iesu Christi atque Ecclesiae Unicitate et Universalitate Salvifica», *AAS* 92, n. 1 (2000): 742–65.

¹⁶³ Cf. Geffré, «Où en est la théologie des religions vingt ans après Assise», 189.

¹⁶⁴ Cf. Dupuis, *La rencontre du christianisme et des religions*, 355.

¹⁶⁵ Cf. Borges De Pinho, «Fundamentos Teológicos do dialogo inter-religioso», 342.

¹⁶⁶ Cf. Comeau, *Le dialogue interreligieux*, 39.

¹⁶⁷ Cf. Borges De Pinho, «Fundamentos Teológicos do dialogo inter-religioso», 449.

¹⁶⁸ Cf. Dupuis, *La rencontre du christianisme et des religions*, 302.

salvífico do Reino quando são sinceros no seguimento da sua consciência reta. através da prática sincera da sua tradição religiosa.¹⁶⁹

Um outro elemento crucial para a possibilidade o diálogo inter-religioso é o direito à liberdade religiosa. Este direito fundamenta-se na própria dignidade da pessoa humana (cf. DH 2). A liberdade religiosa pressupondo a liberdade de consciência é a pedra angular da liberdade humana.¹⁷⁰

2.2. O diálogo inter-religioso nos documentos do Vaticano II

Um dos caminhos para refletir os desafios da Igreja pós-Vaticano II é a crescente ênfase e o significado do diálogo inter-religioso dentro do quadro da teologia das religiões. Nos tempos atuais, o cristianismo e o islamismo são confrontados, muitas vezes, com os mesmos desafios. Destaca-se o desenvolvimento da ciência e da técnica que põe em causa certos valores tradicionais, o desafio da reconciliação entre a ciência e a fé, a evolução rápida das estruturas familiares e sociais, a indiferença religiosa e o fundamentalismo.¹⁷¹

Face a isto, o diálogo e a compreensão mútua são essenciais para uma sociedade mais coesa e fraterna. As religiões são desafiadas a elaborar um compromisso comum ao serviço da humanidade, a promover a justiça social, a combater a desigualdade crescente entre os países ricos e pobres, a promover os valores morais ameaçada pelo relativismo, a defender e promover a paz entre os povos; a liberdade, e em particular, a liberdade religiosa.¹⁷²

Foi num contexto difícil, o período da instabilidade social e política no Médio Oriente, a guerra entre Israel e Palestina, que os Padres conciliares foram chamados ao diálogo. Da situação difícil que viviam os cristãos no Médio Oriente houve a necessidade de alargar a perspectiva do diálogo com todas as religiões e, principalmente com os muçulmanos.¹⁷³

É nesta perspectiva que situamos o diálogo com o Islão tendo em conta alguns dos documentos do Concílio Vaticano II. Antes do Concílio, durante a sua preparação, não se punha

¹⁶⁹ Cf. Borges De Pinho, «Fundamentos Teológicos do dialogo inter-religioso», 350.

¹⁷⁰ Cf. Borges De Pinho, 354.

¹⁷¹ Cf. Roger Michel, *Le dialogue islamochrétien dans l'esprit d'Assise* (Paris: Chemins De Dialogue, 2011), 31.

¹⁷² Cf. Robert Caspar, «Le Concile et L'Islam», *Études* 324, n. 1 (1966): 125.

¹⁷³ Cf. Dubost, *Catholiques Musulmans : Une Fraternité Critique*, 15.

a questão nem do Islão nem das outras religiões não cristãs.¹⁷⁴ No esquema preparatório do Concílio, não estava previsto nenhum documento sobre as relações com as religiões não cristãs. João XXIII tinha o desejo que o Concílio se exprimisse sobre os judeus. Isto advém da sua experiência pastoral enquanto vigário apostólico em Istambul.¹⁷⁵

No entanto, alguns bispos nos países de missão manifestaram a pertinência dessa questão. Neste sentido, algumas vozes, nomeadamente os teólogos, os superiores das congregações religiosas, os bispos da África do Norte se expressaram durante a consulta a favor da necessidade do diálogo com as outras religiões e do Islão em particular.¹⁷⁶ Para alguns, o Islão é um perigo para a Igreja, e para os outros o Islão contém uma parte da verdade e valores que é necessário colocar em diálogo com o cristianismo.¹⁷⁷

No início do Concílio, a questão do Islão e das religiões não cristãs desaparecem completamente. Foi com Paulo VI, através das suas orientações, palavras e ações que o Concílio retomou a questão na segunda sessão em dezembro de 1963. O Papa teve uma influência indireta na elaboração do texto sobre o Islão.¹⁷⁸ As intervenções de alguns padres conciliares em 1964 mostraram uma certa abertura, não somente aos Judeus mais também ao Islão. Assim foram constituídas duas comissões paralelas. Uma para elaborar o esquema sobre a Igreja e outra sobre o ecumenismo, no qual foi constituída uma subcomissão encarregada de redigir o parágrafo sobre os muçulmanos que viria a ser desenvolvido, dando corpo à declaração *Nostra Aetate*.¹⁷⁹

2.2.1. A *Lumen Gentium*

A comissão encarregada do esquema sobre a Igreja *Lumen Gentium*, tratou da relação do Povo de Deus com aqueles que não aceitaram ainda o Evangelho, introduziram um pequeno parágrafo sobre o Islão.¹⁸⁰ Neste sentido o documento afirma:

Aqueles que ainda não receberam o Evangelho, estão de uma forma ou outra orientados para o Povo de Deus. Em primeiro lugar, aquele povo que recebeu a aliança e as promessas, e do qual nasceu Cristo segundo a carne (cfr. Rom. 9, 4-5), povo que segundo a eleição é muito amado, por

¹⁷⁴ Cf. Caspar, «Le Concile et L'Islam», 114.

¹⁷⁵ Cf. Jean-Marie Aubert e Gilles Couvreur, *Mission et dialogue inter-religieux* (Lyon: Faculté de Théologie de Lyon, 1990), 126.

¹⁷⁶ Cf. Michel, *Le dialogue islamochrétien dans l'esprit d'Assise*, 25.

¹⁷⁷ Cf. Michel, 26.

¹⁷⁸ Cf. Caspar, «Le Concile et L'Islam», 115.

¹⁷⁹ Cf. Michel, *Le dialogue islamochrétien dans l'esprit d'Assise*, 26.

¹⁸⁰ Cf. Michel, 27.

causa dos Patriarcas, já que os dons e o chamamento de Deus são irrevogáveis (cfr. Rom. 11, 28-29). Mas o desígnio da salvação estende-se também àqueles que reconhecem o Criador, entre os quais vêm em primeiro lugar os muçulmanos, que professam seguir a fé de Abraão, e conosco adoram o Deus único e misericordioso, que há-de julgar os homens no último dia. E o mesmo Senhor nem sequer está longe daqueles que buscam, na sombra e em imagens, o Deus que ainda desconhecem; já que é Ele quem a todos dá vida, respiração e tudo o mais (cfr. Act. 17, 25-28) e, como Salvador, quer que todos os homens se salvem (cfr. 1 Tim. 2,4). Com efeito, aqueles que, ignorando sem culpa o Evangelho de Cristo, e a Sua Igreja, procuram, contudo, a Deus com coração sincero, e se esforçam, sob o influxo da graça, por cumprir a Sua vontade, manifestada pelo ditame da consciência, também eles podem alcançar a salvação eterna. Nem a divina Providência nega os auxílios necessários à salvação àqueles que, sem culpa, não chegaram ainda ao conhecimento explícito de Deus e se esforçam, não sem o auxílio da graça, por levar uma vida reta. Tudo o que de bom e verdadeiro neles há, é considerado pela Igreja como preparação para receberem o Evangelho, dado por Aquele que ilumina todos os homens, para que possuam finalmente a vida (LG 16).

Vários aspetos deste texto merecem a nossa atenção. Em primeiro lugar, fica evidente a avaliação positiva das religiões e o desejo de entendê-las.¹⁸¹ É a primeira vez, na história conciliar que a Igreja fala positivamente em relação às outras religiões. Em segundo lugar, o documento apoia essa avaliação em consideração dos seus “méritos” religiosos: para os judeus, a aliança e a origem de Cristo; para os muçulmanos, o monoteísmo; e, para outras, uma estima benevolente e um sincero respeito.¹⁸²

Assim, para aqueles que não encontraram ainda Jesus Cristo, as religiões podem ter um papel de “preparação evangélica”. Não se trata apenas de afirmar que homens e mulheres de boa vontade se podem salvar em outras religiões. Trata-se de sugerir que as grandes tradições religiosas podem ser portadoras de valores salutares que preparam o reconhecimento da plenitude da verdade que se encontra no cristianismo.¹⁸³

O parágrafo dezasseis da *Lumen Gentium*, constitui como que uma síntese da *Nostra Aetate*. Aquela constituição apostólica situa o Povo de Deus orientado para a realização escatológica (cf. LG 5). Reconhece a ação do Espírito Santo que guia a Igreja e age também fora dos seus limites institucionais da Igreja (cf. LG 8). De uma Igreja como sociedade perfeita, correndo assim o risco de ser autossuficiente, passamos a uma igreja que vive lado a lado com as pessoas, tendendo para o Reino e aberta ao diálogo com outras religiões.¹⁸⁴

Tendo em conta as dificuldades da compreensão do parágrafo dezasseis da *Lumen Gentium*, numerosos padres conciliares pediram que o texto fosse aprofundado e fundamentado.

¹⁸¹ Cf. Dupuis, *La rencontre du christianisme et des religions*, 103.

¹⁸² Cf. Dupuis, «Diálogo Interreligioso», 312.

¹⁸³ Cf. Geffré, «Où en est la théologie des religions vingt ans après Assise», 177.

¹⁸⁴ Cf. Aubert e Couvreur, *Mission et dialogue inter-religieux*, 129.

Foi assim que apareceu um novo texto denominado “Declaração sobre a Igreja com as religiões não cristãs”, a *Nostra Aetate*. O Parágrafo sobre o Islão foi votado a 14 de outubro de 1964 com 1910 a favor e 189 contra. E a promulgação oficial da declaração foi em 28 de outubro de 1965.¹⁸⁵

2.2.1. A *Nostra Aetate*

A *Nostra Aetate* situa o encontro da Igreja com as religiões no contexto da origem e destino comum em Deus, criador de todos os seres humanos (cf. NA 1), e da busca comum de uma resposta às questões fundamentais da vida humana.¹⁸⁶

Jacques Dupuis, ao comentar o texto da *Nostra Aetate*, diz que o diálogo deve assentar sobre dois fundamentos: a comunidade que tem sua origem em Deus através da criação e o seu destino através da mediação de Jesus Cristo. Reafirma ainda que nada é dito sobre a presença e a ação do Espírito de Deus que trabalha em todos as pessoas e em todas as tradições religiosas.¹⁸⁷

É a primeira vez que o Magistério da Igreja se pronuncia sobre o Islão de uma forma oficial, e com um olhar positivo. Segundo Robert Caspar, através da *Nostra Aetate*, o Magistério da Igreja põe um ponto final nas lutas e desconfianças que se viveram no passado entre as religiões e abre portas para uma nova era de compreensão e colaboração.¹⁸⁸

O Concílio declara que:

A Igreja católica nada rejeita do que nessas religiões existe de verdadeiro e santo. Olha com sincero respeito esses modos de agir e viver, esses preceitos e doutrinas que, embora se afastem em muitos pontos daqueles que ela própria segue e propõe, todavia, refletem não raramente um raio da verdade que ilumina todos os homens. No entanto, ela anuncia, e tem mesmo obrigação de anunciar incessantemente Cristo, “caminho, verdade e vida” (Jo. 14,6), em quem os homens encontram a plenitude da vida religiosa e no qual Deus reconciliou consigo todas as coisas. Exorta, por isso, os seus filhos a que, com prudência e caridade, pelo diálogo e colaboração com os sequazes doutras religiões, dando testemunho da vida e fé cristãs, reconheçam, conservem e promovam os bens espirituais e morais e os valores sócio culturais que entre eles se encontram (NA 2).

Encontra-se no texto acima citado a tripla sugestão que marcaria de forma decisiva a atitude cristã posterior em relação aos valores que representam as outras tradições religiosas:

¹⁸⁵ Cf. Michel, *Le dialogue islamochrétien dans l'esprit d'Assise*, 120.

¹⁸⁶ Cf. Dupuis, *La rencontre du christianisme et des religions*, 104.

¹⁸⁷ Cf. Dupuis, 339.

¹⁸⁸ Cf. Caspar, «Le Concile et L'Islam», 121.

reconhecê-los em sua nobreza e legitimidade; ajude a conservá-los lutando contra as grandes ameaças, contribuindo para sua purificação e promovê-los.¹⁸⁹

Jacques Dupuis afirma que o segundo parágrafo da *Nostra Aetate* não faz nenhuma referência sobre o Verbo de que fala o Evangelho de São João, «No princípio era o Verbo e o Verbo estava em Deus» (Jo. 1, 1), e «O Verbo era Luz Verdadeira que ao vir ao mundo, a todo o homem ilumina» (Jo.1, 9). Afirma ainda que, de acordo com o Concílio, há uma presença incompleta, mas real desta “Verdade” nas outras religiões que orienta a atitude de respeito da Igreja para com elas e o seu desejo de promover os seus valores espirituais e culturais, ao mesmo tempo que a sua missão o incita a proclamar a “plenitude da vida religiosa” em Jesus Cristo.¹⁹⁰

O Parágrafo que fala sobre o Islão, põe em evidência o monoteísmo, antes de tudo. O Concílio não ignora as diferenças existentes entre as duas religiões, mas convida a uma compreensão mútua.¹⁹¹

A Igreja olha também com estima para os muçulmanos. Adoram eles o Deus Único, vivo e subsistente, misericordioso e onipotente, criador do céu e da terra, que falou aos homens e a cujos decretos, mesmo ocultos, procuram submeter-se de todo o coração, como a Deus se submeteu Abraão, que a fé islâmica de bom grado evoca. Embora sem o reconhecerem como Deus, veneram Jesus como profeta, e honram Maria, sua mãe virginal, à qual por vezes invocam devotamente. Esperam pelo dia do juízo, no qual Deus remunerará todos os homens, uma vez ressuscitados. Têm, por isso, em apreço a vida moral e prestam culto a Deus, sobretudo com a oração, a esmola e o jejum. E se é verdade que, no decurso dos séculos, surgiram entre cristãos e muçulmanos não poucas discórdias e ódios, este sagrado Concílio exorta todos a que, esquecendo o passado, sinceramente se exercitem na compreensão mútua e juntos defendam e promovam a justiça social, os bens morais e a paz e liberdade para todos os homens (NA 3).

A declaração enumera os atributos a partir dos quais os muçulmanos invocam a Deus. Um Deus Único em que todos os homens de boa vontade adoram. Chama-o de nomes diferentes que não têm o mesmo valor e significado para o cristianismo. O cristianismo chama Deus pelo nome que ele mesmo revelou, e revelou plenamente em Jesus Cristo. Certos nomes coincidem entre as duas religiões. Isto não quer dizer que a noção de Deus seja em todos os pontos idêntica.¹⁹²

Nota-se uma conversão radical da atitude cristã para com o Islão, ao referir que “a Igreja olha com estima os muçulmanos”. E apela para uma colaboração prática em favor do bem de toda a humanidade.¹⁹³ A declaração *Nostra Aetate* aparece como uma forma de testemunho,

¹⁸⁹ Cf. Alemany, *El dialogo interreligioso en le magisterio de la Iglesia*, 291.

¹⁹⁰ Cf. Dupuis, *La rencontre du christianisme et des religions*, 105.

¹⁹¹ Cf. Dubost, *Catholiques Musulmans : Une Fraternité Critique*, 16.

¹⁹² Cf. Caspar, «Le Concile et L'Islam», 123.

¹⁹³ Cf. Robert Caspar, *Cristianismo/Islamismo* (Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1991), 185.

amizade e fraternidade regida pela prudência e pela caridade. Isto ajuda a desconstruir as ideias que o outro tem de si, e vice-versa, e abre novos horizontes de diálogo.¹⁹⁴ Esse diálogo passa pela dimensão ética e moral das religiões que possibilita uma colaboração prática através da promoção da justiça social, da paz e da liberdade religiosa.¹⁹⁵

A declaração descreve a relação com as outras religiões com base no respeito, diálogo, colaboração e testemunho. Tal compreensão não apaga as experiências mal vividas entre as religiões no passado. Infelizmente, este passado é ainda parcialmente presente em certas partes do mundo.¹⁹⁶ Mas identifica pontos de convergência entre as religiões, como por exemplo a figura de Abraão como raiz da fé cristã no Antigo Testamento (cf. NA 4) e pretende eliminar as falsas acusações feitas aos judeus no passado, o deicídio. Ao mesmo tempo, sublinha as diferenças entre as religiões, apelando neste sentido a promoverem juntos a paz, a justiça e a liberdade.¹⁹⁷

Os dois documentos *Lumen Gentium* e *Nostra Aetate*, tratam em ordem inversa as relações da Igreja com as outras religiões. A constituição *Lumen Gentium*, fala diretamente das diferentes maneiras como os membros das religiões não cristãs são ordenados à Igreja, depois vêm os judeus com a qual a Igreja tem uma relação mais estreita. Depois os muçulmanos que professam ter a fé de Abraão e depois aqueles que procuram nas sombras a imagem de Deus que eles ignoram. A *Nostra Aetate* segue a ordem inversa, fala da religiosidade humana em geral, presente nas religiões tradicionais, depois as religiões ligadas ao progresso cultural como o hinduísmo, o budismo e outras (cf. NA 2), em seguida o islão (cf. NA 3), e por fim a religião judaica (cf. NA 4). A cada nível, a declaração mostra a relação entre a Igreja e os restantes grupos em questão. A intenção do Concílio é exortar uns e outros a ultrapassarem as divisões e promoverem relações de diálogo e amizade (cf. NA 5).¹⁹⁸ E reafirma a condenação de toda a discriminação entre as pessoas por causa da raça ou religião e apela todos à paz.¹⁹⁹

Os dois textos têm a preocupação de promover o respeito pelas outras religiões e a fraternidade entre todos e não se preocupam tanto com o aprofundamento de questões teológicas

¹⁹⁴ Cf. Michel Younès, «Le regard mutuel, condition du dialogue», em *Dialogue interreligieux : Quel avenir ?*, ed. Pierre Diarra e Michel Younès (Paris: Chemins De Dialogue, 2017), 96.

¹⁹⁵ Cf. Wilhelmus Valkenberg, «Nostra Aetate y Encuentros de Amistad», *Concilium* 387 (2020): 14.

¹⁹⁶ Cf. Caspar, *Cristianismo/Islamismo*, sec. 185.

¹⁹⁷ Cf. Aubert e Couvreur, *Mission et dialogue inter-religieux*, 128.

¹⁹⁸ Cf. Dupuis, *La rencontre du christianisme et des religions*, 100.

¹⁹⁹ Cf. Aubert e Couvreur, *Mission et dialogue inter-religieux*, 127.

colocadas ao cristianismo. A declaração *Nostra Aetate* manifesta assim um caráter mais pastoral que a constituição *Lumen Gentium*.²⁰⁰

2.2.3. A *Dignitatis Humanae*

Com a *Dignitatis Humanae*, o Concílio reconhece e reafirma a liberdade religiosa como um direito humano fundamental. Inicialmente havia dois textos de base, o da liberdade religiosa e o da liberdade de consciência.²⁰¹ O texto final aprovado fundamenta a liberdade religiosa na dignidade da pessoa humana. Afirma a declaração:

Este Concílio Vaticano declara que a pessoa humana tem direito à liberdade religiosa. Esta liberdade consiste no seguinte: todos os homens devem estar livres de coação, quer por parte dos indivíduos, quer dos grupos sociais ou qualquer autoridade humana; e de tal modo que, em matéria religiosa, ninguém seja forçado a agir contra a própria consciência, nem impedido de proceder segundo a mesma, em privado e em público, só ou associado com outros, dentro dos devidos limites. Declara, além disso, que o direito à liberdade religiosa se funda realmente na própria dignidade da pessoa humana, como a palavra revelada de Deus e a própria razão a dão a conhecer. Este direito da pessoa humana à liberdade religiosa na ordem jurídica da sociedade deve ser de tal modo reconhecido que se torne um direito civil (DH 2).

Esse texto teve algumas objeções da parte de alguns Padres conciliares, que afirmaram que é uma porta aberta para o relativismo. Também houve objeções por razões pastorais com o risco de os fiéis serem desviados da verdade religiosa através da propaganda de falsas doutrinas.²⁰² Mas o texto apoia-se na Escritura na qual cada um deve procurar a verdade e submeter-se à vontade de Deus, que é a lei absoluta e eterna.²⁰³

Segundo Jean-François Petit, a liberdade religiosa não significa indiferentismo ou que a consciência humana não tem nenhuma obrigação para com Deus.²⁰⁴ Mas está ligada ao respeito da dignidade absoluta da pessoa humana que reconhece a existência de um Absoluto superior.²⁰⁵

A declaração reconhece também a legitimidade dos Estados na regulação desta liberdade:

Pertence essencialmente a qualquer autoridade civil tutelar e promover os direitos humanos invioláveis. Deve, por isso, o poder civil assegurar eficazmente, por meio de leis justas e outros meios convenientes, a tutela da liberdade religiosa de todos os cidadãos, e proporcionar condições

²⁰⁰ Cf. Aubert e Couvreur, 131.

²⁰¹ Cf. Roque Cabral, «Liberdade religiosa quarenta anos depois», *Brotéria* 161, n. 5 (2005): 341.

²⁰² Cf. Cabral, 344.

²⁰³ Cf. Dubost, *Catholiques Musulmans : Une Fraternité Critique*, 14.

²⁰⁴ Cf. Jean-François Petit, «Aux Origines de la Déclaration *Dignitatis Humanae*», *Spiritus*, n. 214 (2014):

²⁰⁵ Cf. Petit, 23.

favoráveis ao desenvolvimento da vida religiosa, de modo que os cidadãos possam realmente exercer os seus direitos e cumprir os seus deveres, e a própria sociedade beneficie dos bens da justiça e da paz que derivam da fidelidade dos homens a Deus e à Sua santa vontade (DH 6).

Sendo um direito natural, cabe aos poderes públicos reconhecê-lo, promovê-lo e regulamentá-lo para o bem comum e para uma boa coexistência humana.²⁰⁶ O Estado, porque possui ação coerciva, é o garante do direito da liberdade religiosa. Em muitos países, a liberdade religiosa é declarada direito civil na maior parte das Constituições, e solenemente reconhecida em documentos internacionais (cf. DH 15). Deste modo, o Estado vela pelo equilíbrio adequado da sociedade no livre exercício de culto.²⁰⁷

O Estado não deve ser indiferente para com as religiões e não deve estabelecer diferenças entre elas. Compete-lhe assegurar as condições jurídicas e sociais de modo que os cidadãos possam exercer os seus direitos em matéria religiosa.²⁰⁸ Para o cristão, a liberdade religiosa é a condição fundamental de uma fé autêntica.²⁰⁹ Ao Estado compete-lhe também a proteção dos locais de culto: templos, igrejas, sinagogas e mesquitas. Pois é um dever garantido pelas religiões, pelos valores humanos, pelas leis e pelas convenções internacionais.²¹⁰ Por outro lado, não compete ao Estado ajuizar sobre as verdades da fé de uma determinada religião.²¹¹ Mas o entendimento entre a liberdade religiosa, o direito civil e liberdade social é crucial para o exercício dos direitos humanos fundamentais.

Esta declaração conciliar pretende promover uma mudança na mentalidade da Igreja, e abrir as portas ao estabelecimento de uma visão consciente da dignidade da pessoa humana.²¹² É também um caminho para ir ao encontro dos outros cristãos e dos não cristãos, no caso dos muçulmanos. É um meio público na qual a Igreja entra em diálogo com as outras religiões e com o mundo.²¹³

Sem deixar de afirmar que a única religião verdadeira subsiste na Igreja de Cristo, a declaração retira qualquer fundamento de toda a violência exercida para impor tal convicção e

²⁰⁶ Cf. Cabral, «Liberdade religiosa quarenta anos depois», 346.

²⁰⁷ Cf. Hugo Chelo, «A liberdade religiosa no Concílio Vaticano II: consequências para uma verdadeira ordem civil», *Brotéria* 175, n. 6 (2012): 429.

²⁰⁸ Cf. Chelo, 431.

²⁰⁹ Cf. Dubost, *Catholiques Musulmans : Une Fraternité Critique*, 14.

²¹⁰ Cf. Papa Francisco e Ahmad Al-Tayyeb, «Fraternidade Humana em Prol da Paz Mundial e Da Convivência Comum», 2019, acessado a 20 de janeiro de 2020, http://www.vatican.va/content/francesco/pt/travels/2019/outside/documents/papafrancesco_20190204_documento-fratellanza-umana.html.

²¹¹ Cf. Chelo, «A liberdade religiosa no Concílio Vaticano II: consequências para uma verdadeira ordem civil», 432.

²¹² Cf. Alemany, *El dialogo interreligioso en le magisterio de la Iglesia*, 53.

²¹³ Cf. Petit, «Aux Origines de la Déclaration Dignitatis Humanae», 17.

força para aceitar esta verdade. Isto porque «a verdade não se impõe de outra maneira, mas pela força da própria verdade, que penetra forte e suavemente nas almas» (cf. DH 1).

Na perspectiva de João Décio Passos, a liberdade religiosa assumida pelo Concílio tem um valor político moderno fundamentado pelo valor teológico. Afirma ainda que a proposta de salvação de Deus é um dom acolhido pelo ser humano na sua mais profunda liberdade, e isso constitui uma garantia para que as religiões possam em pleno direito coabitarem na mesma sociedade e contribuírem para o desenvolvimento da mesma.²¹⁴

A liberdade religiosa continua a ser um desafio principalmente nos Estados de tradição islâmica em que lei da Sharia proíbe a mudança de religião.²¹⁵ Da garantia geral da liberdade religiosa inclui o direito da mudança de religião, o direito de manifestar publicamente as suas convicções religiosas e o direito à atividade missionária.²¹⁶ São desafios a serem ultrapassados.

2.2.4. Outros documentos

Ainda existem mais dois documentos que fazem referência àquilo que são as relações da Igreja Católica o mundo e as outras religiões: *Gaudium et Spes* e *Ad Gentes*. Na *Gaudium et Spes* é destacada a eficácia universal do Espírito de Deus no meio de todos homens²¹⁷, nas aspirações terrestres da humanidade universal, na procura do bem comum, da paz e da fraternidade humana, no trabalho e no progresso (cf. GS 26). E o decreto sobre a atividade missionária *Ad Gentes* que apela ao respeito e estima pelas outras religiões e culturas. Neste sentido diz o Decreto:

Para poderem dar frutuosamente este testemunho de Cristo, unam-se a esses homens com estima e caridade, considerem-se a si mesmos como membros dos agrupamentos humanos em que vivem, e participem na vida cultural e social através dos vários intercâmbios e problemas da vida humana; familiarizem-se com as suas tradições nacionais e religiosas; façam assomar à luz, com alegria e respeito, as sementes do Verbo neles adormecidas; mas atendam, ao mesmo tempo, à transformação profunda que se opera entre os povos e trabalhem por que os homens do nosso tempo não deem tanta importância à ciência e tecnologia do mundo moderno que se alheiem das coisas divinas, mas, antes pelo contrário, despertem para um desejo mais profundo da verdade e da caridade reveladas por Deus (AG 11).

²¹⁴ Cf. Passos, «O Diálogo no Concílio Vaticano II», 65.

²¹⁵ Cf. Potz, «Mission et liberté religieuse : un contexte occidental en évolution», 73.

²¹⁶ Cf. Potz, 74.

²¹⁷ Cf. Dupuis, *La rencontre du christianisme et des religions*, 339.

É de referir que os Padres conciliares apropriaram-se da expressão de São Justino “*Sementes do Verbo*”, para desenvolverem a teologia conciliar sobre a universalidade do Logos. Na sua primeira Apologia, São Justino afirma:

Aprendemos que Cristo é o primogénito de Deus, Ele é o Logos, no qual toda a raça humana tem recebido participação. Aqueles que viveram de acordo com o Logos são cristãos, mesmo que tenham sido considerados ateus, como, por exemplo, entre os gregos, Sócrates, Heráclito e os seus semelhantes, e entre os bárbaros, Abraão, Ananias, Azarias, Misael, Elias e tantos outros, cujas ações e nomes renunciamos de momento, sabendo que demoraria demasiado tempo a enumerá-los.²¹⁸

E na segunda Apologia diz que:

De facto, no divino Logos Seminais, contemplou o que estava relacionado com ele, falou dele de forma excelente, mas o facto de algumas pessoas se contradizerem em pontos essenciais mostra claramente que não possuíam uma ciência infalível nem um conhecimento irrefutável. É por isso que o que tem sido dito de forma excelente por todos nós cristãos, pois depois de Deus adoramos e amamos o Logos, nascido do Deus [...]. De facto, todos os escritores puderam, graças à semente do Logos implantado neles, ver a realidade de forma indistinta, pois outra coisa é a semente de um ser e a sua semelhança, concedida aos homens de acordo com a sua capacidade, outra coisa é esse mesmo ser, cuja participação e imitação se realizam em virtude da graça que d'Ele provém.²¹⁹

Foi no século II, uma época marcada pela apologética, que encontramos essa referência do contacto do cristianismo com o mundo helénico e com as outras manifestações religiosas²²⁰.

Pierre Ndoumaï afirma que é por meio da doutrina do Logos que São Justino dialoga com os helenistas. E é o mesmo *Logos Spermatikos* que iluminou os homens do Antigo Testamento e que finalmente veio à vida em Jesus Cristo. Justino inaugura assim um novo modo positivo de olhar para as outras culturas, povos e religiões.²²¹

Na mesma linha de pensamento, Michel Dubost diz que o mundo foi criado pelo Verbo e guarda a marca do seu Criador. Se pelo Verbo “tudo foi feito” (cf. Jo. 1, 3), é normal que exista em toda a Criação “germes do logos”.²²² Para o cristão Cristo é a verdade e os germes desta verdade encontra-se em cada pessoa.²²³

Segundo Pierre Diarra e Michel Yonès, o Concílio optou pelo meio termo ao referir que “há sementes da verdade” (cf. AG 11) nas outras religiões e culturas. Esta atitude é

²¹⁸ Justino de Roma, *Apologia I aos Cristãos*, 2-3, SC 57, 46.

²¹⁹ Justino de Roma, *Apologia II aos Cristãos*, 3-6, SC 57, 13.

²²⁰ Cf. Pierre Ndoumaï, «Justin Martyr et le dialogue interreligieux contemporain», *Laval théologique et philosophique* 66, n. 3 (2010): 553.

²²¹ Cf. Ndoumaï, 558.

²²² Cf. Dubost, *Catholiques Musulmans : Une Fraternité Critique*, 32.

²²³ Cf. Dubost, 34.

essencialmente dialógica que reconhece a diversidade e abre caminho para uma fraternidade universal.²²⁴

A avaliação doutrinária das religiões feita pelo Concílio consiste principalmente em declarações descritivas e teológicas, das quais várias expressões são emprestadas da tradição antiga, sem, entretanto, que o seu significado exato seja definido. Por exemplo, não foi explicado em que sentido devemos entender as “sementes de Verbo”. Se é do *Logos Spermatikos* da filosofia estoica, que quer dizer um princípio de ordem do cosmos ou da razão natural; ou se é o logos pessoal do Prólogo de João, que estava em Deus desde toda a eternidade, e que espalhou as suas sementes a todas as pessoas ao longo da história, enquanto «verdadeira luz que ilumina todos os homens (Jo 1,9)». O Concílio deixa dúvidas quanto às suas reais intenções relativas a esta questão.²²⁵ É de realçar o olhar positivo sobre as religiões, os aspetos comuns existentes e as diferenças. Este dado estimula a um trabalho teológico que leva uma maior precisão naquilo que é a abordagem teológica e pastoral, tendo em consideração o documento “Fraternidade Humana”.

2.3. O diálogo com o mundo muçulmano

O Concílio Vaticano II, na “Declaração sobre a relação da Igreja com as religiões não-cristãs” (cf. NA 3) e na “Constituição dogmática sobre a Igreja” (cf. LG 16), avaliou o Islão de maneira nova. Nestes documentos, o olhar do Concílio é em vista de melhor compreensão e possível colaboração centrado naquilo que nos aproxima, nomeadamente a confissão de fé em único Deus, criador e misericordioso.

Houve uma reflexão profunda dos Padres conciliares de modo a obter uma imagem positiva da fé islâmica. O Concílio vê o Islão como crentes na proximidade do cristianismo.²²⁶ Há, no entanto, cada vez mais uma necessidade de refletir sobre aquilo que constitui a nossa comum humanidade, quer seja a nossa origem ética, cultural ou a nossa pertença religiosa. Católicos e muçulmanos são chamados hoje a dialogar, a contribuir, a criar laços e a construir pontes.²²⁷ O diálogo inter-religioso é, para as duas religiões, uma das formas de serviço à

²²⁴ Cf. Younès, «Le regard mutuel, condition du dialogue», 95.

²²⁵ Cf. Dupuis, *La rencontre du christianisme et des religions*, 105.

²²⁶ Cf. Hans Zirker, «Islamismo-Cristianismo», em *Dicionário de Conceitos Fundamentais de Teologia*, ed. Peter Eicher (São Paulo: Paulus, 1993), 412.

²²⁷ Cf. Geneviève Comeau, *S'asseoir ensemble: Les religions source de guerre ou de paix?* (Paris: Médiaspaul, 2005), 80.

humanidade. Essa atitude dialógica é um sinal e instrumento para uma convivência pacífica, para a construção da paz e a defesa da dignidade humana.²²⁸

2.3.1. Estruturas fundamentais

É indispensável uma visão realista daquilo que constitui o patrimônio identitário e espiritual do Islão e do Cristianismo. Conhecer as diferenças entre ambas as religiões, a partir da sua identidade própria, permite situar e encarar o diálogo com um espírito sincero, respeitando assim os fundamentos da fé de cada parte.

Um dos pontos de incompreensão mais comuns, resulta do facto de que muitos muçulmanos consideram o cristianismo como religião que cedeu às influências perniciosas da secularização e caiu na resignação.²²⁹ Por seu lado, alguns cristãos católicos, consideram o Islão como uma religião que pactua com a imoralidade, permitindo, por exemplo, a poligamia e denominam os muçulmanos como “infiéis de boa fé”.²³⁰ Esta visão dificulta o diálogo e o entendimento.

O Islão não aceita aquilo que é o fundamento da fé cristã, que Jesus é o filho de Deus, Senhor e Salvador, morto e ressuscitado. Não reconhece Jesus nem como Deus nem como filho de Deus, mas sim criado por Deus. Para o Islão, Jesus é um messias “Santo de Deus” nascido da virgem Maria,²³¹ um grande profeta que é enviado de Deus e ocupa um lugar preferencial no meio dos profetas.²³² Ele é o Verbo de Deus e Espírito de Deus. Este título de “Verbo de Deus” “*Kalimat Allah*” é repetido três vezes no Alcorão sob diversas formas (cf. Sura 3, 39; 4, 171; 19, 34). É de referir mesmo que haja essa referência no livro sagrado do Islão e na tradição muçulmana, qualquer referência à preexistência divina de Jesus, está não só ausente, como é formalmente negada.²³³ Para o Islão, a última e perfeita revelação divina é dado ao profeta Maomé.²³⁴ As afirmações do Alcorão relativamente a Jesus são opostas à fé cristã.

²²⁸ Cf. Comeau, 79.

²²⁹ Cf. Zirker, «Islamismo-Cristianismo», 412.

²³⁰ Cf. Caspar, *Cristianismo/Islamismo*, 182.

²³¹ Cf. Jean-Luc Blanpain, «La foi chrétienne à la rencontre de l’Islam», *Nouvelle Revue Théologique* 122, n. 4 (2000): 603.

²³² Cf. Michel, *Le dialogue islamochrétien dans l’esprit d’Assise*, 30.

²³³ Cf. Caspar, *Cristianismo/Islamismo*, 120.

²³⁴ Cf. Lelong, *Jean-Paul II et L’Islam*, 125.

Todas as negações do Alcorão acerca de Jesus e dos dogmas cristãos são consequências da conceção alcorânica do monoteísmo e da transcendência de Deus. O Islão condena toda a espécie de politeísmo e rejeita toda a pluralidade de Deus. Por isso desconfia totalmente da confissão da fé trinitária do cristianismo.²³⁵ A fé cristã baseia-se numa total adesão a Cristo, Verbo encarnado, que nos revela o Pai e nos faz participar na sua vida divina. Essa radical diferença encontra-se no fundamento doutrinal das duas religiões.²³⁶

Um outro ponto que diferencia o catolicismo e o islamismo é o profetismo de Maomé. O Islão afirma que Maomé é o último dos profetas e que o Islão se apresenta como a última revelação divina, que vem corrigir e aperfeiçoar as revelações precedentes.²³⁷ Segundo François Jourdan, num sentido teológico cristão, tal afirmação é inaceitável. Porque um profeta não só recebe a mensagem de Deus para os homens, mas prepara o caminho para a vinda de Cristo. Nesse sentido afirma que Maomé e o Alcorão estão longe da figura evangélica de Cristo²³⁸

Segundo a doutrina jurídica-teológica do Islão, o que garante a salvação das pessoas é a sua fé, a sua adesão ao Deus Único. Adesão enraizada na entrega de si mesmo à vontade de Deus. Essa entrega, segundo Louis Gardet, não é uma entrega filial de amor. Neste ponto difere do cristianismo. Mas isso não retira o valor espiritual do Islão e a atitude do muçulmano diante de um Deus vivo que fala aos homens através seus profetas.²³⁹

Quanto à moral familiar, na questão do papel da mulher encontramos uma certa diferença. Os homens são superiores às mulheres. As mulheres virtuosas, para os muçulmanos, são aquelas que são submissas e obedientes. Certas correntes do Islão aplicam a Sharia no caso de adultério que por vezes leva à morte. Pedem também o certificado da virgindade antes do casamento.²⁴⁰ Existe uma desigualdade jurídica na questão da herança e na participação na vida política. A lei islâmica pede que haja uma estreita separação dos rapazes e das meninas, homens e mulheres na vida quotidiana.²⁴¹ A Sharia inclui conjuntos de regras ditadas por Deus que se encontram no Alcorão no que concerne à regulamentação política, social e religiosa do Islão, mas também aos ensinamentos do Maomé e a toda a tradição islâmica.²⁴² A Sharia pretende regular tanto a esfera

²³⁵ Cf. Zirker, «Islamismo-Cristianismo», 413.

²³⁶ Cf. Caspar, «Le Concile et L'Islam», 123.

²³⁷ Cf. Pierre Claverie, *Humanité plurielle* (Paris: CERF, 2008), 53.

²³⁸ Cf. François Jourdan, *Dieu Des Chrétiens, Dieu Des Musulmans* (Paris: L'œuvre, 2007), 53.

²³⁹ Cf. Louis Gardet, *Regards Chrétiens sur L'Islam* (Paris: Desclée De Brouwer, 1986), 36.

²⁴⁰ Cf. Dubost, *Catholiques Musulmans : Une Fraternité Critique*, 191.

²⁴¹ Cf. Henri Teissier, «Le Chrétien Questionné par L'Islam», *Nouvelle Revue Théologique* 113, n. 6 (1991): 810.

²⁴² Cf. Jamal Elias, *Islamismo* (Lisboa: Edições 70, 2011), 48.

da vida espiritual como da vida pública do crente. Ela vê o indivíduo associado a uma comunidade que o abrange totalmente.²⁴³

Uma outra diferença refere-se à visão política e totalitária do Islão.²⁴⁴ Assistimos cada vez mais a uma reivindicação identitária do Islão no ocidente, no que concerne aos hábitos, costumes e práticas religiosas. Essa afirmação identitária expressa-se também na construção de mesquitas que tem aumentado em muitos países da Europa. Mas também na reivindicação do ensino do Islão nas escolas públicas.²⁴⁵ Nesta visão identitária e totalitária, o Islão concebe o pluralismo dentro do quadro da tolerância das minorias. Esta minoria beneficia de liberdade de culto, mas sem infringir as leis da autoridade islâmica.²⁴⁶

Encontramos também entre os cristãos católicos e muçulmanos pontes de diálogo que são essenciais para a boa convivência, mas também para um trabalho pastoral que envolve os crentes das duas religiões. Um dos pontos do diálogo inter-religioso entre os muçulmanos e os cristãos católicos é experiência religiosa comum, que reconhece um Deus Único, Criador e Transcendente, ou seja, o monoteísmo. Esta base teológica possibilita uma linguagem acessível a todas as partes em diálogo.²⁴⁷

Os muçulmanos acreditam num Deus revelador. Isto não significa que a noção de Deus seja idêntica à dos cristãos. A natureza da própria fé segundo Louis Gardet é diferente.²⁴⁸ Para os muçulmanos, Deus intervém na história da humanidade sem intervir pessoalmente, mas fala aos homens através dos profetas.²⁴⁹ Nesta linha, François Jourdan, chama a atenção do uso da linguagem quando se afirma que cristãos e muçulmanos têm o mesmo Deus. Isto porque o Islão não é uma religião de redenção. Por isso, a teologia e a antropologia islâmica são diferentes das do cristianismo.²⁵⁰ O Deus do cristão faz aliança com os homens e revelou-Se em seu filho Jesus. Isto para o Islão é inaceitável, porque Deus é transcendente, totalmente separado de toda a criatura. A expressão correta é afirmar que os muçulmanos e cristãos adoram o Deus Único.²⁵¹

²⁴³ Cf. Zirker, «Islamismo-Cristianismo», 415.

²⁴⁴ Cf. Maurice Borrmans, «Islam», em *Diccionario de las Religiones*, ed. Paul Poupard (Barcelona: Herder, 1987), 871.

²⁴⁵ Cf. Chaffaut, «Les mutations profondes du paysage actuel et les difficultés du dialogue interreligieux», 22.

²⁴⁶ Cf. Claverie, *Humanité plurielle*, 54.

²⁴⁷ Cf. Miranda, «Diálogo Inter-religioso e Fé Cristã», 38.

²⁴⁸ Cf. Michel, *Le dialogue islamochrétien dans l'esprit d'Assise*, 30.

²⁴⁹ Cf. Caspar, «Le Concile et L'Islam», 124.

²⁵⁰ Cf. François Jourdan, *Islam et Christianisme : Comprendre les Différences de Fond* (Paris: Editions du Toucan, 2015), 42.

²⁵¹ Cf. Jourdan, 43.

Uma outra base comum para o diálogo inter-religioso consiste naquilo que é a “Realidade Última”, invocada entre as duas tradições religiosas. Esta realidade última consiste no encontro definitivo com Deus. Encontramos deste modo a questão escatológica presente em ambas as religiões.²⁵² Os muçulmanos acreditam no julgamento final, na ressurreição dos mortos e na retribuição no paraíso ou inferno segundo as ações terrenas. Nesta crença funda-se toda a ética muçulmana.²⁵³ Assim, todos os seres humanos serão ressuscitados e julgados. Durante o julgamento, estaremos face a face com Deus e teremos de responder pelas nossas ações.²⁵⁴ Essa dimensão escatológica dá todo o sentido ao futuro do mundo e o sentido do homem. Aqui, o islamismo e o cristianismo têm muito em comum, embora diferenciando-se em pontos importantes.²⁵⁵ A escatologia cristã é, antes de mais, a parusia de Cristo.²⁵⁶ Ambas as religiões veem em si próprias o começo representativo da comunidade definitiva.²⁵⁷

As raízes históricas, “o monoteísmo” é um outro ponto de convergência. Fundamentada na fé de Abraão, remete as duas religiões para uma pertença familiar comum.²⁵⁸ Tal pertença possibilita uma oração comum.²⁵⁹ Somos chamados a adorar a Deus não só individualmente, mas também em comunidade. É nesta dinâmica que acontece todos os anos a Jornada Mundial da Oração, em Assis. Uma oração comum partilhada pelas diversas tradições religiosas.²⁶⁰ Essa experiência comunitária da oração demonstra a verdadeira fraternidade a que somos chamados. Há uma coragem da parte dos muçulmanos em mostrar a importância da oração, que faz com que interrompam os trabalhos para rezarem, mesmo num espaço público. A postura da oração mostra um abandono total a Deus.²⁶¹ Nesse ponto, os muçulmanos exprimem-se mais facilmente de que os católicos.²⁶² O diálogo inter-religioso representa assim uma oportunidade positiva para as religiões, tendo como horizonte uma aprendizagem mútua.

A prática da oração, do jejum, da caridade, e a peregrinação a Meca, constituem pilares fundamentais do Islão. As orações são realizadas antes do nascer do sol, imediatamente após o sol ter atingido o ponto mais alto do céu, a meio da tarde, depois do pôr do sol e depois de escurecer. O Jejum acontece durante o mês do Ramadão, o nono mês do calendário lunar

²⁵² Cf. Miranda, «Diálogo Inter-religioso e Fé Cristã», 40.

²⁵³ Cf. Caspar, *Cristianismo/Islamismo*, 136.

²⁵⁴ Cf. Elias, *Islamismo*, 65.

²⁵⁵ Cf. Caspar, *Cristianismo/Islamismo*, 136.

²⁵⁶ Cf. Michel, *Le dialogue islamochrétien dans l'esprit d'Assise*, 31.

²⁵⁷ Cf. Zirker, «Islamismo-Cristianismo», 415.

²⁵⁸ Cf. Blanpain, «La foi chrétienne à la rencontre de l'Islam», 602.

²⁵⁹ Cf. Dupuis, *La rencontre du christianisme et des religions*, 362.

²⁶⁰ Cf. Dupuis, 361.

²⁶¹ Cf. Dubost, *Catholiques Musulmans : Une Fraternité Critique*, 72.

²⁶² Cf. Dubost, 157.

islâmico.²⁶³ Tem também um sentido de partilha, de solidariedade e de caridade, principalmente no mês de Ramadão para os muçulmanos²⁶⁴, e na Quaresma para os católicos. A caridade é considerada um ato extremamente meritório no islamismo. As esmolas dos crentes servem para sustentar os pobres, os órfãos e as viúvas. Servem também para contribuir para obras sociais como a construção de escolas e hospitais.²⁶⁵ O Jejum e a ascese têm um sentido profundo para ambas as religiões. Ajuda a libertar de todas as pulsões e a controlar as necessidades e os desejos naturais, a viver em comunhão com os que sofrem a fome ou outras necessidades.²⁶⁶

Destaca-se também um forte sentido da hospitalidade no seio do Islão e que também encontramos no cristianismo. Um exemplo concreto é o acolhimento feito a Louis Massignon no Iraque quando caiu doente. Ele foi para uma pesquisa arqueológica, mas foi abandonado pelos colegas. No entanto, foi acolhido em Bagdad por uma família muçulmana, para que ele não fosse assassinado. Ele é salvo em nome da hospitalidade. Depois de se converter à fé cristã, essa experiência fez com que ele se tornasse o maior islamologista do século XX, reconhecido como tal no mundo muçulmano.²⁶⁷

A figura de Maria ocupa um lugar de respeito e estima no seio do Islão. Ela foi escolhida e purificada por Deus de entre todas as mulheres antes do seu nascimento (cf. Sura 3, 42). O anjo lhe apareceu a dizer-lhe que seria mãe de Jesus, continuando a ser virgem (cf. Sura 3, 43-47; 19, 16-34). Assim, ela aceita a vontade de Deus, engravida e retira-se para o deserto. Dá à luz ao seu filho ao pé de uma palmeira.²⁶⁸ Robert Caspar afirma que Alcorão fala muitas vezes das virtudes e privilégios de Maria.²⁶⁹ Não só porque foi escolhida entre todas as mulheres, purificadas e cumuladas de graças por Deus (cf. Sura 3, 42; 5, 110), mas é caracterizada por ser virgem e crente (cf. Sura 66, 12), tornou-se uma testemunha para os crentes.²⁷⁰ Afirma ainda que a figura alcorânica de Maria é substancialmente fiel à sua figura evangélica, excetuando alguns

²⁶³ Cf. Elias, *Islamismo*, 67.

²⁶⁴ Cf. Dubost, *Catholiques Musulmans : Une Fraternité Critique*, 72.

²⁶⁵ Cf. Elias, *Islamismo*, 69.

²⁶⁶ Cf. Pontifício Concelho para o diálogo inter-religioso, «Cristãos e muçulmanos juntos para proteger os lugares de culto: mensagem para o mês do Ramadão, 2020», ed. Miguel Ángel Cardeal Ayuso Guixot, 2020, acessido a 25 de agosto de 2020, http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_20200417_ramadan-2020_po.html.

²⁶⁷ Cf. Christian Salenson, «Et l'autre devint frère», *Chemins de Dialogue* 53 (2019): 21.

²⁶⁸ Cf. Caspar, *Cristianismo/Islamismo*, 113.

²⁶⁹ Cf. Caspar, 114.

²⁷⁰ Cf. Samir El Hayek, *O significado dos versículos do Alcorão Sagrado* (São Paulo: Marsam Editora Jornalística, 1994), 345.

pormenores secundários. E que o Alcorão passou muito perto do mistério cristão revelado em Cristo.²⁷¹

Outro tema em que podemos encontrar laços entre o Islão e o cristianismo é questão da ética e da moral. A moral corânica, de um ponto de vista particular, é muito exigente. Assim condena toda a falta de respeito ao outro, condena a violação da dignidade humana, a violação da vida privada. Esse respeito deve manifestar-se em atos. Também insiste na proteção dos órfãos, das viúvas e dos pobres.²⁷² Mas o Islão difere do Cristianismo no que diz respeito aos princípios da moral familiar. São exemplos disso a poligamia, o repúdio e o apedrejamento da mulher em caso do adultério.²⁷³

Apesar de vários pontos em comum, um reconhecimento mútuo entre o Islão e o cristianismo é difícil. Mas há uma base comum que serve de ponto de partida. Reconhecer o outro como criado por Deus. É como criatura de Deus que todas as pessoas são dignas de respeito, qualquer que seja a sua religião, cultura ou estatuto social. Respeitar o ser humano como criado por Deus abre caminho de uma boa convivência onde cada um encontra o seu lugar.²⁷⁴

Em última análise, ficam por resolver não poucas questões decisivas e delicadas sobretudo, como se realiza a salvação de todos os homens em Cristo nas religiões. O Vaticano II colocou a Igreja numa dinâmica dialógica, com convicções e afirmações iluminadas pela fé, mas deixa um longo caminho de reflexão aberto ao trabalho da teologia pós-conciliar naquilo que é a teologia das religiões.²⁷⁵ No entanto, é necessária uma purificação da linguagem teológica sobre religiões no contexto atual do diálogo inter-religioso. Algumas das expressões usadas no passado como ‘infiéis’, ‘insurgentes’, soam mal neste novo contexto.²⁷⁶

É de recordar que ainda não se ultrapassaram certas atitudes de reserva, de receio e de hostilidade. É necessário ultrapassar essas barreiras e criar formas de colaboração frutuosa entre o cristianismo e o islamismo.²⁷⁷ Uma humanidade fraterna e reconciliada requer a fraternidade entre as religiões.²⁷⁸

²⁷¹ Cf. Caspar, *Cristianismo/Islamismo*, 115.

²⁷² Cf. Gardet, *Regards Chrétiens sur L'Islam*, 36.

²⁷³ Cf. Caspar, «Le Concile et L'Islam», 125.

²⁷⁴ Cf. Chaffaut, «Les mutations profondes du paysage actuel et les difficultés du dialogue interreligieux», 88.

²⁷⁵ Cf. Alemany, *El dialogo interreligioso en le magisterio de la Iglesia*, 65.

²⁷⁶ Cf. Dupuis, *La rencontre du christianisme et des religions*, 109.

²⁷⁷ Cf. Michel, *Le dialogue islamochrétien dans l'esprit d'Assise*, 32.

²⁷⁸ Cf. Salenson, «Et l'autre devint frère», 31.

Capítulo 3 - As implicações pastorais do diálogo inter-religioso

No contexto atual em que vivemos, as religiões não podem viver isoladamente e na indiferença recíproca. Devem-se procurar o mútuo enriquecimento, no diálogo, na hospitalidade, nas partilhas das experiências e na colaboração.²⁷⁹ É necessário afirmar os elementos que favorecem a convivência entre as pessoas de diferentes crenças, o respeito mútuo pela liberdade e a colaboração em prol do bem comum, de modo a quebrar barreiras de indiferenças e medos e criar uma cultura de encontro, de paz e mútua convivência.²⁸⁰

Tendo como pressupostos os pontos do diálogo existentes entre o Islão e o Cristianismo, podemos traçar alguns campos pastorais comuns que possam existir entre as duas religiões. Para isso, o discernimento é fundamental de modo a identificar o campo pastoral comum e saber até que ponto podemos elaborar um plano pastoral que vai ao encontro dos desafios teológicos e doutrinários de ambas as religiões.

A dimensão práxis do diálogo inter-religioso exige que o encontro entre crentes de religiões diferentes, se traduza em ações concretas para o bem de todos. Esse encontro entre os cristãos católicos e muçulmanos é um meio privilegiado de exprimir a fraternidade.²⁸¹ As questões familiares, as questões da ética social, da educação, da bioética, desafiam as duas religiões no campo teológico e no campo da moral.²⁸²

Assim, no primeiro ponto deste capítulo falaremos da transformação missionária da Igreja e a necessidade do diálogo inter-religioso para saber que orientação pastoral advém da evangelização hoje. No segundo ponto abordaremos a questão do discernimento, como caminho para compreender os sinais dos tempos no campo do diálogo inter-religioso e pastoral. E no terceiro ponto, partindo dos pontos de diálogo e dos valores existente entre as duas religiões

²⁷⁹ Cf. Antonio Cuciniello, «Il lungo percorso dell'incontro e del dialogo», em *Per una fratellanza umana: Cristiani e musulmani uniti nella diversità*, ed. Paolo Branca e Antonio Cuciniello (Milano: Paoline, 2021), 31.

²⁸⁰ Cf. Alemany, *El dialogo interreligioso en le magisterio de la Iglesia*, 289.

²⁸¹ Cf. Salenson, «Et l'autre devint frère», 27.

²⁸² Cf. Hogue, «Où en sont les rencontres entre chrétiens et musulmans?», 72.

traçaremos campos de atuação pastoral, tendo em conta os desafios do documento “Fraternidade Humana”.²⁸³

3.1. Transformação missionária da Igreja e o diálogo inter-religioso

Neste ponto queremos identificar a partir do *Evangelii Gaudium* algumas orientações que são essenciais para a transformação missionária da Igreja e do cuidado pastoral no campo do diálogo inter-religioso. Mas também recorrendo a algumas orientações dos documentos do Magistério, mais concretamente o documento *Diálogo e Missão*²⁸⁴ e o documento *Diálogo e Anúncio*.²⁸⁵

A Igreja católica estimulou os seus fiéis a dialogarem e a cooperarem com os seguidores de outras religiões (cf. NA 2). O Vaticano II abriu, deste modo, um caminho importante para a teologia, e para a prática pastoral no que concerne à relação dos católicos com os membros de outras religiões, e introduziu o diálogo como elemento integrante da evangelização.²⁸⁶ Esse caminho é irreversível para a tradição católica, afirma Wagner Lopes Sanchez.²⁸⁷

O documento *Diálogo e Missão*²⁸⁸ delineou um conjunto de orientações com carácter pastoral, com o intuito de favorecer um comportamento evangélico em relação aos outros crentes com os quais os cristãos convivem no seu dia-a-dia, na cidade, no trabalho e na família (cf. DM 6). Explica que o diálogo inter-religioso faz parte da tarefa específica da evangelização e que está integrado no dinamismo global da missão da Igreja (cf. DM 30). Indica, neste sentido, as

²⁸³ Cf. Papa Francisco e Ahmad Al-Tayyeb, «Fraternidade Humana em Prol da Paz Mundial e Da Convivência Comum», 2019, acessado a 12 de maio de 2021, http://www.vatican.va/content/francesco/pt/travels/2019/outside/documents/papafrancesco_20190204_documento-fratellanza-umana.html.

²⁸⁴ Cf. Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, «Diálogo e Missão», ed. Francis Arinze, 1984, acessado a 02 de abril de 2021, http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19840610_dialogo-missione_po.html.

²⁸⁵ Cf. Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, «Diálogo e Anúncio», ed. Francis Arinze, 1991, acessado a 25 de agosto de 2020, http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19051991_dialogo-ue-and-proclamatio_po.html.

²⁸⁶ Cf. Dupuis, «Diálogo Interreligioso», 312.

²⁸⁷ Cf. Wagner Lopes Sanchez, «Pela transversalidade do diálogo inter-religioso na teologia e na pastoral», *Horizonte* 13, n. 40 (2015): 1994.

²⁸⁸ Pontifício Conselho para o diálogo inter-religioso, «Diálogo e Missão», ed. Francis Arinze, 1984, acessado a 02 de abril de 2021, http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19840610_dialogo-missione_po.html.

várias formas de diálogo: o diálogo da vida, aberto e acessível a todos (cf. DM 29-30); o diálogo no compromisso comum nas obras da justiça e dignidade humana (cf. DM 31-32); o diálogo intelectual, onde os especialistas se comprometem no estudo e na partilha a nível do património das respetivas religiões, em vista à promoção da comunhão e da fraternidade (cf. DM 33-34); e por fim num plano mais profundo a partilha da experiência religiosa da oração e da contemplação numa procura comum do Absoluto (cf. DM 53). O documento *Diálogo e Anúncio*, publicado em 1991, veio reforçar que não há oposição entre o diálogo e a missão. O diálogo é, por si, evangelização. Deste modo, houve mudança de pensamento, no qual o objetivo do diálogo não é a conversão dos outros ao cristianismo, mas uma conversão comum a Deus.²⁸⁹

A Igreja continua hoje a missão de pregar a Boa Nova do Reino de Deus (cf. LG 5), e fazê-la crescer. Reconhece que a realidade inicial deste Reino pode ser encontrada também para além dos confins da Igreja, por exemplo, nos corações dos seguidores de outras tradições religiosas, à medida que vivem valores evangélicos e permanecem abertos à ação do Espírito (cf. DA 35). O empenho da Igreja no diálogo não é meramente de natureza antropológica, mas é principalmente de natureza teológica. Isto porque, ao longo dos tempos, Deus dialogou com a humanidade oferecendo a salvação. E, para ser fiel à iniciativa divina, a Igreja deve entrar num diálogo de salvação com todos (cf. DA 38). Neste diálogo de salvação, os cristãos e os crentes das outras tradições religiosas, são chamados a colaborar e a darem testemunho da sua fé, a promoverem iniciativas de intercâmbios e partilhas (cf. DA 40). A renovação missionária da Igreja passa também por essa dinâmica evangelizadora.

Na evangelização é a pessoa inteira do evangelizador a ser envolvida, com palavras, ações e testemunho de vida (cf. EN 21-22). Deste modo «o diálogo inter-religioso e o anúncio, embora não no mesmo nível, são autênticos elementos da missão evangelizadora da Igreja. São legítimos e necessários» (DA 77). O cristão ao mesmo tempo que é chamado a conhecer Cristo, também tem o dever de anunciá-lo no espírito evangélico do diálogo (cf. DA 77).

As comunidades cristãs católicas são chamadas a melhorarem as suas atitudes e as suas relações com outras religiões e, particularmente, com o Islão. Não é um sincretismo, trata-se de proximidade, de cooperação, de formação religiosa, do conhecimento daquilo que há de bom nas outras religiões e os seus limites.²⁹⁰ São exortadas a rever os métodos, a estudar o modo de fazer

²⁸⁹ Cf. Dupuis, *La rencontre du christianisme et des religions*, 135.

²⁹⁰ Cf. Alemany, *El dialogo interreligioso en le magisterio de la Iglesia*, 305.

chegar a mensagem cristã aos homens do nosso tempo e reforçarem a solidariedade entre todos povos (cf. EN 3).

A Boa Nova há de ser proclamada, antes de mais, pelo testemunho. No seio da comunidade humana em que vivem, os cristãos católicos manifestam a sua capacidade de compreensão e de acolhimento, a sua comunhão de vida e de destino com os demais, a sua solidariedade para tudo aquilo que é nobre e bom (cf. EN 21). O testemunho constitui uma proclamação silenciosa da Boa Nova. A presença, participação e solidariedade é um elemento essencial na evangelização. E aqui pensamos de modo especial na responsabilidade no acolhimento dos migrantes e refugiados (cf. EN 21)

A transformação missionária da Igreja passa-se também pela renovação pastoral. Na exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco fala da renovação pastoral e propõe uma Igreja em saída que vai ao encontro de todos. Uma Igreja que vai às periferias existenciais da humanidade de hoje (cf. EG 19-23). A renovação da pastoral consiste também na conversão missionária, num retorno contínuo à fonte da missão que é o próprio Cristo, mas também na transmissão da fé e no diálogo com o mundo. A conversão pastoral exige que todos os meios, todas as estruturas, sejam postas ao serviço da missão. E que coloque os agentes pastorais em atitude constante de “saída” (cf. EG 27). O Papa, portanto, espera uma reforma das estruturas que pressupõe uma conversão pastoral capaz de tocar o ordinário da vida das comunidades cristãs e fomentar uma nova mentalidade nos agentes pastorais, abertos e capazes de ir ao encontro de todos.²⁹¹

Esta transformação missionária da Igreja consiste também no diálogo com as outras tradições religiosas. Neste sentido afirma o Papa Francisco:

Este diálogo, sempre amável e cordial, nunca se deve descuidar o vínculo essencial entre diálogo e anúncio, que leva a Igreja a manter e intensificar as relações com os não-cristãos [...] A verdadeira abertura implica conservar-se firme nas próprias convicções mais profundas, com uma identidade clara e feliz, mas “disponível para compreender as do outro” e “sabendo que o diálogo pode enriquecer a ambos” [...] Longe de se contraporem, a evangelização e o diálogo inter-religioso apoiam-se e alimentam-se reciprocamente (EG 251).

Uma pastoral com base no diálogo dirigido a todos os homens de boa vontade, que procuram o sentido da vida. Uma pastoral que ajuda as pessoas a perceberem e enfrentarem os desafios do mundo atual à luz do Evangelho. Mas também uma ação pastoral que vai ao encontro

²⁹¹ Cf. Francesco Celestino, «Ripensare la Pastorale in una Pluralità di Presenze», *Miscellanea Francescana* 118 (2018): 216.

de outras tradições religiosas, que procuram de um modo sincero e verdadeiro o bem comum.²⁹² O pluralismo religioso que vivemos hoje constitui um desafio para o cuidado pastoral e exige um discernimento constante.²⁹³ A Igreja é chamada a colocar-se ao serviço de um diálogo fraterno que possibilita um encontro renovado na fé (cf. EG 74-75).

A pastoral proposta pelo Papa Francisco é antes de tudo missionária, que tem por base um alegre anúncio do encontro (cf. EG 4-7). O encontro com Jesus leva à mudança e dá o verdadeiro sentido da vida. «Só graças a este encontro - ou reencontro - com o amor de Deus, que se transforma em amizade feliz, somos redimidos da consciência isolada e da autorreferencialidade» (EG 8). Trata-se de uma forma renovada de fazer pastoral, que apela à abertura do dom de si e que propõe um anúncio alegre do Evangelho, que pode fecundar os corações de todos. Surge assim uma Igreja alegre que sabe passar de uma pastoral de manutenção a uma pastoral missionária que gera a vida (cf. EG 9-18).

O *Evangelii Gaudium* propõe uma conversão pastoral da comunidade, orientada para a nova evangelização. Em primeiro lugar, deve haver uma clara renovação eclesial em termos de atitudes, linguagem e escolhas operacionais (cf. EG 27-28). Mas também pela reforma das estruturas que vai ao encontro das necessidades das comunidades. Uma mudança de atitude e mentalidade dos agentes pastorais, de modo que sejam capazes de ir ao encontro das periferias existenciais das nossas comunidades.²⁹⁴ Uma renovação que leva a testemunhar e a transmitir a fé. Esta fé que é vivida na comunidade e é alimentada da Palavra e do Pão da vida. A fé gera um testemunho anunciado, não menos do que um testemunho vivido. Mesmo no diálogo com outras religiões, a proclamação convicta é um instrumento válido para promover uma cultura de convivência.²⁹⁵

Uma pastoral missionária que conhece as necessidades das pessoas, sabe intervir, sabe encontrar meios simples e eficazes que se realizam a partir do mandato missionário do próprio Jesus: «Ide, portanto, e fazei discípulos de todos os povos, batizando em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a fazer o que vos ordenei» (Mt 28,19-20).²⁹⁶ Este ministério pastoral, feito pela Igreja, transforma, forma e envia (cf. EG 24). Para o realizar, é necessário o empenho de todos. A transformação do cuidado pastoral só pode ter lugar se houver

²⁹² Cf. Celestino, 218.

²⁹³ Cf. Francesco Celestino, «Il Contributo Dell' Evangelii Gaudium, per la Pastorale e il Dialogo Interreligioso», *Miscellanea Francescana* 119, n. 372-396 (2019): 379.

²⁹⁴ Cf. Celestino, 276.

²⁹⁵ Cf. Celestino, «Ripensare la Pastorale in una Pluralità di Presenze», 208.

²⁹⁶ Cf. Celestino, 216.

trabalhadores que estejam convencidos e prontos para serem testemunhas credíveis do Evangelho (cf. EG 183).

Um outro meio da renovação da Igreja é a sinodalidade. Esta é caminho de discernimento e é um modo de ser da Igreja, no espírito de comunhão e de participação de todo o Povo de Deus.²⁹⁷ O estilo sinodal da Igreja exige uma apreciação de todos os carismas que podem surgir numa comunidade e sejam postos ao serviço de todos. Mas também exige uma coordenação entre os organismos responsáveis pela animação pastoral, que têm um papel indispensável na vida da comunidade e da sua missão. A ação pastoral concebida e vivida com um estilo sinodal permite construir comunidades que são chamadas ao diálogo com pessoas pertencentes também a outras culturas e religiões.²⁹⁸

A abertura ao próximo, nos interpela e nos leva a sairmos das nossas comunidades e dos nossos lugares de conforto e a pormo-nos a caminho.²⁹⁹ Nesse caminho, encontramos-nos com o outro que pertence a uma tradição religiosa diferente. Assim, o caminho assume-se como um acontecimento instaurador do vínculo interpessoal e comunitário. Segundo João Manuel Duque, o caminho é, por um lado, o lugar exterior à comunidade, que o interpela de modo a não se fechar sobre si, e por outro lado possibilita as relações entre as comunidades e conseqüentemente o diálogo com as outras tradições religiosas.³⁰⁰

Isso tem impacto na vida pastoral das comunidades, que já não é pensada a partir do seu interior fechado, mas da sua margem, no exterior, na periferia. Aí encontramos situações que nos interpelam, que ultrapassam o limite da tribo, de uma comunidade ou de uma religião, no qual somos chamados a traçar uma pastoral que vai ao encontro de todos. Uma pastoral de hospitalidade. Uma pastoral gerativa, que origina vida humanizada.³⁰¹

3.2. O discernimento e o diálogo inter-religioso e pastoral

A *Gaudium et Spes* afirma que a Igreja, para exercer fielmente sua missão, «tem o dever de perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, de tal modo que possa

²⁹⁷ Cf. Celestino, «Il Contributo Dell' Evangelli Gaudium, per la Pastorale e il Dialogo Interreligioso», 377.

²⁹⁸ Cf. Celestino, 378.

²⁹⁹ Cf. Chaffaut, «Les mutations profondes du paysage actuel et les difficultés du dialogue interreligieux», 96.

³⁰⁰ Cf. Duque, *O próximo e a comunidade: Breve leitura da Fratelli Tutti*, 24.

³⁰¹ Cf. Duque, 25.

responder, de modo adaptado a cada geração» (GS 4). Esse novo olhar fez com que a Igreja optasse por uma atitude de diálogo e de colaboração, de modo a conhecer e entender o mundo no qual vivemos, suas esperanças, suas aspirações e sua índole frequentemente dramática (cf. GS 4). Este diálogo, que é guiado pelo amor à verdade, deve ser feito com prudência sem excluir ninguém (cf. GS 92).

O Papa João XXIII delineou o caráter próprio do Concílio numa perspectiva dialógica e pastoral. O seu intuito é de propor e discernir juntos os sinais dos tempos. Para ele, as relações da Igreja com o mundo e com as outras religiões, não são para condenar, mas sim propor e dialogar.³⁰²

No campo do diálogo inter-religioso o documento *Diálogo e Anúncio* afirma que é necessário um discernimento:

Podem-se discernir facilmente os frutos do Espírito Santo na vida pessoal dos indivíduos, cristãos e não-cristãos (cf. Gl 5,22-23). E muito mais difícil identificar, nas outras tradições religiosas, elementos da graça capazes de sustentar a resposta afirmativa dos seus membros à chamada de Deus. Requer-se, por conseguinte, um discernimento, cujos critérios é preciso estabelecer. Muitas pessoas sinceras, inspiradas pelo Espírito de Deus, assinalaram certamente com a sua marca a elaboração e o desenvolvimento das suas respetivas tradições religiosas. Mas isto não implica necessariamente que tudo nelas seja bom (DA 30).

Diz ainda o documento:

Afirmar que as outras tradições religiosas contêm elementos da graça não significa, por outro lado, que tudo, nelas, seja fruto da graça. [...] Uma aproximação aberta e positiva às outras tradições religiosas não autoriza, portanto, a fechar os olhos perante as contradições que possam existir entre elas e a revelação cristã. Onde for necessário, é preciso reconhecer que existe incompatibilidade entre certos elementos essenciais da religião cristã e alguns aspetos destas tradições (DA 31).

Isto mostra que é necessário sempre discernir o modo como colaboramos e nos relacionamos com as outras religiões e, de modo particular, com o Islão. Deste modo todas as Igrejas locais e as suas respetivas comunidades cristãs, guiadas pelo Papa e pelos seus bispos, são chamadas ao diálogo e ao discernimento constante, tendo em conta as realidades e a especificidade de cada país, região, cultura e contexto eclesial. Isto porque nem todas as comunidades cristãs católicas lidam da mesma maneira com as outras tradições religiosas (cf. DA 43). Há contextos em que os membros das outras religiões temem que o objetivo da missão evangelizadora da Igreja seja a destruição da sua religião e da sua cultura (cf. DA 74). É o caso da Mauritània, onde a presença da Igreja Católica é temida por alguns líderes religiosos muçulmanos e pelas autoridades civis. Há uma coabitação religiosa, mas a religião reconhecida

³⁰² Cf. Michel, *Le dialogue islamochrétien dans l'esprit d'Assise*, 122.

pelo Estado é o Islão. Os cristãos católicos são os imigrantes e refugiados, estudantes estrangeiros e representantes diplomáticos.³⁰³

Esta atenção particular a cada contexto é fundamental para o discernimento no campo do diálogo inter-religioso e pastoral:

Na prática, a maneira de cumprir a missão da Igreja depende das circunstâncias particulares de cada Igreja local, de cada cristão. Isto sempre implica certa sensibilidade pelos aspetos sociais, culturais, religiosos e políticos da situação, e também uma atenção aos "sinais dos tempos", através dos quais o Espírito de Deus fala, instrui e guia. Esta sensibilidade e esta atenção desenvolvem-se mediante uma espiritualidade de diálogo. Esta requer um discernimento interior e uma reflexão teológica sobre o significado das diversas tradições religiosas no desígnio de Deus, e sobre a experiência daqueles que encontram nelas o seu alimento espiritual (DA 78).

A conversão dos jovens católicos ao Islão, como por exemplo em Moçambique e na França, coloca a questão não somente dos conteúdos da fé que lhes são propostos, mas também do acolhimento e acompanhamento desses jovens. Há, no entanto, uma necessidade de discernir em comunidade os fundamentos doutrinários e teológicos que se transmitam aos jovens hoje. Mas também apostar numa pastoral de catecumenado para os jovens católicos, em minoria no contexto muçulmano, de modo a poderem viver a fé cristã de uma maneira serena e enraizada.³⁰⁴

É conveniente também estudar, à luz da tradição cristã e do Magistério da Igreja, o modo como ao longo da história a Igreja lidou com as religiões não cristãs, no caso em estudo as suas relações com o Islão. Esse conhecimento ajuda os agentes pastorais a construir uma base sólida e prepará-los com as novas abordagens teológicas e pastorais de modo a abrir novos horizontes nos seus contatos com as religiões não cristãs (cf. EN 53).

Um outro passo no discernimento no campo do diálogo inter-religioso é a adaptação e fidelidade da linguagem. A comunidade cristã católica tem o papel de assimilar e vivenciar a mensagem evangélica, de a transmitir sem a mínima traição e adaptá-la numa linguagem que pessoas hoje possam compreender, principalmente quando está em diálogo e colaboração com as outras tradições religiosas. Uma tal adaptação da linguagem há de ser feita numa atitude constante de discernimento, seriedade e respeito (cf. EN 63).

O documento *Diálogo e Missão* vai na mesma linha afirmando:

108. ³⁰³ Cf. Pachel Florian Mbabe, «Dialogue interreligieux en Mauritanie», *Horizons Spiritains*, n. 15 (2020):

111. ³⁰⁴ Cf. Chaffaut, «Les mutations profondes du paysage actuel et les difficultés du dialogue interreligieux»,

Voltamos também o nosso pensamento para todos os que reconhecem Deus e guardam nas suas tradições preciosos elementos religiosos e humanos, desejando que um diálogo franco nos leve a todos a receber com fidelidade os impulsos do Espírito e a segui-lo com entusiasmo. Por nossa parte, o desejo de tal diálogo, guiado apenas pelo amor à verdade e com a necessária prudência, não exclui ninguém. Como Deus Pai é o princípio e o fim de todos eles, todos somos chamados a ser irmãos. Por isso, chamados a esta mesma vocação humana e divina, podemos e devemos cooperar pacificamente, sem violência nem engano, na edificação do mundo na verdadeira paz" (GS 92); (DM 42).

O discernimento comunitário é um termo cheio de significado para a Igreja hoje. Indica a vontade de se construir como um corpo, onde cada batizado, cada família, grupos eclesiais são sujeitos responsáveis, onde todos juntos procurem ser dóceis à ação do Espírito. Significa ver que o Espírito Santo desperta, e estar atento às necessidades reais da comunidade e, sobretudo estar atento aos mais frágeis e abandonados.³⁰⁵

É necessário também um acompanhamento e um discernimento pessoal àqueles que se convertem ao cristianismo e também àqueles que optam por casamento com disparidade de culto. O ato de mudar de religião é um passo que deve ser acompanhado, com um tempo suficiente para uma reflexão e preparação adequada, através de um processo que assegure uma plena liberdade pessoal. E aqueles que optam pelo casamento com disparidade de culto, exigem o mesmo cuidado pastoral, um acompanhamento antes e depois do casamento.³⁰⁶

O Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso desempenha um papel importante neste processo de discernimento e da formação. Na sua 10^o Assembleia Plenária, refletiu sobre "*Diálogo in veritate et caritate: orientações pastorais*". No seu discurso de encerramento o Papa Bento XVI afirmou:

A grande proliferação dos encontros inter-religiosos no mundo inteiro exige um discernimento. A este propósito, observo com prazer que durante estes dias vós refletistes sobre as orientações pastorais para o diálogo inter-religioso. Desde o Concílio Vaticano II, prestou-se atenção aos elementos espirituais que as diferentes tradições religiosas têm em comum. De muitas formas, isto tem contribuído para lançar pontes de entendimento através das fronteiras religiosas. Compreendo que, durante os vossos debates, considerastes algumas questões de preocupação prática nos relacionamentos inter-religiosos: a identidade dos participantes no diálogo, a educação religiosa nas escolas, a conversão, o proselitismo, a reciprocidade, a liberdade religiosa e o papel dos líderes religiosos na sociedade em geral. Trata-se de questões importantes, às quais os líderes religiosos que vivem e trabalham no meio de sociedades pluralistas devem prestar grande atenção.³⁰⁷

³⁰⁵ Cf. Celestino, «Ripensare la Pastorale in una Pluralità di Presenze», 207.

³⁰⁶ Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, «O Testemunho Cristão em um Mundo Multi-Religioso: Recomendações e Conduta», 2011, acessado a 16 de abril de 2021, http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_20111110_testimonia-cristiana_po.html#top.

³⁰⁷ Bento XVI, «Discurso aos Participantes da 10^o Plenária do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso», 2008, acessado a 16 de abril de 2021, http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/june/documents/hf_ben-xvi_spe_20080607_interelg-dialogue.html.

3.3. Campos de ação pastoral entre os cristãos católicos e os muçulmanos

A colaboração entre os muçulmanos e os cristãos católicos não é qualquer coisa de abstrato, mas parte da nossa experiência comum de crentes e da nossa comum humanidade (cf. DM 32). Esta colaboração centra-se no quotidiano das nossas vidas, nos espaços compartilhados, das alegrias e sofrimentos que advêm de vários fatores económicos, sociais e políticos. O Concílio Vaticano II exorta-nos a “esquecer o passado” e a defender e promover em conjunto a justiça social, os bens morais, a paz e a liberdade para todos (cf. NA 3; cf. AG 11). Neste sentido, encontramos uma multiplicidade de terrenos pastorais, tendo em conta os diferentes países, contexto cultural, social e eclesial. O diálogo de vida é a forma de diálogo mais indispensável para a vida em comum. Muçulmanos e cristãos católicos são chamados a construir juntos uma comunidade de paz, a partir da nossa comum humanidade e da nossa fé em Deus.³⁰⁸

O Papa Bento XVI, no seu discurso por ocasião da apresentação das cartas credenciais dos embaixadores em 2005, afirma que:

Para um desenvolvimento cada vez mais harmonioso dos povos, é fundamental dedicar uma especial atenção à juventude, proporcionando às famílias e às diferentes estruturas educativas os meios essenciais, preparando-as também para um futuro melhor e para uma verdadeira consciência do seu papel na sociedade e das atitudes que devem adotar para servir o bem comum e para estarem atentos a todos. [...] Por seu lado, a Igreja Católica, presente em todos os continentes, não deixa de oferecer a sua contribuição, desenvolvendo numerosas obras educativas e formando o sentido religioso dos indivíduos, que fará crescer em cada um o significado da fraternidade e da solidariedade.³⁰⁹

E no seu discurso por ocasião do encerramento da 10^o Assembleia Plenária do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso diz que:

A colaboração inter-religiosa oferece a oportunidade para manifestar os mais elevados ideais de cada tradição religiosa. Assistir os enfermos, levar alívio às vítimas das calamidades naturais ou da violência, ajudar os idosos e os pobres: estes são alguns dos campos em que pessoas de diferentes religiões colaboram. Encorajo todos aqueles que são inspirados pelo ensinamento das respetivas religiões, a ajudarem os membros sofredores da sociedade.³¹⁰

³⁰⁸ Cf. Eliseo Mercado, «Dialogue islamo-chrétien aux Philippines», *Spiritus*, n. 180 (2005): 279.

³⁰⁹ Bento XVI, «Discurso por ocasião da apresentação das cartas credenciais à onze embaixadores», 2005, acessado a 17 de abril de 2021, http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2005/december/documents/hf_ben_xvi_spe_20051201_ambassadors.html.

³¹⁰ Bento XVI, «Discurso aos Participantes da 10^o Plenária do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso».

No nosso estudo optamos pelas seguintes áreas de intervenção, que nos parecem ser significativas no campo da pastoral do diálogo inter-religioso com o Islão: a paz e a dignidade humana, o diálogo teológico em prol da pastoral; a pastoral educativa e formação inter-religiosa; a pastoral da saúde, da hospitalidade; da migração, da família destacando o casamento com disparidades de culto; e a pastoral em prol do cuidado com a casa comum. São temas abordados várias vezes e em diversas ocasiões pelo Papa Francisco, nas suas viagens, encontros inter-religiosos e também nas suas encíclicas e exortações, mas também são temas que vão ao encontro dos desafios do documento “Fraternidade Humana”.

3.3.1. Uma pastoral em prol da paz e da convivência comum

A religião não é uma questão privada, faz parte da vida pública, permitindo uma interação com os diversos setores da sociedade.³¹¹ Existem valores comuns e universais defendidos pelas duas religiões, a justiça, a paz, a solidariedade, a dignidade humana, a liberdade e a tolerância.³¹² Os documentos conciliares dedicam amplo espaço à paz e ao papel dos cristãos na consolidação da paz entre povos e nações. O texto da *Gaudium et Spes* apresenta a paz como fruto da justiça e obra de amor. É fruto do amor recíproco, de uma fraternidade permanente. Ela é obtida através da oração e do respeito da dignidade humana (cf. GS 77-78). A Declaração Conciliar *Nostra Aetate* fez o convite aos cristãos e muçulmanos a procurarem juntos a compreensão mútua e a colaboração com vista à promoção de valores como a justiça social, a paz e a liberdade (cf. NA 3).

Segundo Francesco Celestino, existe uma dimensão social da paz que tende a promover o bem comum e a justiça. Pode ser uma valiosa contribuição para a elaboração de uma cultura de paz e fomentar a motivação dos crentes em compromissos concretos para a paz.³¹³ O documento sobre a Fraternidade Humana, afirma que o papel das religiões não é de incitar à guerra nem encorajar sentimentos de ódio, hostilidade e extremismo, mas ser um instrumento para a promoção da paz.³¹⁴

³¹¹ Cf. Claverie, *Humanité plurielle*, 178.

³¹² Cf. Claverie, 309.

³¹³ Cf. Celestino, «Il Contributo Dell’ Evangelii Gaudium, per la Pastorale e il Dialogo Interreligioso», 385.

³¹⁴ Papa Francisco e Ahmad Al-Tayyeb, «Fraternidade Humana em Prol da Paz Mundial e Da Convivência Comum», 2019, acessado a 17 de abril de 2021, http://www.vatican.va/content/francesco/pt/travels/2019/outside/documents/papafrancesco_20190204_documento-fratellanza-umana.html.

João Paulo II, mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2002 diz:

As confissões cristãs e as grandes religiões da humanidade devem colaborar entre si para eliminar as causas sociais e culturais do terrorismo, ensinando a grandeza e a dignidade da pessoa e incentivando uma maior consciência da unidade do género humano. Trata-se de um campo concreto do diálogo e da colaboração ecuménica e inter-religiosa, colocando as religiões ao serviço da paz entre os povos.³¹⁵

No campo da promoção da paz é de destacar o encontro de Assis que acontece todos os anos onde os líderes religiosos se reúnem para rezarem pela paz. O encontro de Assis é uma das propostas pastorais que as dioceses podem adotar, tendo em considerações as realidades e as relações existente entre católicos e muçulmanos na diocese. É um caminho comum que as duas religiões podem percorrer à procura de paz pela oração, diálogo e testemunho.³¹⁶ Neste sentido afirma o Papa João Paulo II

O sentimento religioso e o espírito de oração não só nos fazem crescer na nossa interioridade, mas ilumina-nos ainda acerca do verdadeiro significado da nossa presença no mundo. [...] A oração é o vínculo que mais eficazmente nos une: graças a ela, os crentes conseguem encontrar-se lá onde são superadas as desigualdades, incompreensões, rancores e hostilidades, isto é, diante de Deus, Senhor e Paz de todos. Ela, enquanto expressão autêntica do reto relacionamento com Deus e com os outros, é já um contributo positivo para a paz.³¹⁷

Cristãos e muçulmanos consideram a paz um dom de Deus e, simultaneamente fruto do esforço humano. Reconhecem um forte vínculo entre paz e direitos humanos, especialmente no que diz respeito à liberdade de consciência e liberdade religiosa. A paz autêntica e duradoura só pode ser alcançada pela justiça e pela igualdade entre pessoas.³¹⁸

A comité conjunto para o diálogo entre Católicos e Muçulmanos apela à responsabilidade dos líderes religiosos na promoção da paz através do ensino e da pregação: «Os chefes religiosos, principalmente muçulmanos e cristãos, têm o dever de promover a cultura da paz, cada um na respetiva comunidade, especialmente através do ensinamento e da pregação».³¹⁹ E reafirma que,

³¹⁵ João Paulo II, «Mensagem para a celebração do XXXV dia Mundial da Paz (2002)», 2001, acessado a 15 de abril de 2021, http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_20011211_xxxv-world-day-for-peace.html.

³¹⁶ Cf. Teissier, «Le Chrétien Questionné par L'Islam», 821.

³¹⁷ João Paulo II, «Mensagem para a celebração do XXV dia mundial da paz», 1992, acessado a 14 de abril de 2021, http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_08121991_xv-world-day-for-peace.html.

³¹⁸ Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso e Comité Permanente de Al-azhar para o Diálogo entre as Religiões Monoteístas, «Declaração final do Comité conjunto para o Diálogo entre Católicos e Muçulmanos», ed. Xequé Ali Abd al-Baqi Shahata e Cardeal Jean-Louis Tauran, 2010, acessado a 16 de abril de 2021, http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_20090225_final-decl-rome_po.html.

³¹⁹ Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso e Comité Permanente de Al-azhar para o Diálogo entre as Religiões Monoteístas.

«A cultura da paz deveria permear todos os aspetos da vida: formação religiosa, educação, relações interpessoais e arte, nas suas diversas formas. Para alcançar este objetivo, os livros escolares deveriam ser revistos de modo a não conter material que possa ofender os sentimentos religiosos de outros crentes, às vezes através da apresentação errónea de dogmas, princípios morais ou história de outras religiões».³²⁰

O documento “Fraternidade Humana”, também faz um forte apelo à paz e à não violência, e exorta à colaboração entre os cristãos católicos e muçulmanos, mas também todas as pessoas de boa vontade na promoção da paz.³²¹ No *Evangelium Gaudium*, o Papa Francisco fala de “Fraternidade Mística” (cf. EG 92), que pode ser o estilo inovador para viver a ação pastoral e o diálogo com outras religiões.³²²

Nesta linha, afirma Francesco Celestino: «Acreditamos que viver a ação pastoral com um estilo de fraternidade pode ajudar o crente a assumir um estilo novo e criativo e pode ser decisivo para ultrapassar algumas dicotomias que existem em relação a outras culturas, outras religiões e também, no que diz respeito a questões sociais e económicas e encontrar novas formas de viver a nossa missão de evangelização».³²³

Construir pontes entre diferentes comunidades religiosas é uma prioridade hoje.³²⁴ Os líderes religiosos devem comprometer-se através da pregação, a promoverem o respeito pelos crentes das outras religiões, a convidarem os fiéis a serem ativos e a contribuírem para uma sociedade fraterna e solidária. Os professores, formadores, educadores e catequistas devem comprometer-se junto das crianças e jovens uma abertura, respeito e conhecimento das outras tradições religiosas e culturas. Todos são convidados a desenvolver uma cultura de paz e cidadania de modo a construir uma verdadeira fraternidade humana.³²⁵ Os cristãos católicos e os muçulmanos prestam um grande serviço à paz. Não se trata apenas de viver juntos, mas sim, viver como irmãos.³²⁶

No Senegal e em Moçambique, nomeadamente em Nampula, encontramos uma boa convivência e fraternidade entre os muçulmanos e cristãos católicos. Vivem o quotidiano como

³²⁰ Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso e Comité Permanente de Al-azhar para o Diálogo entre as Religiões Monoteístas.

³²¹ Papa Francisco e Ahmad Al-Tayyeb, «Fraternidade Humana em Prol da Paz Mundial e Da Convivência Comum».

³²² Cf. Celestino, «Il Contributo Dell’ Evangelii Gaudium, per la Pastorale e il Dialogo Interreligioso», 386.

³²³ Cf. Celestino, 387.

³²⁴ Cf. Comeau, *S’assoir ensemble : Les religions source de guerre ou de paix ?*, 75.

³²⁵ Cf. Comeau, 76.

³²⁶ Cf. Salenson, «Et l’autre devint frère», 28.

irmãos e partilham as alegrias e dores de cada dia. Estamos perante o diálogo de vida (cf. DA 42). O diálogo de vida é bem presente nesses países, através de gestos de amizade e solidariedade, principalmente nos momentos dolorosos como a morte e doença, mas também por ocasião das festas religiosas, e nos vários serviços sociais prestados às populações. Por exemplo a visita pastoral do Bispo à comunidade cristã é um acontecimento vivido por todos. As duas religiões desempenham um grande papel na promoção humana, na luta contra pobreza, na construção da paz, na educação, na promoção de valores culturais e religiosos da família nesses países (cf. DA 43). Esta ação conjunta corresponde ao diálogo das obras, que além do desenvolvimento integral da pessoa, ajuda a criar laços de amizade e confiança. Há uma coabitação pacífica que permite desenvolver atividades pastorais conjuntas.

3.3.2. O diálogo teológico em prol da pastoral

Na maioria das vezes os estudos teológicos na Igreja Católica são destinados, prioritariamente, àqueles que vão assumir os ministérios eclesiais, como acontece em Portugal. A educação teológica, nos seus componentes e estruturas curriculares e nos seus métodos, é chamada a adotar uma linguagem que considere o diálogo inter-religioso como uma prioridade. Além disso, os estudantes de teologia, inclusive aqueles que são candidatos aos ministérios eclesiais, os guias das comunidades, catequistas e outros agentes pastorais, terão que ser formados para o diálogo inter-religioso e como lidar com a realidade do pluralismo.³²⁷ Propõem que, para esse fim, os planos de estudo de seminários e centros de formação pastorais incorporem temas sobre o diálogo inter-religioso e as especificidades doutrinárias das grandes religiões. Mas também conhecer o ensinamento do magistério a respeito das várias religiões e em particular o Islão, no qual os alunos obtêm uma sólida preparação para as suas futuras atividades pastorais.³²⁸

No campo teológico, é interpelada cada uma das partes a partilhar a sua conceção teológica em diferentes domínios, como a noção de Deus em cada religião. Tal permite clarificar os conceitos fundamentais da fé de cada religião. É fundamental também fazer a releitura teológica dos pontos que são comuns entre o Islão e o Cristianismo. A teologia do diálogo deve respeitar cada um naquilo que é a sua identidade e singularidade (cf. DA 42). É um campo reservado aos especialistas, guiados pelas respetivas autoridades eclesiais (cf. DA 43).

³²⁷ Cf. Sanchez, «Pela transversalidade do diálogo inter-religioso na teologia e na pastoral», 2003.

³²⁸ Cf. Alemany, *El dialogo interreligioso en le magisterio de la Iglesia*, 305.

A nível de aprofundamento teológico existem alguns centros de formação reputados na área do diálogo inter-religioso entre o Islão e o Cristianismo como: Pontifício Instituto de Estudos Árabes e Islamologia (PISAI) em Roma, o Instituto de Ciências e Teologia das Religiões (ISTR), em Paris, Marseille e Toulouse, que procuram aprofundar várias temáticas do diálogo inter-religioso.³²⁹ Em 1973, a Conferência Episcopal da França criou o Secretariado para as relações com o Islão (SRI), que tem como objetivo coordenar as iniciativas de diálogo e ações pastorais em colaboração com os muçulmanos em hospitais, nas prisões, nos estabelecimentos escolares, e também ajudar os casais que optaram pelo casamento com disparidade de culto.³³⁰ Existe também o *Grupe de Recherches Islamo-Chrétiennes* (GRIP), que trabalha no diálogo inter-religioso entre cristãos e muçulmanos. São instituições que trabalham na investigação da relação entre os cristãos católicos e os muçulmanos a nível teológico e pastoral. É uma oportunidade de alargar essas experiências às outras instituições como as Universidades Católicas e os centros de formação pastoral no domínio do diálogo inter-religioso.³³¹

3.3.3. A pastoral educativa e a educação inter-religiosa

A educação para o diálogo comporta um certo número de pontos comuns entre as duas religiões e deve ser adaptada às circunstâncias e ao contexto de cada lugar. Deve haver um programa articulado de ambas as tradições religiosas.³³² É oportuno conhecer as práticas religiosas, a arte religiosa, os principais símbolos religiosos, a moral e a doutrina de cada religião.³³³ Uma educação inter-religiosa supõe que o método a ser utilizado para conhecer o Islão ou o Cristianismo não seja um método de competição, mas antes de conhecimento mútuo e de colaboração.³³⁴

Esta educação inter-religiosa deve apostar no combate ao analfabetismo religioso. Os agentes pastorais têm um papel importante no sentido de formar as comunidades cristãs de modo a conhecerem as outras tradições religiosas e abrirem horizontes no campo do diálogo inter-religioso entre os católicos e os muçulmanos.³³⁵ Ao mesmo tempo, apostar numa catequese sólida, principalmente àqueles que se preparam para os sacramentos e devem também ter a

³²⁹ Cf. Michel, *Le dialogue islamochrétien dans l'esprit d'Assise*, 55.

³³⁰ Cf. Michel, 55.

³³¹ Cf. Teissier, «Le Chrétien Questionné par L'Islam», 820.

³³² Cf. Dubost, *Catholiques Musulmans : Une Fraternité Critique*, 226.

³³³ Cf. Dubost, 227.

³³⁴ Cf. Dubost, 234.

³³⁵ Cf. Hougue, «Où en sont les rencontres entre chrétiens et musulmans?», 52.

preocupação de preparar os cristãos a se abrirem para a diversidade religiosa, para a cooperação com pessoas e grupos de outras religiões.³³⁶ É necessário promover uma pastoral mais orgânica, centrada no diálogo como uma dimensão inerente à vida da Igreja. A pastoral deve, portanto, ser expressão desse diálogo com o Islão e com a sociedade.³³⁷ Uma das formas de combater a intolerância religiosa é educar para descobrir e aceitar a diferença.³³⁸

Há uma presença forte dos jovens muçulmanos nas escolas católicas, como é o caso do Senegal.³³⁹ As escolas são por excelência, um espaço de encontro, de socialização e de contato com diferentes experiências religiosas. Desempenham um papel crucial na compreensão do diálogo intercultural e inter-religiosa.³⁴⁰ Nesse sentido, a linguagem e o discurso têm que ser de respeito.³⁴¹ Assim os jovens passarão a compreender o sentido da cidadania, da liberdade civil e religiosa.³⁴²

Para o Papa Bento XVI, é fundamental a formação para aqueles que promovem o diálogo inter-religioso. Afirma deste modo que:

É necessário que os seus promotores sejam bem formados nos respetivos credos, e bem informados a respeito do credo dos outros! É por este motivo que encorajo os esforços levados a cabo pelo Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso, em vista de organizar cursos de formação e programas de diálogo inter-religioso para os diferentes grupos cristãos, de modo especial para os seminaristas e os jovens nas instituições de ensino terciárias.³⁴³

Segundo Francesco Follo, a educação deve ser antes de tudo uma educação sobre o valor e o sentido da vida, que tornam as pessoas aptas a valorizar a diversidade cultural e religiosa, o respeito recíproco e a convivência comum.³⁴⁴ Afirma ainda que deve ser uma educação integral que tem como princípio de base a vida em comum e a solidariedade, onde crianças e jovens não só apreendam a ciência e a técnica, mas adquiram maturidade humana e espiritual.³⁴⁵ Mas também uma educação para a civilização do amor fundada na verdade e na liberdade.³⁴⁶

³³⁶ Cf. Sanchez, «Pela transversalidade do diálogo inter-religioso na teologia e na pastoral», 2002.

³³⁷ Sanchez, 2005.

³³⁸ Cf. Cuciniello, «Il lungo percorso dell'incontro e del dialogo», 27.

³³⁹ Cf. Dubost, *Catholiques Musulmans : Une Fraternité Critique*, 236.

³⁴⁰ Cf. Cuciniello, «Il lungo percorso dell'incontro e del dialogo», 30.

³⁴¹ Cf. Dubost, *Catholiques Musulmans : Une Fraternité Critique*, 228.

³⁴² Cf. Dubost, 237.

³⁴³ Bento XVI, «Discurso aos Participantes da 10^o Plenária do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso».

³⁴⁴ Cf. Follo, «Éduquer au dialogue interculturel: vivre ensemble pour une civilisation de l'amour», 140.

³⁴⁵ Cf. Follo, 147.

³⁴⁶ Cf. Follo, 154.

Os professores devem inculcar nas crianças e jovens os valores da dignidade humana, dando um olhar positivo sobre a realidade em estudo e mostrar que a questão de Deus não é contra a razão, pelo contrário é o seu cume.³⁴⁷ A educação é um bem comum que insere a pessoa na família, na sociedade e na relação com os outros. «Só assim teremos uma civilização de amor, fundado sobre os valores evangélicos da fraternidade, da justiça e da dignidade».³⁴⁸

As duas religiões têm um papel crucial de fazer chegar a educação aos mais desfavorecidos.³⁴⁹ Os gestos da renúncia que os muçulmanos fazem durante o tempo de Ramadão e os cristãos católicos durante a Quaresma, pode revertir-se para a construção de infraestruturas, escolares e centros de formação profissional.³⁵⁰

Uma outra proposta é alargar o projeto centro educativo “Casa Família Abraâmica” a outros países ou desenvolver um projeto semelhante que consiste na formação inter-religiosa, mas também na formação humana e profissional com base nos valores da Fraternidade Humana.³⁵¹ O outro exemplo que poderia ser discernido e alargado a outros contextos é a *Adayan Foundation* que foi criada em 2006 no Líbano com a finalidade de integrar a Fraternidade Humana no currículo escolar. É uma iniciativa conjunta de colaboração entre os cristãos católicos e os muçulmanos que demonstra uma sã convivência inter-religiosa. Essas propostas devem ser bem discernidas tendo em conta a especificidade de cada contexto e as relações existente entre as duas religiões.³⁵²

3.3.4. A pastoral da saúde

Na pastoral da saúde encontramos muitos padres e leigos que exercem esta missão ao serviço dos doentes e se encontram em contacto com pessoas de outras culturas e religiões. Mas também encontramos os fiéis das outras tradições religiosas que procuram dar assistência caritativa e espiritual aos doentes. O hospital é lugar de encruzilhada de pessoas e pode ser um

³⁴⁷ Cf. Follo, 158.

³⁴⁸ Cf. Follo, 159.

³⁴⁹ Cf. Service National pour les relations avec les musulmans, «Charte de la Nouvelle Alliance de la Vertu», ed. Conférence des évêques de France, 2019, 6, acedido a 26 de abril de 2021, <https://relations-catholiques-musulmans.cef.fr/wp-content/uploads/sites/17/2019/12/Charte-de-la-Nouvelle-Alliance-de-la-Vertu-en-francais.pdf>.

³⁵⁰ Cf. Teissier, «Le Chrétien Questionné par L’Islam», 814.

³⁵¹ Cf. Comité Superior de Fraternidade Humana, «Casa da Família Abraâmica», 2019, acedido a 26 de abril de 2021, <https://www.forhumanfraternity.org/abrahamic-family-house>.

³⁵² Cf. Tabbara, «How to Integrate Human Fraternity in our Religious Teaching?», 95.

lugar privilegiado de encontro, acolhimento e diálogo.³⁵³ É um lugar privilegiado porque é neste contexto que se encontram as boas atitudes para viver o diálogo: ouvir o doente, confortar e consolar, proximidade e solidariedade com as famílias do doente. É um serviço de caridade e de amor ao próximo que se encontra nos fundamentos da fé cristã e muçulmana.³⁵⁴

A Igreja sempre possuiu esta sensibilidade e este cuidado com aos doentes. O Papa Francisco exorta-nos a promover a cultura da gratuidade e do dom. E afirma que a saúde é relacional, no qual depende da interação com os outros num clima de confiança, de amizade e de solidariedade.³⁵⁵ São essas atitudes que os cristãos católicos e muçulmanos são chamados no exercício pastoral com os doentes.

O Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso aconselha um discernimento cuidadoso nesta área pastoral: «Como parte integral do seu testemunho do Evangelho, os Cristãos exercem o ministério da cura. Eles são chamados a praticar o discernimento ao realizar tal ministério, respeitando de maneira plena a dignidade humana e assegurando que não seja explorada a vulnerabilidade das pessoas e as suas necessidades de cura».³⁵⁶ O respeito e solidariedade mútua são atitudes que os agentes pastorais, quer muçulmanos quer os cristãos católicos, devem ter. É necessária uma pastoral de presença que faça as pessoas se sentirem amadas e acolhidas. A cooperação inter-religiosa é uma dimensão essencial para este compromisso pastoral.

Uma das propostas pastorais é criar redes de ações e colaborações entre católicos e muçulmanos, naquilo que é o voluntariado, visitas aos doentes. Desenvolver ações conjuntas na celebração do Dia Mundial da Saúde e dos doentes. A pastoral da saúde precisa de outras estruturas como paróquias. Na catequese e grupo de jovens, falar sobre este tipo de serviço de modo a despertar nas crianças e jovens a importância da assistência espiritual e o cuidado dos doentes. Precisamos de estar próximos dos outros, ir ao encontro dos doentes. Assim os doentes sentem o que vivem a comunidade e sentem que estão em comunhão com a comunidade. O estímulo ao voluntariado dos jovens de ambas as religiões nesta área pastoral, é fundamental.

³⁵³ Cf. Celestino, «Il Contributo Dell' Evangelli Gaudium, per la Pastorale e il Dialogo Interreligioso», 391.

³⁵⁴ Cf. Teissier, «Le Chrétien Questionné par L'Islam», 813.

³⁵⁵ Cf. Papa Francisco, «Mensagem para o XXVII dia Mundial do Doente (2019)», 2018, acessado a 15 de abril de 2021, http://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/sick/documents/papa-francesco_20181125_giornata-malato.html.

³⁵⁶ Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, «O Testemunho Cristão em um Mundo Multi-Religioso: Recomendações e Conduta».

3.3.5. A pastoral da hospitalidade

A hospitalidade pode ajudar-nos a repensar o diálogo inter-religioso em termos de proximidade e do amor ao próximo. A hospitalidade, antes de ser um compromisso formal e jurídico, é um compromisso ético e religioso que encontra o seu fundamento na Sagrada Escritura das respetivas tradições religiosas, naquilo que é o amor ao próximo, o serviço aos pobres, aos estrangeiros e as viúvas.³⁵⁷ Para os cristãos, Jesus deu-nos os critérios para uma autêntica hospitalidade, e tornou-se o modelo nas práticas das obras de misericórdia (cf. Mt 25, 35-40). A hospitalidade é um gesto de caridade cristã (cf. 1Pd 4, 9; Rm 12, 13).

Enquanto crentes, somos chamados a viver a hospitalidade no diálogo e experimentar a hospitalidade na sua dimensão inter-religiosa. Para isso é necessário haver uma vontade interior, ser aberto e acolhedor, o que se traduz em respeito pelo valor da diversidade e na fidelidade à sua pertença religiosa. Mas também vontade de aprender os valores positivos presentes noutras tradições religiosas e abertos à busca comum da verdade.³⁵⁸

Na *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco afirma que «a opção preferencial pelos pobres deve ser traduzida principalmente numa atenção religiosa privilegiada e prioritária» (EG 200). No Islão encontramos esta preocupação com os pobres. Este serviço ao pobre pode ser plenamente integrado na pastoral do diálogo inter-religioso entre os cristãos católicos e muçulmanos. Outros campos de atuação são os apoios aos imigrantes, aos prisioneiros, aos doentes.³⁵⁹ Estes podem ser campos de encontro e diálogo. Francesco Celestino chama de “diaconia inter-religiosa”, que é um terreno comum da pastoral ao serviço de todos e ao serviço da humanidade.³⁶⁰ O Papa Francisco fala da inclusão social dos pobres e apela todas as comunidades cristãs e pessoas de boa vontade a serem instrumento de Deus para libertar e promover os pobres e integrá-los na sociedade (cf. EG 186-191).

Nesta linha de pensamento, Francesco Celestino afirma que:

O compromisso de lutar contra o empobrecimento, a injustiça, a má distribuição dos recursos e das riquezas pode renovar a prática do diálogo entre as religiões. Deus intervém na história para salvar e libertar o seu povo da opressão, escravidão e pecado. Cuidar da fragilidade é um modelo de

³⁵⁷ Cf. Celestino, «Il Contributo Dell’ Evangelii Gaudium, per la Pastorale e il Dialogo Interreligioso», 382.

³⁵⁸ Cf. Celestino, 383.

³⁵⁹ Cf. Service National pour les relations avec les musulmans, «Charte de la Nouvelle Alliance de la Vertu», 6.

³⁶⁰ Cf. Celestino, «Il Contributo Dell’ Evangelii Gaudium, per la Pastorale e il Dialogo Interreligioso», 381.

proximidade com quem precisa. Esta prática pastoral pode ser bem sucedida no diálogo com outras culturas e religiões.³⁶¹

Caridade, presença, escuta, são atitudes fundamentais para a hospitalidade.³⁶² A hospitalidade supõe paciência e confiança. A hospitalidade cristã está enraizada na hospitalidade de Cristo que acolheu a todos, sem discriminação. A hospitalidade de Jesus consiste em acolher incondicionalmente os doentes, os pobres e os rejeitados. A hospitalidade e o diálogo não são opostos, mas sim, estão interligados. A hospitalidade faz com que ambas as partes se sintam transformadas.³⁶³

3.3.6. A pastoral da migração

Neste campo pastoral, Francesco Celestino afirma que «não se trata, de facto, de lidar com o fenómeno da migração com os critérios do assistencialismo, nem ignorar a natureza dramática do fenómeno. É necessário ler e gerir o fenómeno com estratégias sociais e pastorais adequadas».³⁶⁴ O fenómeno da migração é um desafio dos nossos tempos, os cristãos e os muçulmanos devem ter uma atitude e estilo de proximidade, de ajuda e hospitalidade. O acolhimento dos migrantes e dos refugiados podem ser uma oportunidade para a harmonia e paz no mundo. Mas também uma oportunidade de reforçar o diálogo e a colaboração entre as diversas tradições religiosas, e do Islão no caso do nosso estudo.³⁶⁵

É nesta perspetiva que o Papa João Paulo II pede aos cristãos católicos para aprofundar este aspeto da pastoral da migração, valorizando todos os instrumentos e meios, pondo-os ao serviço das iniciativas apostólicas e pastorais. O Papa fala de “laboratórios” de uma convivência civil e de diálogo construtivo. Diz ainda que o serviço da caridade, que os cristãos são sempre chamados a realizar, não pode limitar-se unicamente a distribuir socorros humanos. Mas são chamados a discernir e a criar respostas pastorais que vai ao encontro dos imigrantes, refugiados e os desfavorecidos.³⁶⁶ Neste sentido afirma:

³⁶¹ Cf. Celestino, 384.

³⁶² Cf. Courau, «Les douze chantiers d'une théologie catholique du dialogue et de la conversion», 234.

³⁶³ Cf. Comeau, *Le dialogue interreligieux*, 78.

³⁶⁴ Celestino, «Il Contributo Dell' Evangelii Gaudium, per la Pastorale e il Dialogo Interreligioso», 389.

³⁶⁵ Cf. João Paulo II, «Mensagem para o dia mundial dos Migrantes e Refugiados (2002)», ed. Conselho Pontifício para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, 2002, acedido a 14 de abril de 2021, http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/migration/documents/hf_jp-ii_mes_20011018_world-migration-day-2002.html.

³⁶⁶ Cf. João Paulo II.

A paróquia representa o espaço em que se pode realizar uma verdadeira pedagogia do encontro com pessoas de convicções religiosas e de culturas diferentes. Nas várias subdivisões, a comunidade paroquial pode tornar-se palco de hospitalidade, lugar onde se realiza o intercâmbio de experiências e de dons, e isto não poderá deixar de favorecer uma convivência serena, evitando o risco de tensões com imigrantes portadores de outras crenças religiosas.³⁶⁷

Na mesma linha, o Papa Francisco indicou quatro verbos para responder a este desafio à humanidade: acolher, proteger, promover e integrar. Conjuguar estes quatro verbos é um dever para com o próximo que deixa a sua terra por causa das guerras, das perseguições religiosas ou dos desastres naturais.³⁶⁸ Uma ação pastoral em relação aos migrantes envolve um acolhimento concreto que garante o respeito pela dignidade e pelos direitos da pessoa.³⁶⁹ Mas também é necessária uma mudança de atitudes, como afirma o Papa Francisco:

É preciso que todos mudem a atitude em relação aos migrantes e refugiados; é necessário passar de uma atitude de defesa e de medo, de desinteresse ou de marginalização - que, no final, corresponde precisamente à “cultura do descartável” – para uma atitude que tem por base a “cultura do encontro”, a única capaz de construir um mundo mais justo e fraterno, um mundo melhor. Os meios de comunicação também são chamados a entrar nesta “conversão de atitudes” e a incentivar esta mudança de comportamento em relação aos imigrantes e refugiados.³⁷⁰

Os crentes católicos e muçulmanos devem ser sensibilizados para acolher os migrantes. A Igreja católica deve também garantir a sua assistência espiritual, através de um cuidado pastoral específico que coloque a fraternidade como um dos seus principais objetivos e que se abra ao intercâmbio de vida, colaboração e solidariedade. Uma atenção pastoral aos imigrantes é uma oportunidade para uma experiência mais profunda de diálogo e colaboração entre cristãos católicos e muçulmanos, afirma Francesco Celestino.³⁷¹

As Caritas paroquiais, ou interdiocesanas podem desempenhar um importante papel neste serviço de assistência aos migrantes e refugiados, em colaboração com representantes das comunidades muçulmanas residentes no território das paróquias ou dioceses. Pode haver uma colaboração com o Conselho Pontifício para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, na divulgação de mensagens anuais para os migrantes e refugiados, mas também no discernimento de orientações pastorais concretas. Para um bom cuidado pastoral, o Conselho Pontifício para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, pode ajudar na formação sobre a inculturação, a promoção

³⁶⁷ João Paulo II.

³⁶⁸ Papa Francisco, «Mensagem para o dia Mundial do Migrante e do Refugiado (2014)», ed. Conselho Pontifício para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, 2014, acessado a 14 de abril de 2021, http://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration/documents/papa-francesco_20130805_world-migrants-day.html.

³⁶⁹ Cf. Celestino, «Il Contributo Dell' Evangelii Gaudium, per la Pastorale e il Dialogo Interreligioso», 390.

³⁷⁰ Papa Francisco, «Mensagem para o dia Mundial do Migrante e do Refugiado (2014)».

³⁷¹ Cf. Celestino, «Il Contributo Dell' Evangelii Gaudium, per la Pastorale e il Dialogo Interreligioso», 391.

humana, diálogo e integração, tendo sempre em mente o país de origem com a sua cultura e religião, como também o país de acolhimento.³⁷²

Apesar do diálogo e colaboração conjunta com os muçulmanos, não podemos esquecer o fundamento da caridade cristã. Neste sentido, recorda o documento *Diálogo e Missão*, «cada aspeto e cada atividade da Igreja devem, portanto, estar impregnados de caridade, exatamente por fidelidade a Cristo, que ordenou a missão e que continua a animá-la e a torná-la possível na história» (DM 9).

3.3.7. A pastoral familiar

As duas religiões devem ter uma especial atenção à pastoral familiar, principalmente às famílias que são forçadas por diversos motivos a abandonar as suas casas, fruto de guerras, desastres naturais, ou perseguições. O Papa Francisco fala das terríveis consequências que daí advêm, como por exemplo a exploração e o tráfico de pessoas (cf. AL 46). É necessário também o cuidado pastoral às famílias que são vítimas de violências (cf. AL 51). Os líderes religiosos muçulmanos apelam para cultivo dos valores da família e das virtudes como a justiça a paz, a tolerância e a convivência comum.³⁷³

Um outro ponto a ter em consideração neste campo pastoral é a questão do casamento e da educação dos filhos. Cabe aos agentes pastorais da Igreja Católica apostarem numa formação sólida sobre o sacramento do matrimónio e as implicações que têm num casamento entre cristãos católicos e muçulmanos. A Igreja Católica não se opõe ao casamento entre cristãos católicos e muçulmanos, mas exige que os filhos sejam educados na fé católica e que haja respeito e igualdade entre marido e mulher. Os casamentos com disparidades religiosas constituem um lugar importante para o diálogo inter-religioso e o cuidado pastoral (cf. AL 248).

As famílias nestas situações estão a aumentar, tornando o cuidado pastoral necessário de acordo com os diferentes contextos sociais e culturais (cf. AL 248). A Igreja é chamada a fazer um cuidadoso discernimento pastoral em diálogo aberto e franco com os casais em questão. Os agentes pastorais têm a tarefa de acompanhar os casais, garantindo uma vida familiar que respeite os valores e objetivos do casamento. Em alguns países onde não existe liberdade religiosa, o

³⁷² Cf. Celestino, 391.

³⁷³ Cf. Service National pour les relations avec les musulmans, «Charte de la Nouvelle Alliance de la Vertu», 6.

cônjuge cristão é forçado a mudar de religião para poder casar ou depois de casar é forçado a mudar de religião. É um dos desafios a ser ultrapassado.³⁷⁴

A formação permanente dos agentes pastorais no campo do diálogo inter-religioso é indispensável para a pastoral familiar. Deve haver sessões conjuntas de formação animadas pelos líderes religiosos (Padres e Imames), onde possam refletir o valor da família na sociedade, a prevenção dos conflitos familiares e a luta contra pobreza.³⁷⁵

Uma das propostas pastorais conjuntas é a criação de espaços de encontros, de partilha de formação aos casais que optaram pelo casamento com disparidade de culto, católicos e muçulmanos. Os casais podem refletir juntos sobre as diversas questões como a transmissão dos valores da família, os desafios da vida familiar, o conhecimento da religião do parceiro (a) e o desafio da educação das crianças. Mas também proporcionar momentos de formação teológica.³⁷⁶

A pastoral familiar conjunta pode contribuir para a valorização e promoção do papel da mulher na sociedade de hoje, através da instrução principalmente em alguns países da maioria muçulmana. Incentivar e criar meios em que as mulheres possam ter maior participação na vida pública e trabalhar juntos das instituições jurídicas de modo a ter meios legais de proteção das mulheres.³⁷⁷

3.3.8. A pastoral juvenil

No campo da pastoral juvenil podem-se desenvolver ações conjuntas de modo a criar laços de solidariedade e de amizade no seio dos jovens. A experiência de trabalhos em comum permite descobrir as riquezas um dos outros e construir um clima de confiança.³⁷⁸ Também se podem criar espaços de debates e de formação em comum, em que os jovens de ambas as religiões possam expressar o seu modo de viver a fé e partilhar as suas experiências religiosas.

³⁷⁴ Cf. Celestino, «Il Contributo Dell' Evangelli Gaudium, per la Pastorale e il Dialogo Interreligioso», 392.

³⁷⁵ Cf. Sophie Chergui, «Vrai et faux dialogue, à partir d'expériences vécues», em *Dialogue interreligieux : Quel avenir ?*, ed. Pierre Diarra e Michel Younés (Paris: Chemins De Dialogue, 2017), 167.

³⁷⁶ Cf. Comeau, *Le dialogue interreligieux*, 31.

³⁷⁷ Cf. Claverie, *Humanité plurielle*, 183.

³⁷⁸ Cf. Lelong, *Jean-Paul II et L'Islam*, 71.

Um espaço em que eles possam colocar as suas dúvidas, os seus questionamentos e os desafios que enfrentam hoje quer a nível religiosa ou social.³⁷⁹

Do mesmo modo os responsáveis da pastoral juvenil de cada religião traçam planos de atividades que vão ao encontro das aspirações, dos questionamentos dos jovens de hoje. Além de trabalhos em comum como campanhas de solidariedade em favor dos pobres, visita aos doentes e os mais desfavorecidos, apoio aos imigrantes e aos refugiados, principalmente aqueles que vivem em situações de irregularidades.³⁸⁰ Os jovens muçulmanos e católicos são chamados a uma convivência fraterna, a criarem momentos de lazer e confraternização. Dão assim testemunho que é possível uma convivência na diferença das religiões (cf. DA 82).

O cuidado pastoral com os jovens consiste também na instrução dos princípios fundamentais da sua religião, num espírito aberto. «Os jovens, o futuro de todas as religiões e da própria humanidade precisam de cuidados especiais a fim de serem protegidos do fanatismo e da violência, para se tornarem construtores da paz para um mundo melhor».³⁸¹

3.3.9. A pastoral em prol do cuidado com a casa comum

A Encíclica “*Laudato Si*” dirige-se não só aos cristãos católicos, mas todas as pessoas de boa vontade, chamadas a cuidar e a preservar a terra, o ambiente e os lugares onde vivemos. É um campo pastoral, onde as duas religiões podem trabalhar na sensibilização, no diálogo, na educação e no respeito ao ambiente e toda criação, que conduzirá a uma “conversão ecológica global” (cf. LS 217-221).

A questão do ambiente e do cuidado da criação faz parte integrante da pastoral social da Igreja, mas também da pastoral do diálogo inter-religioso, que deve ser orientada para o bem comum através dos projetos educativos que valorizem e preservem o meio ambiente.³⁸² A crise ecológica coloca em evidência a nossa ação moral enquanto crentes com o meio que nos circunda e apela-nos a uma solidariedade comum, principalmente com os mais pobres, que são os mais

³⁷⁹ Cf. Teissier, «Le Chrétien Questionné par L’Islam», 821.

³⁸⁰ Cf. Xavier Chavane, «De l’accueil de l’immigré à la diversité: Des expériences de L’ Islam de France», em *Dialogue interreligieux : Quel avenir ?*, ed. Pierre Diarra e Michel Younès (Paris: Chemins De Dialogue, 2017), 172.

³⁸¹ Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso e Comité Permanente de Al-azhar para o Diálogo entre as Religiões Monoteístas, «Declaração final do Comité conjunto para o Diálogo entre Católicos e Muçulmanos».

³⁸² Cf. Celestino, «Il Contributo Dell’ Evangelli Gaudium, per la Pastorale e il Dialogo Interreligioso», 393.

afetados.³⁸³ As religiões, de modo particular o Cristianismo e o Islamismo, têm um papel importante em defender e promover os valores morais e educar as pessoas para uma consciência ecológica que é uma responsabilidade de todos.³⁸⁴

Uma das propostas pastorais é explicar a partir dos respectivos livros sagrados a necessidade de proteger a Terra. Isso é fundamental porque dá uma visão global daquilo que os cristãos católicos e os muçulmanos pensam sobre a ecologia.³⁸⁵ As universidades católicas e centro de formação do Islão podem contribuir para o aprofundamento dessa questão ecológica, através de estudos e investigações no campo ecológico e teológico.³⁸⁶

Podem ainda criar associações comunitárias, possibilitando deste modo materialização dos projetos sociais, como por exemplo projetos de luta contra pobreza e proteção do meio ambiente.³⁸⁷ Isto possibilita a participação de todos na vida social.³⁸⁸ A ação pastoral conjunta ajuda a fortalecer o diálogo e a mútua convivência, e constitui um testemunho do anúncio profético.³⁸⁹

3.3.10. A pastoral da comunicação

Numa sociedade mediatizada, os meios de comunicação social, desempenha uma grande influência no campo religioso.³⁹⁰ Os medias têm a responsabilidade e um papel principal na promoção de relações positivas e respeitadas entre fiéis de várias religiões.³⁹¹

O decreto do Vaticano II, sobre os meios de Comunicação Social, *Inter Mirifica*, diz que:

Estes meios, retamente utilizados, prestam ajuda valiosa ao género humano, enquanto contribuem eficazmente para recrear e cultivar os espíritos e para propagar e firmar o reino de Deus; sabe também que os homens podem utilizar tais meios contra o desígnio do Criador e convertê-los em

³⁸³ Cf. Jean-Pierre Ribaut, «Les Religions face aux problématiques écologiques et climatiques internationales», em *Le dialogue interculturel et interreligieux à l'heure de la mondialisation*, ed. Christophe Granec, Olivier Landron, e Sophie-Hélène Trigeaud (Paris: Parole et Silence, 2014), 243.

³⁸⁴ Cf. Ribaut, 244.

³⁸⁵ Cf. Ribaut, 235.

³⁸⁶ Cf. Ribaut, 238.

³⁸⁷ Cf. Teissier, «Le Chrétien Questionné par L'Islam», 819.

³⁸⁸ Cf. Dubost, *Catholiques Musulmans : Une Fraternité Critique*, 244.

³⁸⁹ Cf. Hougue, «Où en sont les rencontres entre chrétiens et musulmans?», 63.

³⁹⁰ Cf. Dubost, *Catholiques Musulmans : Une Fraternité Critique*, 243.

³⁹¹ Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso e Comité Permanente de Al-azhar para o Diálogo entre as Religiões Monoteístas, «Declaração final do Comité conjunto para o Diálogo entre Católicos e Muçulmanos».

meios da sua própria ruína; mais ainda, sente uma maternal angústia pelos danos que, com o seu mau uso, se têm infligido, com demasiada frequência, à sociedade humana (IM 2).

Os cristãos católicos e os muçulmanos podem trabalhar em colaboração no mundo da cultura e dos medias, como meio de transmitir os valores religiosos de cada tradição, mas também os valores culturais de diferentes povos.³⁹² As duas religiões têm o papel de trabalhar na formação de uma consciência reta sobre a informação e sobre a liberdade de expressão. O Vaticano II fala do direito à informação e apela ao uso reto deste direito exigindo que a informação seja sempre objetivamente verdadeira, com justiça e caridade. Mas também que respeite as leis morais das pessoas, os seus legítimos direitos e dignidade, tanto na obtenção da notícia como na sua divulgação (cf. IM 5).

Por fim, para melhor coordenação e implementação da ação pastoral no campo do diálogo inter-religioso, as Conferências Episcopais podem criar uma secretaria de relações com o Islão ou um delegado, principalmente em contextos onde há uma forte representação do Islão. Este delegado serve de ponte entre os cristãos católicos e os muçulmanos, tendo a tarefa de partilhar informações, de promover formação, fomentar o espírito de diálogo e cooperação, incentivar uma relação fraterna entre todos e responder sobre as questões pastorais que possam surgir.³⁹³ Deste modo, teremos uma pastoral do diálogo inter-religioso ao serviço de todos, na escuta e no diálogo, e na edificação de uma sociedade mais coesa e fraterna.³⁹⁴

³⁹² Cf. Dubost, *Catholiques Musulmans : Une Fraternité Critique*, 243.

³⁹³ Cf. Dubost, 244.

³⁹⁴ Cf. Celestino, «Ripensare la Pastorale in una Pluralità di Presenze», 204.

Conclusão

Ao percorrer este caminho de estudo, em que muitos aspetos estão fora da nossa realidade social, cultural e eclesial, sentimos o desafio de ultrapassar pequenas barreiras e acolher outras realidades sociais e religiosas. É este o grande desafio do documento “Fraternidade Humana” que nos exorta a acolher o outro como irmão e viver uma verdadeira fraternidade universal.

No fim deste trabalho, constatamos que os sucessivos Pontífices, Paulo VI, João Paulo II, Bento XVI e Papa Francisco, procuraram sempre estreitar laços de diálogo e colaboração com o Islão. Os seus ensinamentos no campo do diálogo inter-religioso, vão na linha dos ensinamentos do Concílio Vaticano II, que pede diálogo, respeito e colaboração com todas as tradições religiosas para o bem da humanidade. Todos os Pontífices realçaram que o diálogo faz parte da natureza de Deus (cf. ES 72), e que o papel da Igreja é prolongar este diálogo com o mundo e com todos os homens de boa vontade (cf. ES 53). Defenderam a necessidade do diálogo inter-religioso para a paz e mútua convivência; apelaram para cooperação tendo em consideração o contexto de cada realidade, no domínio da defesa da liberdade religiosa e dignidade humana, na defesa da criação, na saúde, na educação, e na migração. Da parte do mundo muçulmano tem havido abertura e diálogo com a Igreja Católica, através de encontros de reflexão, cooperação no domínio da educação e da saúde. Constata-se também uma reforma no seio do Islão, mais concretamente nos Emirados Árabes Unidos, que favorece uma maior proximidade. Um sinal de abertura e diálogo foi a resposta através de uma carta “Uma palavra comum, entre vocês e nós”, de 138 líderes e intelectuais muçulmanos, dirigida ao Papa Bento XVI, depois do seu discurso pronunciado na Universidade em Ratisbona. Esta carta, convida os líderes cristãos a reforçarem o diálogo inter-religioso, a partir do fundamento comum que se pode encontrar nas sagradas escrituras de ambas tradições, naquilo que é o amor a Deus Único e ao próximo.

Concluimos que o documento “Fraternidade Humana”, veio reforçar este laço de proximidade, diálogo, abertura e cooperação. O documento aborda temas urgentes do nosso tempo: o ensino verdadeiro da religião; o exercício da defesa da liberdade e do pluralismo religioso e cultural; o exercício da justiça com misericórdia; a cultura do diálogo como fator de pacificação; o dever de proteger os locais do culto; a condenação do terrorismo cometido em nome da religião; a cidadania plena para todos; a relação entre o Oriente e o Ocidente e a afirmação dos direitos humanos; a dignidade e os direitos das mulheres; a dignidade e os direitos das crianças.

Surgiram várias reações após a assinatura da declaração, nos mundos católico, muçulmano e académico. Todos aplaudiram a assinatura do documento, afirmando que é um passo importante no diálogo inter-religioso entre católicos e muçulmanos, mas também um passo para uma convivência fraterna entre todos. É um sinal de abertura de novas fazes de diálogo e colaboração. O documento é visto como um sinal profético e reflete o simbolismo do encontro de São Francisco e Al-Malik al-Kamil. Afirmaram que a mensagem principal do documento é o reconhecimento do outro na sua dignidade enquanto ser humano, enquanto imagem de Deus. Chamaram a atenção para o estudo e o aprofundamento do documento, e desafiaram à sua reflexão, sobretudo em alguns conteúdos como a liberdade de consciência. Sublinharam também os limites do documento, principalmente a sua representatividade da parte do mundo muçulmano e identificaram algumas críticas negativas, tanto do mundo católico como do mundo muçulmano. Há críticas que apontam para uma falta de fundamentação teológica no documento quando faz certas afirmações, principalmente quando fala do pluralismo e diversidade religiosa.³⁹⁵ E surgiram críticas quanto aos seus destinatários, no sentido que este documento não é para todo o mundo muçulmano, mas sim apenas para os muçulmanos sunitas sob a jurisdição do Grande Imame de Al-Azhar.

Quanto ao segundo capítulo, podemos concluir que o Concílio Vaticano II foi determinante para o fortalecimento deste diálogo com o mundo moderno e com as outras religiões e foi-o igualmente para a renovação pastoral da Igreja.³⁹⁶ Os documentos *Lumen Gentium*, *Nostra Aetate*, *Dignitatis Humanae* e *Ad Gentes* apresentam-nos uma ideia positiva das outras religiões, salientando que nelas estão adormecidas as sementes do Verbo (cf. AG 16). Naquilo que é o diálogo com o Islão, o Concílio Vaticano II avaliou o Islão de maneira nova e positiva (cf. NA 3; cf. LG 16). Nestes documentos, o olhar do Concílio é na perspectiva de uma melhor compreensão e possível colaboração centrado naquilo que nos aproxima, nomeadamente a confissão de fé num Deus único, criador e misericordioso. Apela sempre para o diálogo e cooperação em prol da paz e do bem comum. O Concílio fala da eficácia universal do Espírito de Deus no meio de todos homens (cf. GS 26).

Concluimos também que, apesar de existir uma base comum entre os cristãos católicos e os muçulmanos, que reconhece um Deus Único, Criador e Transcendente, ou seja, o monoteísmo, não possuímos a mesma conceção de Deus. Para os muçulmanos, Deus intervém

³⁹⁵ Cf. Pisani, «Le Document sur la fraternité humaine d'Abou Dhabi du 4 février 2019 et la Charte de La Mecque du 29 mai 2019 : Entre stratégies concurrentielles et avancées théologiques», par. 21.

³⁹⁶ Cf. Teixeira, «O diálogo inter-religioso na perspectiva do terceiro milénio», 26.

na história da humanidade sem intervir pessoalmente, mas fala aos homens através dos profetas.³⁹⁷ O Deus dos cristãos faz aliança com os homens e revelou-se em seu filho Jesus.³⁹⁸ Quanto à “Realidade Última”, invocada entre as duas tradições religiosas, ela consiste no encontro definitivo com Deus. É de referir que escatologia cristã é, antes de mais, a parusia de Cristo.³⁹⁹ Constatamos que existe um forte sentido da hospitalidade no seio do Islão e que também encontramos no cristianismo. Constatamos também que a figura de Maria ocupa um lugar de respeito e estima no seio do Islão. Ela é tida como um exemplo de crente, aquela que confiou em Deus (cf. Sura 3, 42). Por outro lado, é de referir que o Islão não aceita aquilo que é o fundamento da fé cristã, que Jesus é o filho de Deus, Senhor e Salvador, morto e ressuscitado.⁴⁰⁰ Um outro ponto da afirmação do Islão é o profetismo de Maomé. O Islão afirma que Maomé é o último dos profetas e que o Islão se apresenta como a última revelação divina, que vem corrigir e aperfeiçoar as revelações precedentes.⁴⁰¹ Concluimos deste modo que o diálogo nesses dois pontos acima referido é delicado e difícil.

No último capítulo, refletimos sobre os possíveis campos de ação pastoral entre as duas religiões. Constatamos que o documento “Fraternidade Humana”, constitui um impulso para o diálogo e colaboração com o Islão e aponta pistas de ações pastorais. O documento é visto como um passo de renovação da Igreja, no campo do diálogo inter-religioso com o Islão. A Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, por seu lado, apresenta orientações para a renovação pastoral da Igreja. Esta renovação consiste numa Igreja em saída, que vai ao encontro das periferias existenciais do mundo de hoje (cf. EG 19-23), que experiencie o anúncio alegre do Evangelho. O Papa apela-nos ainda a uma conversão pastoral que consiste na mudança de atitudes, tendo sempre presente o espírito sinodal. Esta renovação também passa pelo compromisso no campo do diálogo inter-religioso, numa abertura às outras religiões e do Islão em particular (cf. EG 251). Neste sentido, são necessários o diálogo e o discernimento constantes. Uma atenção particular a cada contexto é fundamental para o discernimento no campo do diálogo inter-religioso e pastoral (cf. DA 78).

O documento “Fraternidade Humana” apresenta-nos pistas de ação pastoral conjunta entre os cristãos católicos e muçulmanos, naquilo que é a defesa e promoção da paz, na educação, na saúde, na família, no acolhimento dos migrantes, no cuidado da casa comum etc. Neste

³⁹⁷ Cf. Caspar, «Le Concile et L’Islam», 124.

³⁹⁸ Cf. Jourdan, *Islam et Christianisme : Comprendre les Différences de Fond*, 43.

³⁹⁹ Cf. Michel, *Le dialogue islamochrétien dans l’esprit d’Assise*, 31.

⁴⁰⁰ Cf. Caspar, «Le Concile et L’Islam», 123.

⁴⁰¹ Cf. Claverie, *Humanité plurielle*, 53.

sentido, concluímos que é necessário apostar numa pastoral educativa e inter-religiosa que possibilite o combate ao analfabetismo religioso e à intolerância religiosa. Há que apostar numa educação sobre o valor e o sentido da vida, que tornam as pessoas aptas a valorizar a diversidade cultural e religiosa, no respeito recíproco e na convivência comum.⁴⁰² Na pastoral da saúde, constatamos que é um terreno pastoral privilegiado para o encontro, diálogo e acolhimento, principalmente dos doentes e dos seus familiares. Os agentes pastorais devem ter uma atitude de respeito e solidariedade principalmente para com os doentes. A pastoral da hospitalidade e do migrante é uma necessidade urgente do mundo atual, devido à crise migratória que se vive. O Papa Francisco indicou quatro verbos para responder a este desafio da migração: acolher, proteger, promover e integrar. Este acolhimento deve ser feito não só através de ajudas materiais, mas também da assistência espiritual, em que cada religião é chamada a colaborar.

Quanto à pastoral familiar, concluímos que é necessário um discernimento e um cuidado pastoral contínuo (cf. AL 248), principalmente quando se trata do casamento com disparidade de culto. A formação permanente dos agentes pastorais no campo do diálogo inter-religioso é indispensável para a pastoral familiar hoje.⁴⁰³ No campo da pastoral juvenil, deve-se apostar na formação inter-religiosa e no incentivo ao trabalho em conjunto, de modo a criar laços de solidariedade e de amizade no seio dos jovens católicos e muçulmanos. Quanto aos desafios do cuidado com a casa comum, constatamos que as duas religiões podem trabalhar na sensibilização, no diálogo, na educação e no respeito ao ambiente e toda criação. No que se refere aos meios, os cristãos católicos e os muçulmanos, têm a responsabilidade na promoção valores morais e religiosos através dos novos meios de comunicação. Reparámos que esses meios de comunicação são espaços de encontros, de formação e de transmissão de valores.⁴⁰⁴ Concluímos ainda que as duas religiões têm a responsabilidade também na formação de uma consciência reta sobre a informação e sobre a liberdade de expressão.

Por fim, é de referir que o documento “Fraternidade Humana” deixa em aberto algumas questões que podem ser aprofundadas, entre os quais a questão da liberdade religiosa, do pluralismo religioso, da emancipação da mulher em contexto muçulmano. E deixa em aberto a

⁴⁰² Cf. Follo, «Éduquer au dialogue interculturel: vivre ensemble pour une civilisation de l’amour», 140.

⁴⁰³ Cf. Chergui, «Vrai et faux dialogue, à partir d’expériences vécues», 167.

⁴⁰⁴ Cf. Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso e Comité Permanente de Al-azhar para o Diálogo entre as Religiões Monoteístas, «Declaração final do Comité conjunto para o Diálogo entre Católicos e Muçulmanos».

possibilidade de outras opções pastorais que possam ser tomadas de acordo com o contexto eclesial e as relações existentes entre os católicos e muçulmanos.

Bibliografia

Documentos do Magistério

BENEDICTI PP. XVI. «Adhortatio Apostolica Postsynodalis Ecclesia in Medio Oriente». *AAS* 104, n. 10 (2012): 751–96.

———. «Adhortatio Apostolica Postsynodalis, Africae Munus». *AAS* 104, n. 4 (2012): 241–314.

Congregatio Pro Doctrina Fidei. «Declaratio de Iesu Christi atque Ecclesiae Unicitate et Universalitate Salvifica». *AAS* 92, n. 1 (2000): 742–65.

FRANCISCI PP. «Litterae Encyclicae Laudato Si’, de Communi Domo Colenda». *AAS* 107, n. 9 (2015): 847–945.

———. «Adhortatio Apostolica Post-Synodalis “Amoris Laetitia”». *AAS* 108, n. 4 (2016): 311–446.

———. «Adhortatio Apostolica, “Evangelii Gaudium”». *AAS* 105, n. 12 (2013): 1019–1137.

IOANNES PP. XXIII. «Letterae Enciclicae Pacem in Terris». *AAS* 5, n. 5 (1963): 257–340.

IOANNES PAULUS PP. II. «Epistula Apostolica de Celeri Progressione Mediorum Communicationis Socialis». *AAS* 97, n. 3 (2005): 265–74.

———. «Adhortatio Apostolica Ecclesia in Europa». *AAS* 95, n. 10 (2003): 649–719.

———. «Adhortatio Apostolica Postsynodalis Vita Consecrata». *AAS* 88, n. 5 (1996): 377–486.

———. «Letterae Enciclicae Redemptor Hominis». *AAS* 71, n. 4 (1979): 257–324.

———. «Adhortatio Apostolica Postsynodalis Pastores Gregis». *AAS* 96, n. 12 (2004): 825–924.

———. «Epistula Apostolica Novo Millennio Ineunte». *AAS* 93, n. 5 (2001): 226–309.

———. «Adhortatio Apostolica Ecclesia in Africa». *AAS* 85, n. 1 (1996): 5–82.

———. «Adhortatio Apostolica Postsynodalis Christi Fideles Laici». *AAS* 81, n. 4 (1989): 393–521.

———. «Litterae Encyclicae De Perenni Vi Mandati Missionalis, Redemptoris Missio». *AAS* 83, n. 1 (1991): 249–364.

PAULI PP. VI. «Letterae Encyclicae Ecclesiam Suam». *AAS* 56, n. 10 (1964): 609–59.

———. «Adhortatio Apostolica Evangelii Nuntiandi». *AAS* 68, n. 1 (1976): 5–76.

SACROSANCTUM CONCILIUM OECUMENICUM VATICANUM II. «Constitutio Pastoralis de Ecclesia in Mundo Huius Temporis, “Gaudium et Spes”». *AAS* 58, n. 15 (1966): 1025–1115.

———. «Declaratio de Ecclesiae Habitudine ad Religiones Non-Christianas, Nostra Aetate». *AAS* 58, n. 1 (1966): 740–45.

———. «Decretum De Activitate Missionali Ecclesiae». *AAS* 58, n. 14 (1966): 947–90.

———. «Constitutio Dogmatica De Ecclesia». *AAS* 57, n. 1 (1965): 5–67.

———. «Declaratio de Libertate Religiosa, Dignitatis Humanae». *AAS* 58, n. 14 (1966): 929–42.

———. «Decretum de instrumentis communicationis socialis». *AAS* 56, n. 3 (1964): 145–53.

Instrumento de Trabalho

Borrmans, Maurice. «Islam». Em *Diccionario de las Religiones*, editado por Paul Poupard, 870–74. Barcelona: Herder, 1987.

Dupuis, Jacques. «Dialogo Interreligioso». Em *Dizionario Di Teologia Fondamentale*, editado por Rino Fisichella, 310–17. Assisi: Cittadella Editrice, 1990.

Jomier, Jacques. «Dialogue Islamo-Chrétien». Em *Dictionnaires des Religions*, editado por Paul Poupard, 2^o., 413–14. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.

Zirker, Hans. «Islamismo-Cristianismo». Em *Dicionário de Conceitos Fundamentais de Teologia*, editado por Peter Eicher, 410–17. São Paulo: Paulus, 1993.

Estudos

Alberigo, Giuseppe. *O Bom Papa João: Biografia de um Pontífice*. São Paulo: Paulinas, 2014.

Alemany, José Joaquín. *El dialogo interreligioso en le magisterio de la Iglesia*. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 2001.

Aubert, Jean-Marie, e Gilles Couvreur. *Mission et dialogue inter-religieux*. Lyon: Faculté de Théologie de Lyon, 1990.

Aebischer-Crettol, Monique. *Vers un œcuménisme interreligieux : Jalons pour une théologie chrétienne du pluralisme religieux*. Paris: CERF, 2001.

Barnes, Michael. *Theology and the dialogue of religions*. Cambridge: University Press, 2002.

Bousquet, François. «L'Église catholique entre dialogue interreligieux et nouvelle évangélisation». Em *Le dialogue interculturel et interreligieux à l'heure de la mondialisation*, editado por Christophe Grannec, Olivier Landron, e Sophie-Hélène Trigeaud, 160–89. Paris: Parole et Silence, 2014.

Branca, Paolo. «Il Documento di Abu Dhabi: una rilettura». Em *Per una fratellanza umana: Cristiani e musulmani uniti nella diversità*, editado por Paolo Branca e Antonio Cuciniello, 51–82. Milano: Paoline, 2021.

Caspar, Robert. *Cristianismo/Islamismo*. Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1991.

Carvalho, Miguel Ponces De, e José Manuel Pereira Martins. *Religiões: História, textos, tradições*. Coimbra: Paulinas, 2006.

Chaffaut, Bénédicte du. «Les mutations profondes du paysage actuel et les difficultés du dialogue interreligieux». Em *Dialogue interreligieux : Quel avenir ?*, editado por Pierre Diarra e Michel Younès, 15–29. Paris: Chemins De Dialogue, 2017.

- Chavane, Xavier. «De l'accueil de l'immigré à la diversité: Des expériences de L'Islam de France». Em *Dialogue interreligieux : Quel avenir ?*, editado por Pierre Diarra e Michel Younès, 169–73. Paris: Chemins De Dialogue, 2017.
- Chergui, Sophie. «Vrai et faux dialogue, à partir d'expériences vécues». Em *Dialogue interreligieux : Quel avenir ?*, editado por Pierre Diarra e Michel Younès, 167–68. Paris: Chemins De Dialogue, 2017.
- Claverie, Pierre. *Humanité plurielle*. Paris: CERF, 2008.
- Comeau, Geneviève. *Le dialogue interreligieux*. Belgique: Fifélicité, 2008.
- . *S'asseoir ensemble : Les religions source de guerre ou de paix ?* Paris: Médiaspaul, 2005.
- . *Grâce à l'autre. Le pluralisme religieux, une chance pour la foi*. Paris: Atelier, 2004.
- Courau, Thierry-Marie. «Les douze chantiers d'une théologie catholique du dialogue et de la conversion». Em *Dialogue et conversion, mission impossible ?*, editado por Thierry-Marie Courau e Anne-Sophie Vivier-Muresan, 221–36. Paris: Desclée de Brouwer, 2012.
- Cuciniello, Antonio. «Il lungo percorso dell'incontro e del dialogo». Em *Per una fratellanza umana: Cristiani e musulmani uniti nella diversità*, editado por Paolo Branca e Antonio Cuciniello, 25–50. Milano: Paoline, 2021.
- . «Vivere il Documento di Abu Dhabi». Em *Per una fratellanza umana: Cristiani e musulmani uniti nella diversità*, editado por Paolo Branca e Antonio Cuciniello, 98–125. Milano: Paoline, 2021.
- Dubost, Michel. *Catholiques Musulmans : Une Fraternité Critique*. Paris: Médiaspaul, 2014.
- Dupuis, Jacques. *La rencontre du christianisme et des religions*. Paris: CERF, 2002.
- Duque, João Manuel. *O próximo e a comunidade: Breve leitura da Fratelli Tutti*. Lisboa: Universidade Católica, 2021.
- Elias, Jamal. *Islamismo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- Follo, Francesco. «Éduquer ao dialogue interculturel: vivre ensemble pour une civilisation de l'amour». Em *Le dialogue interculturel et interreligieux à l'heure de la mondialisation*,

- editado por Christophe Grannec, Olivier Landron, e Sophie-Hélène Trigeaud, 131–43. Paris: Parole et Silence, 2014.
- Gardet, Louis. *Regards Chrétiens sur L'Islam*. Paris: Desclée De Brouwer, 1986.
- Geffré, Claude. «Où en est la théologie des religions vingt ans après Assise». Em *Le dialogue interreligieux: Le christianisme face aux autres traditions*, editado por François Bousquet e Henri de La Hougue, 173–200. Paris: Desclée de Brouwer, 2009.
- Gioia, Francesco. *Le dialogue interreligieux dans l'enseignement officiel de L'Eglise Catholique: Du Concile Vatican II à Jean Paul II, 1963-2005*. Solesmes: Solesmes, 2005.
- Gira, Dennis. *Le dialogue à la portée de tous*. Normandie: Bayard, 2012.
- Gómez, Carlos Miguel. «El Desafío de la Verdad al Diálogo Interreligioso». Em *Las interpelaciones del papa Francisco a la Teología Hoy*, editado por Hermann Rodríguez Osorio, 248–55. Bogotá: PPC- Colombia, 2017.
- Hayek, Samir El. *O significado dos versículos do Alcorão Sagrado*. São Paulo: Marsam Editora Jornalística, 1994.
- Hougue, Henri de La. «Où en sont les rencontres entre chrétiens et musulmans?» Em *Le dialogue interreligieux: Le christianisme face aux autres traditions*, editado por François Bousquet e Henri de La Hougue, 43–73. Paris: Desclée de Brouwer, 2009.
- Jourdan, François. *Dieu Des Chrétiens, Dieu Des Musulmans*. Paris: L'œuvre, 2007.
- . *Islam et Christianisme: Comprendre les Différences de Fond*. Paris: Editions du Toucan, 2015.
- Justino de Roma. *Apologia I aos Cristãos*, 2-3, SC 57, 46.
- . *Apologia II aos Cristãos*, 3-6, SC 57, 13.
- Kasper, Walter, e Ers Daniel Deck. *Où bat le cœur de la foi: Une vie au service de l'unité*. Bruxelles: CERF, 2008.
- Lelong, Michel. *Jean-Paul II et L'Islam*. Paris: CEIL, 2003.

Michel, Roger. *Le dialogue islamochrétien dans l'esprit d'Assise*. Paris: Chemins De Dialogue, 2011.

Neves, Tony. *Lusofonias: De Roma para o Mundo*. Roma: s. ed., 2021.

Ploux, Jean-Marie. *Le dialogue Change-t-il la foi?* Paris: Atelier, 2007.

Ribaut, Jean-Pierre. «Les Religions face aux problématiques écologiques et climatiques internationales». Em *Le dialogue interculturel et interreligieux à l'heure de la mondialisation*, editado por Christophe Grannec, Olivier Landron, e Sophie-Hélène Trigeaud, 229–84. Paris: Parole et Silence, 2014.

Rodrigues, Luís Miguel Figueiredo. *O Digital no Serviço da Fé: Formar para uma Oportunidade*. Lisboa: Universidade Católica, 2016.

Sureki, Luiz Carlos. «Papa Francisco: Esperanza y diálogo Interreligioso». Em *Las interpelaciones del Papa Francisco a la Teología Hoy*, editado por Hermann Rodríguez Osorio, 256–63. Bogotá: PPC- Colombia, 2017.

Tabbara, Nayla. «How to Integrate Human Fraternity in our Religious Teaching?» Em *Educare a un'umanità più fraterna: il contributo delle religioni*, editado por Laurent Basanese, 95–99. Roma: Gregorian & Biblical Press, 2020.

Vivier-Muresan, Anne-Sophie. «Appel à la conversion, un défi pour le dialogue». Em *Dialogue interreligieux : Quel avenir ?*, editado por Pierre Diarra e Michel Younès, 112–24. Paris: Chemins De Dialogue, 2017.

Younès, Michel. «Le regard mutuel, condition du dialogue». Em *Dialogue interreligieux : Quel avenir ?*, editado por Pierre Diarra e Michel Younès, 89–98. Paris: Chemins De Dialogue, 2017.

Artigos

Basanese, Laurent. «Il Documento Sulla Fratellanza Umana Per La Pace Mondiale e La Convivenza Comune Del 4 Febbraio 2019». *Islamochristiana* 45 (219AD): 29–38.

- Baptista, Paulo Agostinho Nogueira. «A dialogação: a práxis do diálogo inter-religioso no paradigma ecológico». *Horizonte* 2, n. 3 (2003): 55–72.
- Blanpain, Jean-Luc. «La foi chrétienne à la rencontre de l’Islam». *Nouvelle Revue Théologique* 122, n. 4 (2000): 611–24.
- Borges De Pinho, José Eduardo. «Fundamentos Teologicos do dialogo inter-religioso». *Humanística e Teologia* 26, n. 3 (2005): 329–63.
- Borrmans, Maurice. «Dialoguer, encore et toujours, avec les musulmans». *Théologiques* 19, n. 2 (2014): 17–40.
- Barros, Wellington da Silva De. «Pluralismo e diálogo inter-religioso na Conferência de Medellín». *REVER* 18, n. 2 (2018): 113–23.
- Caspar, Robert. «Le Concile et L’Islam». *Études* 324, n. 1 (1966): 114–26.
- Cabral, Roque. «Liberdade religiosa quarenta anos depois». *Brotéria* 161, n. 5 (2005): 341–51.
- Celestino, Francesco. «Il Contributo Dell’ Evangelli Gaudium, per la Pastorale e il Dialogo Interreligioso». *Miscellanea Francescana* 119, (2019): 372–396.
- . «Ripensare la Pastorale in una Pluralità di Presenze». *Miscellanea Francescana* 118, (2018): 198–221.
- Charentenay, Pierre de. «Voies de la fraternité». *Chemins de Dialogue* 53 (2019): 13–15.
- Cottini, Valentino, e Eugenia Di Gregorio. «Human Fraternity: Notes et Documents, éphémérides decembre 2018, novembre 219». *Islamochristiana* 45 (2019): 237–413.
- Chelo, Hugo. «A liberdade religiosa no Concilio Vaticano II: consequências para uma verdadeira ordem civil». *Brotéria* 175, n. 6 (2012): 425–34.
- Daou, Fadi, e Nayla Tabbara. «Une Spiritualité de la paix et du bien-vivre-ensemble, l’expérience interreligieuse de la Fondation Adyan». *Spiritus*, n. 222 (2016): 75–85.
- Díaz, Janvier De La Torre. «El Papa Francisco y La Cultura Del Encontro. Una aportacion para el Diálogo y la paz entre las Religiones». *Miscelánea Comillas* 76, n. 148 (2018): 233–59.

- Dupuis, Jacques. «O diálogo inter-religioso numa sociedade pluralista». *Didaskalia* 32, n. 1 (2002): 69–81.
- Fernandes, Leonardo Agostini. «Ecumenismo e diálogo inter-religioso em perspectiva bíblica». *Revista de Cultura Teológica* 25, n. 90 (2017): 111–42.
- Fernandes, Rui Miguel. «Deus é Salaam». *Brotéria* 188, n. 2 (2019): 185–95.
- Fitzgerald, Michel. «Reflections on Human Fraternity». *Islamochristiana* 45 (2019): 17–27.
- Gonzales Garcia, Alexander. «Muslim proposal towards a common base of interreligious dialogue». *Advocatus* 14, n. 28 (2017): 319–29.
- Horsfjord, Vebjorn L. «Una palabra comum entre nosotros y vosotros: una portadora de esperanza». *Concilium* 387, n. 4 (2020): 477–90.
- Jomier, Jacques. «A convivência entre cristãos e muçulmanos». *Communio* 24, n. 3 (2007): 327–40.
- Lopez Villasenor, Rafael. «Paradigmas teológicos perante o diálogo inter-religioso». *Revista de Cultura Teológica* 25, n. 89 (2017): 172–97.
- Mbabe, Pachel Florian. «Dialogue interreligieux en Mauritanie». *Horizons Spiritains*, n. 15 (2020): 106–9.
- Mercado, Eliseo. «Dialogue islamo-chrétien aux Philippines». *Spiritus*, n. 180 (2005): 273–79.
- Mesquiati De Oliveira, David. «Notas Sobre Pluralismo, diálogo inter-religioso e missão». *Atualidade Teológica* 20, n. 53 (2016): 307–37.
- Miranda, Mario de França. «Diálogo Inter-religioso e Fé Cristã». *Perspetiva Teológica* 29 (1997): 33–54.
- Ndoumaï, Pierre. «Justin Martyr et le dialogue interreligieux contemporain». *Laval théologique et philosophique* 66, n. 3 (2010): 547–64.
- Nef Ulloa, Boris Agustin, e Adriana Barbosa Guimarães. «A Cultura do Encontro: Palavras e Gestos em Francisco». *Franciscanum* 61, n. 172 (2019): 1–19.

- Panasiewicz, Roberlei. «Imagens de Deus na Evangelium Vitae: o diálogo inter-religioso a favor da vida». *Revista Pistis Praxis* 7, n. 3 (2015): 705–25.
- . «Os níveis ou formas de diálogo inter-religioso: uma leitura a partir da teologia cristã». *Horizonte* 2, n. 3 (2009): 39–54.
- Passos, João Décio. «O Diálogo no Concílio Vaticano II». *Caminhos de Diálogo* 4, n. 6 (2016): 56–69.
- Paul VI. «Voyage de Paul VI en Turquie: allocutions au président Sunai et au chefs religieux musulman». *Documentation Catholique* 64, n. 1499 (1967): 1378–87.
- Petit, Jean-François. «Aux Origines de la Déclaration Dignitatis Humanae». *Spiritus*, n. 214 (2014): 15–26.
- Potz, Richard. «Mission et liberté religieuse : un contexte occidental en évolution». *Spiritus*, n. 214 (2014): 69–82.
- Riccardi, Andrea. «Du Monde aux Religions». *Nouvelle Revue Théologique* 113, n. 3 (1991): 321–39.
- Robert, Sylvie. «Le dialogue avec L’Islam : défi pour le chrétien». *Spiritus*, n. 235 (2019): 211–23.
- Salenson, Christian. «Et l’autre devint frère». *Chemins de Dialogue* 53 (2019): 17–34.
- Sanchez, Wagner Lopes. «Pela transversalidade do diálogo inter-religioso na teologia e na pastoral». *Horizonte* 13, n. 40 (2015): 1982–2008.
- Shomali, Mohammad Ali. «A Shi’A Muslim Perspective On The “Document On Human Fraternity For World Peace And Living Together”». *Islamochristiana* 45 (2019): 75–87.
- Silva, José Antunes Da. «O Encontro de Assis : marco simbólico do diálogo inter-religioso». *Theologica* 41, n. 2 (2006): 273–97.
- Sperber, Jutta. «The Document Human Fraternity For World Peace And Living Together: A Protestant Comment». *Islamochristiana* 45 (2019): 67–73.

Teissier, Henri. «Le Chrétien Questionné par L’Islam». *Nouvelle Revue Théologique* 113, n. 6 (1991): 801–23.

Teixeira, Faustino. «Diálogo inter-religioso: o desafio da acolhida da diferença». *Perspetiva Teológica* 34 (2002): 155–77.

———. «O diálogo inter-religioso na perspectiva do terceiro milênio». *Horizonte* 2, n. 3 (2003): 19–38.

Valkenberg, Wilhelmus. «Nostra Aetate y Encuentros de Amistad». *Concilium* 387 (2020): 11–20.

Vandeveld, Guy. «Relations islamo-chrétiennes en Europe». *Nouvelle Revue Théologique* 118, n. 5 (1999): 727–39.

Welle, Jason. «Damietta After 800: Sources, Effects, Prospects». *Islamochristiana* 45 (2019): 39–65.

Younès, Michel. «Mise en pratique de Nostra aetate dans le contexte européen». *Spiritus* 54, n. 213 (2013): 417–27.

Fontes da Internet

Bajrafil, Mohammed. «Déclaration d’Abu Dhabi, ovni théologique». Plateforme Universitaire de Recherche sur L’Islam en Europe et au Liban (PLURIEL), 2019. Acedido a 05 de novembro de 2020. <https://pluriel.fuce.eu/videos/declaration-d’abu-dhabi-ovni-theologique/>.

Basanese, Laurent. «Le Document Sur La Fraternité Humaine: Un Nouvel Horizon Pour Le Dialogue Islamo-Chrétien?». Plateforme Universitaire de Recherche sur L’Islam en Europe et au Liban (PLURIEL), 2019. Acedido a 28 de outubro de 2020. <https://pluriel.fuce.eu/videos/forum-il-documento-sulla-fratellanza-umana-un-nuovo-orizzonte-per-il-dialogo-islamo-cristiano/>.

Bento XVI. «Discurso aos Participantes da 10º Plenária do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso», 2008. Acedido a 16 de abril de 2021.

- http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/june/documents/hf_ben-xvi_spe_20080607_interrelg-dialogue.html.
- . «Discurso por ocasião da apresentação das cartas credenciais à onze embaixadores», 2005. Acedido a 17 de abril de 2021. http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2005/december/documents/hf_ben_xvi_spe_20051201_ambassadors.html.
- . «Viagem apostólica a Benim: Encontro com os membros do governo, os representantes das instituições da Republica, o corpo diplomático, e os representantes das principais religiões», 2011. Acedido a 15 de outubro de 2020. http://www.vatican.va/content/benedictxvi/pt/speeches/2011/november/documents/hf_ben-xvi_spe_20111119_corpo-diplom.html.
- . «Viagem apostólica ao Reino Unido: Encontro com os líderes de outras religiões», 2010. Acedido a 15 de outubro de 2020. http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2010/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20100917_altre-religioni.html.
- . «Mensagem para o XLV dia mundial da Paz (2012)», 2011. Acedido a 14 de abril de 2021. http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/messages/peace/documents/hf_ben-xvi_mes_20111208_xlv-world-day-peace.html.
- Comité Superior de Fraternidade Humana. «Casa da Família Abraâmica», 2019. Acedido a 27 de outubro de 2020. <https://www.forhumanfraternity.org/abrahamic-family-house>.
- Conférence des évêques de France : Service National pour les relations avec les musulmans. «La fraternité pour la connaissance et la collaboration», 2019. Acedido a 27 de outubro de 2020. <https://www.christians-muslims.com/fr/document>.
- . «Entretien, Père Vincent Feroldi à l’occasion de la première année du document fraternité humaine», 2020. Acedido a 21 de outubro de 2020. <https://eglise.catholique.fr/approfondir-sa-foi/vivre-sa-foi-a-tous-les-ages/dialoguer-les-autres-croyants/rencontre-avec-les-musulmans/492202-nous-devons-continuer-notre-reflexion-sur-le-document-de-la-fraternite/>.

- Feroldi, Vincent. «Un voyage aux multiples facettes», 2019. Acedido a 06 de novembro de 2020. <https://gric-international.org/2019/approfondir-le-dialogue/autres-experiences-de-rencontres-islamo-chetiennes/un-voyage-aux-multiples-facettes-par-vincent-feroldi-ancien-secretaire-general-du-gric/>.
- Ferre, André. «Quelques réflexions autour du Document d ' Abu Dhabi», 2020. Acedido a 29 de outubro de 2020. <https://gric-international.org/2020/approfondir-le-dialogue/autres-experiences-de-rencontres-islamo-chetiennes/quelques-reflexions-autour-du-document-dabu-dhabi-par-andre-ferre-gric-tunis/>.
- João Paulo II. «Mensagem para a celebração do XXV dia mundial da paz», 1992. Acedido a 14 de abril de 2021. http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_08121991_xxv-world-day-for-peace.html.
- . «Mensagem para a celebração do XXXV dia Mundial da Paz (2002)», 2001. Acedido a 15 de abril de 2021. http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_20011211_xxxv-world-day-for-peace.html.
- . «Mensagem para o dia mundial dos Migrantes e Refugiados (2002)». Editado por Conselho Pontifício para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, 2002. Acedido a 14 de fevereiro de 2021. http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/migration/documents/hf_jp-ii_mes_20011018_world-migration-day-2002.html.
- L'Orient-Le Jour. «Al-Azhar : Pluralisme et citoyenneté sont aux fondements historiques de la religion musulmane», 2017. Acedido a 22 de dezembro de 2020. <https://www.lorientlejour.com/article/1038389/al-azhar-pluralisme-et-citoyennete-sont-aux-fondements-historiques-de-la-religion-musulmane.html>.
- Mokrani, Adnane. «Le document sur la fraternité humaine: un nouvel horizon pour le dialogue islamo-chrétien?» Plateforme Universitaire de Recherche sur L'Islam en Europe et au Liban (PLURIEL), 2019. Acedido a 31 de outubro de 2020. <https://pluriel.fuce.eu/videos/forum-il-documento-sulla-fratellanza-umana-un-nuovo-orizzonte-per-il-dialogo-islamo-cristiano/>.

- Papa Francisco. «Carta Encíclica “Fratelii Tutti”, sobre a Fraternidade e a Amizade Social», 2020. Acedido a 20 de outubro de 2020. http://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html.
- . «Mensagem para o dia Mundial do Migrante e do Refugiado (2014)». Editado por Conselho Pontifício para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, 2014. Acedido a 14 de abril de 2021. http://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration/documents/papa-francesco_20130805_world-migrants-day.html.
- . «Mensagem para o XLVIII dia mundial das Comunicações Sociais: “Comunicação ao serviço de uma autêntica cultura do encontro”», 2014. Acedido a 21 de dezembro de 2020. http://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20140124_messaggio-comunicazioni-sociali.html.
- . «Mensagem para o XXVII dia Mundial do Doente (2019)», 2018. Acedido a 15 de abril de 2020. http://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/sick/documents/papa-francesco_20181125_giornata-malato.html.
- . «Viagem apostólica à Turquia: Visita ao presidente dos assuntos religiosos no Diyanet», 2014. Acedido a 16 de outubro de 2020. http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/november/documents/papa-francesco_20141128_turchia-presidenza-diyamet.html.
- . «Viagem apostólica ao Egito: Discurso aos participantes na conferência internacional em prol da paz», 2017. Acedido a 17 de outubro de 2020. http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/april/documents/papa-francesco_20170428_egitto-conferenza-pace.html.
- . «Viagem apostólica ao Emirados Árabes Unidos: Discurso no encontro inter-religioso», 2019. Acedido a 18 de outubro de 2020. http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/february/documents/papa-francesco_20190204_emiratiarabi-incontrointerreligioso.html.

Papa Francisco, e Ahmad Al-Tayyeb. «Fraternidade Humana em Prol da Paz Mundial e Da Convivência Comum», 2019. Acedido a 20 de janeiro de 2020. http://www.vatican.va/content/francesco/pt/travels/2019/outside/documents/papafrancesco_20190204_documento-fratellanza-umana.html.

Paulo VI. «Discurso na solene inauguração da 2ª sessão do Concílio Vaticano II», 1963. Acedido a 11 de novembro de 2020. http://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1963/documents/hf_p-vi_spe_19630929_concilio-vaticano-ii.html.

Pisani, Emmanuel. «Le Document sur la fraternité humaine d'Abou Dhabi du 4 février 2019 et la Charte de La Mecque du 29 mai 2019 : Entre stratégies concurrentielles et avancées théologiques», 2019. Acedido a 12 de novembro de 2020. <https://journals.openedition.org/mideo/5741>.

Plateforme Universitaire de Recherche sur L'Islam en Europe et au Liban (PLURIEL). «Le document sur la fraternité humaine: un nouvel horizon pour le dialogue islamo-chrétien?»», 2019. Acedido a 15 de dezembro de 2020. <https://pluriel.fuce.eu/videos/forum-il-documento-sulla-fratellanza-umana-un-nuovo-orizzonte-per-il-dialogo-islamo-cristiano/>.

Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso. «A Igreja e as outras Religiões: Diálogo e Missão», Editado por Francis Arinze, 1984. Acedido a 25 de agosto de 2020. http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19840610_dialogo-missione_po.html.

———. «Diálogo e Anúncio». Editado por Francis Arinze, 1991. Acedido a 25 de agosto de 2020. http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19051991_dialogue-and-proclamatio_po.html.

———. «Cristãos e muçulmanos juntos para proteger os lugares de culto: mensagem para o mês do Ramadão, 2020». Editado por Miguel Ángel Cardeal Ayuso Guixot, 2020. Acedido a 25 de agosto de 2020. http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_20200417_ramadan-2020_po.html.

- . «Declaração final redigida pelos participantes no Simpósio sobre os recursos espirituais das religiões pela paz», 2003. Acedido a 25 de agosto de 2020. http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_20030211_religions-peace_it.html.
- . «Discurso do Papa Francisco aos participantes na plenária do Pontifício Conselho para o diálogo inter-religioso», 2017. Acedido a 25 de agosto de 2020. http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/june/documents/papafrancesco_20170609_pontconsiglio-dialogo-interreligioso.htm.
- . «O Testemunho Cristão em um Mundo Multi-Religioso: Recomendações e Conduta», 2011. Acedido a 16 de abril de 2021. http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_20111110_testimonianza-cristiana_po.html#top.
- . «Declaração final do Comité conjunto para o Diálogo entre Católicos e Muçulmanos». Editado por Xequê Ali Abd al-Baqi Shahata e Cardeal Jean-Louis Tauran, 2010. Acedido a 16 de abril de 2020. http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_20090225_final-decl-rome_po.html.
- Rádio Vaticano. «"Fratelli Tutti", compartilhada pelo mundo islâmico», 2020. Acedido a 26 de outubro de 2020. <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2020-10/fratelli-tutti-mundo-islamico-reacoes.html>.
- . «Comissão para alcançar objetivos do Documento sobre Fraternidade Humana», 2019. Acedido a 20 de outubro de 2020. <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2019-08/papa-francisco-abu-dhabi-documento-comissao.html>.
- . «Documento resultado de coragem e sabedoria», 2019. Acedido a 20 de outubro de 2020. <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-02/papa-francisco-abu-dhabi-teologa-houshmand.html>.
- . «Documento sobre a Fraternidade: sinal poderoso para o futuro da humanidade», 2019. Acedido a 20 de agosto de 2020. <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-02/papa-francisco-abu-dhabi-documento.html>.

- . «Lançamento do Prêmio Zayed 2021 para a Fraternidade Humana», 2020. Acedido a 26 de outubro de 2020. <https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2020-10/premio-zayes-fraternidade-humana-abu-dabhi.html>.
- . «Entrevista do Imame Yahya Pallavicini sobre a declaração Fraternidade Humana», 2019. Acedido a 20 de outubro de 2020. <https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2019-02/papa-francisco-abu-dhabi-imame-yahya-declaracao-conjunta.html>.
- . «“Fratelli Tutti”: reação dos Bispos alemães», 2020. Acedido a 26 de outubro de 2020. <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2020-10/alemanha-bispos-fratelli-tutti-abater-muros-fortalecer-coesao.html>.
- . «Oitocentos anos depois, um novo abraço e um compromisso com a paz», 2019. Acedido a 20 de outubro de 2020. <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-02/papa-francisco-abu-dhabi-tornielli-declaracao-comum.html>.
- . «Gregoriana: riflessione sul documento di Abu Dhabi sulla fratellanza», 2019. Acedido a 28 de outubro de 2020. <https://www.vaticannews.va/it/chiesa/news/2019-04/gregoriana-riflessione-documento-abu-dhabi-fratellanza.html>.
- . «Reação do cardeal Miguel Ángel Ayuso Guixot: primeiro aniversário do Documento sobre Fraternidade Humana», 2020. Acedido a 20 de outubro de 2020. <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2020-01/documento-fraternidade-humana-concilio-vaticano-ii-ayuso-guixot.html>.

Service National pour les relations avec les musulmans. «Charte de la Nouvelle Alliance de la Vertu». Editado por Conférence des évêques de France, 2019. Acedido a 27 de outubro de 2020. <https://relations-catholiques-musulmans.cef.fr/wp-content/uploads/sites/17/2019/12/Charte-de-la-Nouvelle-Alliance-de-la-Vertu-en-francais.pdf>.

Younès, Michel. «Déclaration d’Abu Dhabi, ovni théologique». Plateforme Universitaire de Recherche sur L’Islam en Europe et au Liban (PLURIEL), 2019. Acedido a 05 de novembro de 2020. <https://pluriel.fuce.eu/videos/declaration-d-abu-dhabi-ovni-theologique/>.